

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 312, DE 2021**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 322/2021**  
**OF 564/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.308, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária-ACRC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 322

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 96, de 20 de fevereiro de 2015 – Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio, no município de Igarapé do Meio - MA;

2 - Portaria nº 109, de 5 de fevereiro de 2015 – Associação Rádio Comunitária Guarany FM, no município de Abaetetuba – PA;

3 - Portaria nº 746, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária Vale do Uatumã, no município de Presidente Figueiredo – AM;

4 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rios dos Bois, no município de Anicuns – GO;

5 - Portaria nº 2.990, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança, no município de Itarantim – BA;

6 - Portaria nº 3.430, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Cultural de Bálsamo, no município de Bálsamo – SP;

7 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;

8 - Portaria nº 3.602, de 8 de setembro de 2015 – Associação Rádio Vida, no município de Cachoeira do Sul – RS;

9 - Portaria nº 3.615, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto, no município de Ouro Preto – MG;

10 - Portaria nº 6.310, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária, no município de Sete Lagoas – MG;

11 - Portaria nº 155, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu, no município de Jarinu – SP;

12 - Portaria nº 233, de 1º de fevereiro de 2016 – Rádio Comunitária Cruz das Armas FM, no município de João Pessoa – PB;

13 - Portaria nº 4.767, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Comunicação Cultural de Torres, no município de Torres - RS;

14 - Portaria nº 4.864, de 19 de setembro de 2019 - Associação e Movimento Comunitário Machado FM, no município de Machado - PE;



- 15 - Portaria nº 4.877, de 19 de setembro de 2019 - Associação Unidos Para Comunicação de Pinheiros, no município de Pinheiros - ES;
- 16 - Portaria nº 4.879, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, no município de Campos Gerais - MG;
- 17 - Portaria nº 4.880, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Nova Bassano, no município de Nova Bassano - RS;
- 18 - Portaria nº 5.137, de 30 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba, no município de Piritiba - BA;
- 19 - Portaria nº 5.138, de 30 de setembro de 2019 - Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social, no município de Novo Barreiro - RS;
- 20 - Portaria nº 5.179, de 4 de outubro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Comunicação de Mucambo, no município de Guaraciaba do Norte - CE;
- 21 - Portaria nº 5.238, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária Pratense Radiodifusão, no município de Prata - MG;
- 22 - Portaria nº 5.239, de 14 de outubro de 2019 - Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, no município de Jaboatão dos Guararapes - PE;
- 23 - Portaria nº 5.243, de 14 de outubro de 2019 - Associação Rádio Comunitária RCS, no município de São Jorge d'Oeste - PR;
- 24 - Portaria nº 5.306, de 15 de outubro de 2019 - Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré, no município de Cariré - CE;
- 25 - Portaria nº 5.308, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, no município de São José do Belmonte - PE;
- 26 - Portaria nº 5.309, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG;
- 27 - Portaria nº 5.310, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, no município de Cajati - SP;
- 28 - Portaria nº 5.311, de 14 de outubro de 2019 - Associação Comunitária União, no município de União dos Palmares - AL;
- 29 - Portaria nº 5.316, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, no município de Santa Rita de Jacutinga - MG; e
- 30 - Portaria nº 6.045, de 8 de novembro de 2019 - Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM, no município de Bofete - SP.

Brasília, 2 de julho de 2021.



Brasília, 27 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.034340/2015-41, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 15 de setembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18291/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5308, de 08 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

### PORTARIA Nº 5308/2019/SEI-MCTIC de 8 de outubro de 2019

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000835/1998 e nº 53900.034340/2015-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 15/10/2019, às 12:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4717616** e o código CRC **7577756B**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 564/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 2 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias n<sup>os</sup> 96, 109, 746, 2.019, 2.990, 3.430, 3.594, 3.602, 3.615 e 6.310, de 2015; 155 e 233, de 2016; 4.767, 4.864, 4.877, 4.879, 4.880, 5.137, 5.138, 5.179, 5.238, 5.239, 5.243, 5.306, 5.308, 5.309, 5.310, 5.311, 5.316 e 6.045, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.071349/2013-15

SEI nº 2693854

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45718/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.034340/2015-41.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908526** e o código CRC **51336529**.

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53900.034340/2015-41
<b>Interessado:</b>	Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
<b>CNPJ:</b>	02.422.190/0001-60
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	PE
<b>Localidade:</b>	São José do Belmonte
<b>Tipo:</b>	Renovação - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 25/10/2019, às 09:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4780124** e o código CRC **8118460B**.

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 4780124



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 14755/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53900.034340/2015-41**

Processo de Outorga nº: **53103.000835/1998**

Assunto: **Renovação de outorga.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Belmonte, estado de Pernambuco**, por meio da Portaria nº **352**, publicada no DOU de 23/07/2003 e Decreto Legislativo nº **778** publicado no DOU de 15/09/2005.

---

**ANÁLISE**

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 15/09/2015. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

---

## CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício de encaminhamento, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Dilcimar Ferreira Rezende de Mello, Chefe de Serviço**, em 09/07/2015, às 09:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0598980** e o código CRC **4181B709**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 21626/2015/SEI-MC

Brasília, 09 de julho de 2015

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**  
Praça Pires Ribeiro, 32 - Centro  
59950.000 São José do Belmonte/PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à renovação de outorga - processo nº 53900.034340/2015-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 14755/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata da renovação de outorga da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como o deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 10:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0598993** e o código CRC **B00EA3A8**.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR


NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC	
ENDEREÇO / ADDRESS		Of. nº 21626/ 2015/SEI-MC, 09 de julho de 2015	
CEP / CODE POSTAL		53900.034340/2015-41	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC	
		Praça Pires Ribeiro, 32 - Centro	
		59950.000 São José do Belmonte/PE	
		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		05/08/15	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
		 José Erandino de Silva CPF: 0485.001-0	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



 <b>CORREIOS DO BRASIL</b>	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CNOZ</b>	<b>AR</b>	JO 22670722 0 BR																										
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT _____ / _____			<b>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</b>																										
LOCALIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <b>AGÊNCIA COM</b>			____ / ____ : h	____ / ____ : h	____ / ____ : h																								
PREENCHER COM LETRA DE FORMA																													
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO <b>RETOUR</b>	Nº _____	<table border="1" style="width: 100%; height: 100%;"> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>																											
EN _____																													
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300																													
CIT _____	UF _____	<b>BRASIL</b>																											



REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA- A.C.R.C, ADAPTADA ÀS LEIS NºS. 10.406/2002 E 11.127/2005, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADA NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA CIDADE, SOB O Nº DE ORDEM 285, FLS. 186 A 189, DO LIVRO Nº A-04, DATADO DE 04/09/2002, CONFORME ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2015, EM VISTA DAS ALTERAÇÕES DE ALGUNS ARTIGOS. DELIBERAM OS ASSOCIADOS E CONSOLIDA O ESTATUTO SOCIAL, PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO.

## **ESTATUTO SOCIAL** **Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**

### **Capítulo I**

#### **Da Denominação – Natureza – Constituição – Duração e Objetivo**

**Art. 1º - Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**, com sede na Praça Pires Ribeiro, nº 32, nesta cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, é uma sociedade civil, sem finalidade econômica, nem discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

**Art. 2º - A Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**, tem duração indeterminada e os seguintes objetivos:

- a) Instalar e Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de São José do Belmonte – Pernambuco;
- b) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- c) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- d) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

### **CAPÍTULO II** **Dos Associados**

**Art. 3º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas e religiosas ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovadas pela diretoria e que mantenha fiel obediência a este Estatuto e deliberação da sociedade**

**Parágrafo Único** – O quadro social da A.C.R.C. será composto por pessoas físicas e jurídicas, com residência ou sede, neste município, dividido entre as seguintes categorias:

- a) Efetivo – os que assinarem as ata de fundação da Associação ou tenham sua proposta de ingresso aprovada por 2/3 (dois terço) dos associados efetivos;



- b) Benfeitores – os que destacarem na concessão de benefícios materiais à entidade.

**Art. 4º - São direitos e deveres dos Associados:**

- a) Votar e ser Votado em Assembleia Geral, para todos os cargos da Associação, desde que em dia com suas contribuições;
- b) Participar das Assembleias Gerais da A.C.R.C.;
- c) Expor em plenário suas idéias que sirvam para engrandecer a A.C.R.C.;
- d) Discordar em Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, de atos ou julgamento da Diretoria Executiva, desde que tenha fundamento legal;
- e) Justificar suas faltas à Assembleia, reuniões outras ou eventos realizados pela A.C.R.C.;
- f) Aceitar as propostas dos associados ou rejeitá-las a bem do trabalho da A.C.R.C.

**Art. 5º -** Desmandos, inoperâncias, atentado contra o Patrimônio sócio-cultural ou material da A.C.R.C, por parte de qualquer associado, importarão em aplicação de pena discutida e aprovada por Assembleia Geral, exclusivamente para essa finalidade, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão do quadro social.

**Art. 6º -** Cabe ao associado que se considerar injustiçado o direito de defender-se inclusive recorrendo à justiça.

**Art. 7º -** A admissão de um associado dar-se-á mediante proposta formulada ao Presidente, aprovada por 2/3 (dois terço) dos associados, em Assembleia Geral convocada para este fim.

**Art. 8º -** Os Associados da A.C.R.C. não responderão nem solidário nem subsidiariamente pelas obrigações sociais ou financeiras dela.

### **CAPÍTULO III** **Da Organização**

**Art. 9º - São órgãos da A.C.R.C.:**

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.

### **SECÇÃO I** **Da Assembleia Geral**

**Art. 10º -** A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão da A.C.R.C., compõe-se de todos os associados. Pode ser Ordinária e Extraordinária. A Ordinária será sempre convocada com antecedência de 10 dias, pela Diretoria Executiva ou a requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados. Deliberará com a presença mínima da metade deles, por maioria absoluta de votos.

**Parágrafo Único -** A Assembleia Geral Ordinária, tratará de assuntos de interesse geral da A.C.R.C. e será semestral, enquanto a Assembleia Geral ou

Extraordinária tratará de assuntos especiais ou urgentes e ocorrerá quando for necessária.

**Art. 11** – Compete a Assembleia Geral Ordinária, tratar e deliberar sobre todos os assuntos de importância da A.C.R.C. especialmente:

- a) Avaliar e aprovar a execução de seus programas;
- b) Aprovar ou não as suas contas, após o parecer do Conselho Fiscal;
- c) Eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- d) Aceitar ou rejeitar a proposta de admissão de novos associados.

**Art. 12** – Os Associados serão convidados para a Assembleia Gerais com direito a voz e a voto.

## **SECÇÃO II**

### **Da Diretoria Executiva**

**Art. 13** – A Diretoria Executiva que terá mandato de 04(quatro) anos, podendo ser reeleita para mais um período, constará de:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário Geral;
- d) Tesoureiro;
- e) Diretor de Relações Públicas.

**Art. 14** – Compete à Diretoria Executiva:

- a) Respeitar e fazer respeitar a A.C.R.C. e seu Estatuto, trabalhando pela realização dos seus objetivos.
- b) Elaborar com os demais associados, regulamentos e normas para os trabalhos da A.C.R.C.
- c) Reunir-se pelo menos de dois em dois meses para avaliar as atividades, receber propostas de trabalho e distribuir tarefas;
- d) Convocar reuniões quando forem necessárias e criar comissões para a realização de eventos de sua responsabilidade;
- e) Cumprir e fazer cumprir fielmente todas as determinações da Assembleia Gerais.

**Art. 15** – Ao **Presidente** compete:

- a) Representar a A.C.R.C. ativa e passivamente, em Juízo e fora dele;
- b) Administrar a A.C.R.C., convocar e presidir as Assembleia Gerais e outras reuniões suas que houver;
- c) Abrir e movimentar conta bancária em conjunto com o Tesoureiro.

**Art. 16** – Ao **Vice-Presidente** compete: assessorar e substituir ao Presidente nas suas faltas ou impedimentos e em caso de vacância;

**Art. 17** – Ao **Secretário Geral** compete: Secretariar a A.C.R.C. em suas Assembleia Gerais e reuniões outras, redigir e responder pelo seu arquivo, documentação e correspondência.



**Art. 18** – Ao Tesoureiro compete: A escrita financeira e administração imediata do Patrimônio da A.C.R.C., sob a autoridade do Presidente e movimentar conta bancária em conjunto com o mesmo.

**Art. 19** – Ao Diretor de Relações Públicas compete: Manter contato com os radialistas, órgãos e demais pessoas que possam enriquecer a programação da rádio.

### **SECÇÃO III**

#### **Do Conselho Fiscal**

**Art. 20** - O Conselho Fiscal é constituído de 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) Titulares e 02 (dois) Suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria.

**Art. 21** - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar sempre que achar conveniente, a contabilidade e a Tesouraria da Associação;
- b) Emitir parecer prévio sobre assuntos de interesse da Associação, a pedido da Diretoria;
- c) Examinar e emitir parecer sobre o relatório anual da Diretoria;
- d) Denunciar irregularidades porventura verificadas, sugerindo medidas julgadas necessárias, à Diretoria ou à Assembléia Geral.

**Art. 22** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.

**Art. 23** - O Presidente do Conselho Fiscal será um dos membros Titulares, eleito em votação, pela Diretoria.

### **SECÇÃO IV**

#### **CONSELHO COMUNITÁRIO**


**Art. 24** - O Conselho Comunitário será instituído pela A.C.R.C. através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

**Art. 25** - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

x

**Parágrafo Segundo:** A A.C.R.C. manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.



#### **CAPÍTULO IV** **Do Patrimônio**

**Art. 26** - O Patrimônio da A.C.R.C. será constituído de bens móveis, imóveis e valores que ela lícitamente adquirir, assim como de doações, legados, subvenções e da renda de seu próprio patrimônio.

**Art. 27** - A A.C.R.C. não remunerará seus associados pelos exercícios de suas funções e nem permite participação nos lucros, dividendos, bonificações ou verbas federal, estadual ou municipal, a nenhum membro de seus órgãos, não envia dinheiro para o exterior e aplica integralmente no Brasil, na execução de seus objetivos qualquer saldo eventualmente havido nos seus exercícios financeiros.

**Art. 28** - Os associados da A.C.R.C. não têm nem terá a título algum qualquer direito sobre o patrimônio.

#### **CAPÍTULO V** **Das Disposições Finais**

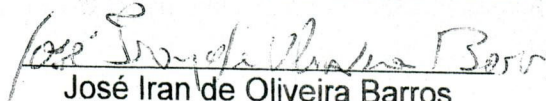
**Art. 29** - A dissolução da A.C.R.C. só poderá ser decidida por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim, como votos da maioria absoluta dos presentes. Dissolvida a Associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado a uma Associação de fins idênticos ou semelhantes, definida na Assembléia.

**Art. 30** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 31** - O presente estatuto foi aprovado na Assembléia Geral e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

**Art. 32** - Revogada todas as disposições em contrário.

São José do Belmonte, 20 de maio de 2015.

  
José Iran de Oliveira Barros  
Presidente



RECONHEÇO a \_\_\_\_\_ Firma \_\_\_\_\_

fori para de Oliveira Barros



São José do Belmonte, 03 de Setembro de 2015

Em testemunho ( ) da verade

*Edivirgens Gomes de Marins Pereira*  
2ª Tabelião Pública.

**CARTORIO DO 2º OFÍCIO**  
Rua José Alves de Carvalho, 32  
Tel.: 3884-1006 / São José do Belmonte - PE  
**Edivirgens Gomes de Marins Pereira**  
TABELIÃO E OFICIAL PRIVATIVA DE PROTESTO  
E-mail: cartorioew@hotmail.com

### CERTIDAO

CERTIFICO que registrei no livro nº 4-14 às

fls. 111 e 112 sob o nº de ordem 314

São José do Belmonte/PE, 10 de 09 de 2015

*[Assinatura]*  
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



CNPJ 11.460.185/0001-33

### CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Carolina Rodrigues de Lima - Oficial  
Registro de Títulos e Documentos  
São José do Belmonte - PE

RECONHECER NO  
TABELIONATO  
Em Sigetela Gomes, 103 - Recife

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO FISCAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE – PE.

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio de dois mil de quinze, as 20:00hs, na Casa Paroquial, São José, localizada à Praça Pires Ribeiro, nº 22, neste cidade. Conforme Edital do dia 20 de abril de 2015. Reuniu-se a maioria dos associados aptos para votar. Presidida pelo Presidente em exercício o Sr. José Iran Oliveira Barros, brasileiro, casado, aposentado, residente na Rua Padre Manoel Lopes, nº 06, Centro, São José do Belmonte, PE, RG: 1.655.900 SSP/PE e CPF: 277.911.224-72. E convida a mim, Ivalda Maria Guimarães Xavier do Carmo, brasileira, casada, professora, residente na Rua José Alves de Carvalho, nº 03, Centro, São José do Belmonte, PE, RG 1.781.434 SSP PE e CPF: 165.174.844-87, para secretariar a presente Assembleia. Foi constatado quorum suficiente para a realização da Assembleia. Isto feito, como Secretária li para os presentes a Ordem do dia: a) Reformulação do Estatuto Social, b) Eleição e Posse da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e Comunitário, e c) Assunto de interesses gerais. Concluída a leitura da ordem do dia, o Presidente da Assembleia passou a explicar aos associados que, em virtude da necessidade da Associação solicitar a Renovação de Outorga junto ao Ministério das Comunicações, se faz necessário alguns ajustes no Estatuto Social, uma vez que o mesmo nunca sofreu nenhuma alteração, carecendo, pois, de um melhor ordenamento e de seu enquadramento no novo Código Civil, bem como a adequação à Norma Complementar 01/2011, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também afirmou o Sr. Presidente que o Ministério das Comunicações só aceita o Estatuto na íntegra, e que foi apresentado aos demais associados. continuando, sendo devolvida a palavra a mim, Secretária, procedi à leitura das alterações estatutárias propostas, para a apreciação dos presentes e posterior aprovação. Antes de fazer a leitura do Estatuto, esclarecemos para uma melhor compreensão que o estatuto foi acrescido de um novo Capítulo e pelas modificações propostas, ganhou alguns novos artigos que passou a ser numerados do Artigo 1º até o Artigo 32. Ficando assim a redação dos artigos alterados: No Capítulo II, foi alterado toda a expressa Sócios por Associados, conforme exigência do código civil. O Art. 3º foi totalmente reformado, dando mais transparência e garantias a todos os associados, ficando assim a nova redação: Art. 3º - São considerados associados todos aqueles que, sem os impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas e religiosas ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovadas pela diretoria e que mantenha fiel obediência a este Estatuto e deliberação da sociedade. Parágrafo Único – O quadro social da A.C.R.C. será composto por pessoas físicas e jurídicas, com residência ou sede, neste município, dividido entre as seguintes categorias: a) Efetivo – os que assinaram a ata de fundação da Associação ou tenham sua proposta de ingresso aprovada por 2/3 (dois terço) dos associados efetivos; b) Benfeitores – os que destacarem na concessão de benefícios materiais à entidade. No Art. 4º, foi acrescido um novo subitem, com a seguinte redação: a) Votar e ser Votado em Assembleia Geral, para todos os cargos da Associação, desde que em dia com suas contribuições. Ficando as demais inalteradas. No Capítulo III da Organização, no Art. 9º foi alterado subitem - d) Conselho Comunitário, excluindo o termo: de programação. No Art. 10º ganhou uma nova redação, ajustando para 1/5 a quantidade dos associados convocarem Assembleia Geral. Na Secção II da Diretoria, foi alterada a nova composição, ficando assim a nova redação: Art. 13 – A Diretoria Executiva que terá mandato de 04(quatro) anos, podendo ser reeleita para mais um período, constará de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) Secretario Geral; d) Tesoureiro; e) Diretor de Relações Publica. Assim, foi alterada a redação dos Artigos 16,17 e 18 sofreram alguns ajustes para se adequar as competências das novas diretorias. Na Secção III do Conselho Fiscal foi



totalmente alterado para uma melhor compreensão do papel do Conselho. Também foram incluídos novos artigos, que passo do art. 20 ao Art. 23. Assim com o Conselho Fiscal, também a redação do Conselho Comunitário foi alterada para ficar de acordo com o que consta na Norma Complementar 01/2011, do Serviço de Rádio Comunitária, que também ganhou novo artigo, iniciando no art. 24 ao art. 25. No Capítulo IV – do Patrimônio, passou a ser iniciado no Art. 26 ao art. 28, e foram alterados todos os termos sócios para associados. No Capítulo V, da Dissolução da Sociedade, alteramos para Das Disposições Finais, que ganhou novos artigos que vai do Art. 29 ao Art. 32. Ficando os demais artigos inalterados. De forma que foi posto em votação e aceito de imediato por todos os presentes. Esclareceu também, que o Ministério das Comunicações só aceita o Estatuto na íntegra, que será enviado ao cartório para fazer a Averbação do Estatuto reformado que vai apresentado na íntegra. Logo em seguida, passamos para o segundo ponto de discussão da Assembleia. Tendo em vista o término do mandato da diretoria executiva e do conselho fiscal, aproveitamos para a realização de nova eleição, a luz do que foi aprovado no Estatuto Social, incluindo neste ato a Eleição do Conselho Comunitário para um mandato coincidindo com o da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal para um mandato de 04 (quatro) anos, que vai de 20 de maio de 2015 a 20 de maio de 2019. A nova composição da Diretoria e dos Conselhos foi aprovada por acordo entre os associados, ficando na seguinte composição: Presidente: Ivaldo Guimarães Xavier, brasileiro, casado, servidor público, residente na Rua Padre Manoel Lopes, nº 05 – Centro, São José do Belmonte, RG 2.083.554 SSP/PE e CPF 258.293.514-04; Vice-Presidente: José Afonso de Carvalho Primo, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Padre Manoel Lopes, s/n, Centro, São José do Belmonte, PE, RG 1.151.047 SSP/PE e CPF 244.347.954-49; Tesoureira: Irenilda Rodrigues do Nascimento, brasileira, casada, comerciante, residente na Rua José Mariano da Cruz, nº 155, Cacimba Nova, São José do Belmonte, PE, RG : 3.785.160 SDS/PE e CPF: 523.299.044-34; Secretário Geral: José Donato de Moura, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Cel. Jose Davi de Barros e Silva, nº 10, Centro, São José do Belmonte, PE, RG: 367.668 SSP/PE e CPF: 081.167.174-72; Diretor de Relações Públicas: José Iran Oliveira Barros, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Pe. Manoel Lopes, nº 06, Centro, São José do Belmonte, PE, RG: 1.655.900 SSP/PE e CPF: 277.911.224-72. Conselho Fiscal Titulares: 1º Ênio Cavalcanti Novaes, brasileiro, casado, aposentado, residente na Rua Monsenhor Afonso Pequeno, 22 - Centro, São José do Belmonte, PE, RG- 1458003 SSP/PE e CPF: 227.160.254-87; 2º Ivalda Maria Guimarães Xavier do Carmo, brasileira, casada, professora, residente na Rua José Alves de Carvalho, nº 03, Centro, São José do Belmonte, PE, RG 1.781.434 SSP PE e CPF: 165.174.844-87; 3º Edivirgens Gomes de Marins Pereira, brasileira, casada, tabeliã, residente na Rua Manoel Lucas de Barros, nº 05, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 168.857.084-53 e RG: 1781441 SSP/PE. Suplentes Conselho Fiscal: 1º Maria de Fátima Vieira Rodrigues, brasileira, viúva, aposentada, residente na Praça Pires Ribeiro, nº 21, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 544.034.724-00 e RG 14335180 SSP/PE; 2º José Hilson Barbosa, brasileiro, casado, agricultor, residente na Av. Joaquim Cipriano da Cruz, nº 06, Costa Rica, São José do Belmonte, PE, CPF: 682.717.194-91 e RG: 3.664.99-7 SSP/PE. Para o Conselho Comunitário: 1º ENTIDADE: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de São José do Belmonte PE. CNPJ : 04.761.002/0001-54, neste ato sendo representado pelos Sr. Edizio Lopes de Carvalho, brasileiro, casado, agricultor, residente na Praça Sá Moraes, nº 41, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 611.048.764-34 e RG: 3615731 SSP PE; 2º ENTIDADE: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Belmonte PE, CNPJ 11.269.792/0001-10. Neste ato sendo representado pelo Sr. Josué de Souza Moreno, brasileiro, casado, agricultor, residente na Rua Vicente Cipriano da Cruz, nº 15, Vila Delmirro, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 478.194,294-34 e RG: 5.277.590 SSP PE; 3º ENTIDADE: Associação Cultura Pedra do Reino, CNPJ: 00.788.748/0001-45. Neste ato sendo representado pela Sra. Ana Paula de




Almeida Novaes Carvalho, brasileira, casada, servidora pública, residente na Rua Joaquim Cipriano da Cruz, nº 13, Cacimba Nova, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 023.268.034-50 e RG: 5.311.391 SSP PE; 4ª ENTIDADE: Paróquia São José - São José do Belmonte, CNPJ: 09.654.914/0013-84. Neste ato sendo representado pelo Sr. Teobaldo Pires de Carvalho, brasileiro, casado, professor e diácono, residente na Rua Leonida Pereira de Barros, nº 60, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 571.121.744-72 e RG: 3.316.071 SSP/PE; 5ª ENTIDADE: 1ª Igreja Batista de São José do Belmonte, CNPJ: 02.735.624/0001-82. Neste ato sendo representado pelo Sr. Fábio Henrique de Amorim Barros, brasileiro, casado, pastor, residente na Rua Leônidas Pereira de Barros, nº 06, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 440.307.704-87 e RG: 2.049.676 SSP/PE. O Presidente em exercício agradeceu a todos pela contribuição, deu posse e parabenizou a nova diretoria eleita, desejando boa sorte na caminhada. Tomando a palavra como presidente eleito, o Sr. Ivaldo Guimarães Xavier, agradeceu pela confiança e se empenhará para dar continuidade aos trabalhos em andamento da associação. E não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE – PE, o Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e encerrou a reunião, e eu Ivalda Maria Guimarães Xavier do Carmo, lavro, dato e assino \_\_\_\_\_ a presente ata, que vai assinada por todos os associados presentes. São José do Belmonte, 20 de maio de 2015.

Presidente da Assembleia José Iran de Oliveira Barros

Diretoria Eleita

Presidente: Ivaldo Guimarães Xavier - 

Vice-Presidente: José Afonso de Carvalho Primo - 

Tesoureira: Irenilda Rodrigues do Nascimento - 

Secretário: José Donato de Moura - 

Diretor de Relações Públicas: José Iran Oliveira Barros - 

Conselho Fiscal (Titulares)

1º Ênio Cavalcanti Novaes - 

2º Ivalda Maria Guimarães Xavier do Carmo - 

3º Edivirgens Gomes de Marins Pereira - 

Conselho fiscal (suplentes)

1º Maria de Fátima Vieira Rodrigues - 

2º José Hilson Barbosa - 

O Conselho comunitário:

Edizio Lopes de Carvalho -

*Edizio Lopes de Carvalho*

(Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de São José do Belmonte PE.)

Josué de Souza Moreno -

*Josué de Souza Moreno*

(Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Belmonte PE)

Ana Paula de Almeida Novaes Carvalho -

*Ana Paula de Almeida Novaes Carvalho*

(Representante da Associação Cultura Pedra do Reino)

Teobaldo Pires de Carvalho -

*Teobaldo Pires de C. Santos*

(Representante da Paróquia São José - São José do Belmonte)

Fábio Henrique de Amorim Barros -

*Fábio Henrique de A. Barros*

(Representante da 1ª Igreja Batista de São José do Belmonte)

RECONHEÇO a s. Firma s. por autenticidade:

*Paulo Guimarães Xavier, José Afonso de Carvalho  
Pires, Francisco Rodrigues de Nascimento, José  
Donato de Almeida, José Manoel Oliveira Barros.*

S 1 Belmonte, 03 de Setembro de 2015

Em testemunho ( ) da verdade.

*Edivirgens Gomes de Oliveira*

2ª Tabelião Pública.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
SELO  
Autenticidade  
e Fiscalização

ANOREG-PE FIRMAS 1

AOD075135

RECONHEÇO a s. Firma s. por autenticidade:

*Josué de Souza Moreno, Ana Paula de Almeida  
Novaes Carvalho, Teobaldo Pires de Carvalho,  
Fábio Henrique de Amorim Barros.*

S 1 Belmonte, 03 de Setembro de 2015

Em testemunho ( ) da verdade.

*Edivirgens Gomes de Oliveira*

2ª Tabelião Pública.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
SELO  
Autenticidade  
e Fiscalização

ANOREG-PE FIRMAS 1

AOD075135

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Rua José Alves de Carvalho, 32  
Tel.: 3884-1006 / São José do Belmonte - PE  
Edivirgens Gomes de Marins Pereira  
TABELIA E OFICIAL PRIVATIVA DE PROTESTO  
E-mail: cartorioew@hotmail.com



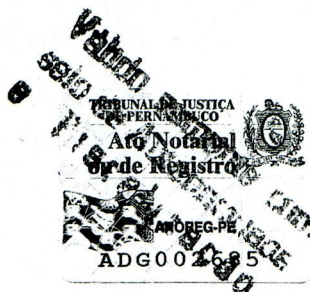
## CERTIDÃO

CERTIFICO que registrei no livro nº A-14 às

fls. 168/171 sob o nº de ordem 313

São José do Belmonte/PE, 09 de 09 de 20 15.

  
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



CNPJ 11.460.185/0001-33

**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO**

Carolina Rodrigues de Lima - Oficial

Registro de Títulos e Documentos

São José do Belmonte - PE

RECONHECER NO  
TABELIONATO **MACIEL**  
Rua Siqueira Campos, 103 - Recife



# ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA ACRC

Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000

## Relatório do Conselho Comunitário da Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC

Relatório do Conselho Comunitário da Associação Cultural Rádio Comunitária, referente a programação da Emissora na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

Os membros deste Conselho estiveram reunidos em reunião extraordinária no dia 20 de agosto de 2015 na Sede da Entidade, Praça Pires Ribeiro, s/n, Centro, São José do Belmonte, PE. Com a finalidade de analisar e deliberar sobre a programação da Emissora, atendendo ao que consta na Norma Complementar 01/2011 no Subitem 21.4.1.

A Presidente da Associação, o Sr. Ivaldo Guimarães Chaves iniciou os trabalhos nos apresentando a grande de programação da rádio que passamos a expor abaixo:

### PROGRAMAÇÃO DIÁRIA SEGUNDA – SEXTA

PROGRAMAÇÃO SEGUNDA-FEIRA			
HORÁRIO	PROGRAMA	APRESENTADOR	CONTEÚDO
05:00 / 07:00	Alvorada Sertaneja		Um resgate a musica de Viola, valorizando a cultura da terra. Prosa Rural do SEBRAE e entrevista, com a participação do ouvinte.
07:00 / 08:00	Detalhes do Rei		Especial do Rei Roberto Carlos
08:00 / 09:00	1 Hora de Sucesso		Especial MPB
09:00 / 12:00 Quarta-Feira 09:00 / 11:30	Manhã 104		Jornalismo local, Estadual e Nacional, Debate, Dicas de Saúde, Entrevistas, Debates, Microfone aberto para a comunidade, Musica e muita Interatividade, horóscopo e dicas para as donas de casa.
Segunda-Feira 12:00 / 14:00	Alcoólicos Anônimo		Programação Institucional direcionado ao publico afins.
Terça-Feira 12:00 / 14:00	A Hora dos Homem do Campo		Programação Institucional, administrada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Voltada para os homem e mulheres do campo. Divulgação de Notas e recados.
Quarta-Feira 11:30 / 12:00	Informes da Prefeitura Municipal		Programação Institucional, prestando conta a população.
Quarta-Feira 12:00 / 12:45	A Bíblia Fala		Programação Evangélica

# ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA ACRC

Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000

<b>Quarta-Feira</b> 12:45 / 14:00	<b>Som Brasil</b>		As melhores da MPB, Sertaneja e Forró
<b>Quinta-Feira</b> 12:00 / 14:00	<b>Hora da Família</b>		Programação voltada para resgate dos valores familiares, debates, entrevista com a participação da comunidade.
14:00 / 16:30	<b>Túnel do Tempo</b>		Uma viagem as décadas de 70, 80, 90, as melhores da MPB.
16:30 / 18:00	<b>Cultura Nordestina</b>		Programa Raízes Nordestina, participação dos artistas da comunidade, resgate da cultura local.
<b>Sexta-Feira</b> 16:00 / 18:00	<b>Transmissão da Reunião da Câmara de Vereadores</b>		Programação Institucional, transmissão da Reunião da Câmara Municipal.
18:00 / 18:30	<b>Ave Maria e o Terço em Família</b>		Programação Católica
18:30 / 19:00	<b>Violas Belmontenses-Poetas</b>		Valores da terra, com a participação de artistas locais e região.
19:00 / 20:00	<b>A Voz do Brasil</b>	EBC	Programa do governo Federal
20:00 / 21:00	<b>Conexão 104</b>		O melhor do brega, musica romântica, brindes e a participação da comunidade.
21:00 / 22:00	<b>Jesus Cristo a Única Esperança</b>	Membros da Igreja Batista	Programação da Igreja Batista
22:00 / 24:00	<b>Play List</b>	Programado	Musicas variadas

## SÁBADO

HORÁRIO	PROGRAMA	APRESENTAÇÃO	CONTEÚDO
05:00 / 07:00	<b>Cultura Nordestina</b>		Um resgate a musica de Viola, Repentista, Forró, vaquejada. Valorização da cultura da sertaneja com a participação do ouvinte.
07:00 / 09:00	<b>Sertanejo Universitário</b>		Programação voltada para os jovens, as melhores musicas da balada universitária.
09:00 / 11:30	<b>Sábado Livre</b>		Retrospectiva da semana, jornalismo local, dicas da feira-livre, musicas, distribuição de brindes, muita musicas com a participação da comunidade.
11:30 / 12:00	<b>Violas Belmontenses-Poetas</b>		Valores da terra, com a participação de artistas locais e região.
12:00 / 14:00	<b>Sábado Livre Parte 2</b>		Retrospectiva da semana, jornalismo local, dicas da feira-livre, musicas, distribuição de brindes, muita musicas com a participação da comunidade.



# ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA ACRC

Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000

14:00 / 15:00	<b>MPB</b>		As melhores da MPB
15:00 / 17:00	<b>Tarde Brega</b>		O melhor do brega, música romântica, brindes e a participação da comunidade.
17:00 / 18:00	<b>Forró Moderno</b>		Programação voltada para os jovens. Música dos artistas da região.
18:00 / 18:30	<b>Ave Maria e Terço em Família</b>		Programação Católica
18:30 / 19:30	<b>Momento da Fé</b>		Musica religiosa
19:30 / 22:00	<b>Show da Cidade</b>		As musicas mais tocada na semana, peça sua musica, com a participação da Comunidade.
22:00 / 24:00	<b>Play List</b>	Programado	Musicas de todos os gêneros.

## DOMINGO

HORÁRIO	PROGRAMA	APRESENTAÇÃO	CONTEÚDO
05:00 / 08:00	<b>Jovem Guarda</b>		Um passeio pelos anos 70, 80 e 90, o melhor da Jovem Guarda.
08:00 / 09:00	<b>Transmissão da Missa da Matriz Nossa Senhora das Dores</b>	Transmissão	Programação Católica
09:00 / 11:30	<b>Música Variadas</b>		Musicas de todos os gêneros.
11:30 / 16:00	<b>Expressão Musical</b>		Um dialogo com a juventude através da musica, o melhor do Pop Nacional e Internacional, brega e muito pagode.
16:00 / 18:00	<b>Roberto Carlos Especial</b>		Em tributo ao Rei Roberto Carlos
18:00 / 18:30	<b>Ave Maria e o Terço da Família</b>		Programação Católica
18:30 / 19:00	<b>Música Variadas</b>		Musicas de todos os gêneros.
19:00 / 20:30	<b>Transmissão da Missa Matriz São José</b>	Transmissão	Programação Católica
20:30 / 24:00	<b>Play List</b>	Programado	Especiais dos melhores da MPB

Após a exibição da grade de programação foi iniciado o debate entre os Conselheiros. Vários membros fizeram questionamentos ao diretor, outros sugeriram pequenas alterações. Depois de mais de uma hora de debate o Conselho concluiu a discussão e VOTOU de forma unânime pela permanência desta grade de programação para esse ano de 2015 por entender que ela atende a pluralidade cultural, social, religiosa e econômica da nossa comunidade.

# **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA ACRC**

**Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000**

Entendemos também que a programação esta atendendo as exigências da Lei 9.612/98 principalmente ao Artigo 4º:

As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão em sua programação aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV – não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político, ideológico e partidário e condições sociais nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária;

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

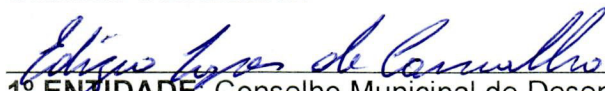
Além de dar oportunidades para diversos radialistas, operadores e técnicos da Comunidade, excluídos do mercado de trabalho pelas grandes emissoras

Assim, entendemos que a Emissora cumpre um importante papel na comunidade e por este motivo, aprovamos a grade de programação.

É o nosso relatório.

São José do Belmonte, 20 de agosto de 2015.

**Conselho Comunitário:**



**1ª ENTIDADE:** Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de São José do Belmonte PE.

Representante: Sr. Edizio Lopes de Carvalho



**ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA  
ACRC**

Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000

Josué de Souza Moreno  
**2º ENTIDADE:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Belmonte PE  
Representante: Sr. Josué de Souza Moreno

Ana Paula de Almeida Novaes Carvalho  
**3º ENTIDADE:** Associação Cultura Pedra do Reino  
Representante: Sra. Ana Paula de Almeida Novaes Carvalho

Teobaldo Pires de C. Santos  
**4º ENTIDADE:** Paróquia São José - São José do Belmonte  
Representante: Sr. Teobaldo Pires de Carvalho

Fábio Henrique de A. Barros  
**5º ENTIDADE:** 1ª Igreja Batista de São José do Belmonte  
Representante: Sr. Fábio Henrique de Amorim Barros



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
		<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.422.190/0001-60</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>05/03/1998</b>
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL <b>A ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA- ACRC</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>PC PIRES RIBEIRO</b>	NÚMERO <b>32</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>56.950-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SAO JOSE DO BELMONTE</b>	UF <b>PE</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

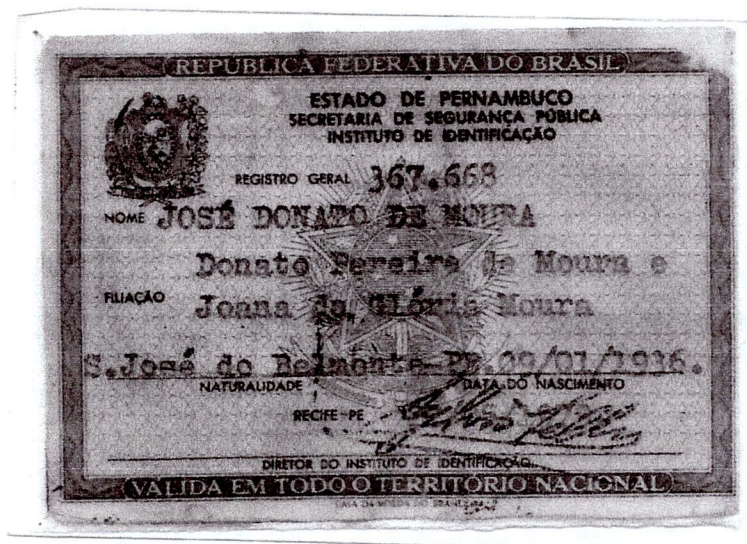
Emitido no dia **16/09/2015** às **14:08:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar





Número do Medidor	Tipo da Função	Anterior		Atual		Nº dias	Constante	Ajuste	Consumo
		Data	Leitura	Data	Leitura				
87791	CAT	07/07/2015	28.622,00	06/08/2015	28.707,00	30	1,00000		85,00

NÍVEL DE TENSÃO			DATA PREVISTA PARA PRÓXIMA LEITURA: 04/09/2015		DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES				
Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)		Descrição	Conjunto	Valor Apurado	Limite Mensal	Limite Trim.	Limite Anual	
	Mínimo	Máximo							
220	202	231	DIC - Nº. de horas sem energia FIC - Nº. de vezes sem energia DMIC - Duração máxima de interrupção contínua DICRI - Duração de interrupção em dia crítico	B O M NOME	jun/2015 1,03 1,00 1,03	8,85 3,67 4,82	17,70 7,35 0,00	35,40 14,70 0,00	Limite DICRI: 12,22

#### Informações importantes sobre a conta de energia

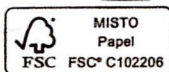
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).  
Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.  
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.



JOSE DONATO DE MOURA

RUA CEL JOSE DAVI BARROS SILVA 10

CENTRO/SÃO JOSE DO BELMONTE  
56950-000 SÃO JOSE DO BELMONTE PE



[www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)

Conta Contrato: 0469149013

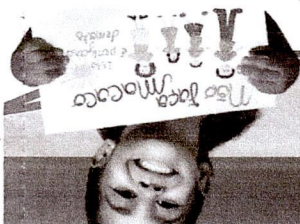
Medidor: 87791

Un. Leitura: 02141118

Sequência: 00296

Poste: S103439

0469149013 GRD06070112004 Apresentação 21/08/2015 Emissão 07/08/2015



Acesse [www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br) e conheça as dicas. 0800 081 0136

Pai, não faça macaco. Senão quem é que vai contar história para eu dormir? Adma de tudo, a vida.

SIGA AS DICAS DE SEGURANÇA DA

25 8370 0131



## NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA



www.celpe.com.br

Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista  
Recife, Pernambuco - CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93

Data de Vencimento

28/08/2015

Mês / Ano de Referência  
08/2015

Total a Pagar (R\$)

56,28

Comercial: 0800 081 0120 | Prontidão: 0800 081 0196

Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142

Ouvidoria Celpe: 0800 282 5599

Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

## CLASSIFICAÇÃO

RESIDENCIAL  
Monofásico

Conta Contrato

0469149013

## DADOS DO CLIENTE

JOSE DONATO DE MOURA

CPF: 081.167.174-72

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA CEL JOSE DAVI BARROS SILVA 10

CENTRO SAO JOSE DO BELMONTE  
56950-000 SAO JOSE DO BELMONTE PENÚMERO DA  
NOTA FISCAL  
000607135DATA DA EMISSÃO  
DA NOTA FISCAL  
07/08/2015DATA DA  
APRESENTAÇÃO  
21/08/2015SÉRIE DA  
NOTA FISCAL  
SÉRIE ÚNICANÚMERO  
DO CLIENTE  
2000287875NÚMERO DA  
INSTALAÇÃO  
3584967

8B40.6EA1.BF79.1075.F61D.D046.3CF0.F74A

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	85,0000000	0.55070363	46.80
Acréscimo Bandeira VERMELHA			6.50
Contribuição Iluminação Pública			2.98

## HISTÓRICO DO CONSUMO

Mês	Consumo (kWh)
AGO 15	85
JUL 15	60
JUN 15	63
MAI 15	45
ABR 15	74
MAR 15	70
FEV 15	44
JAN 15	54
DEZ 14	53
NOV 14	69
OUT 14	70
SET 14	59
AGO 14	59

## TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(kWh) 0.39524000

TOTAL DA FATURA

56,28

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
53,30	25,00	13,32	53,30	0,57	0,30	53,30	2,66	1,41

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	23,31	43,73
Transmissão	1,10	2,06
Distribuição (Celpe)	10,21	19,16
Encargos Setoriais	3,65	6,85
Tributos	15,03	28,20
Total	53,30	100

AUTORIZADO POR SIGMUS EDELMAR RODRIGUES - RF Nº 143/2011 SFA17,PE

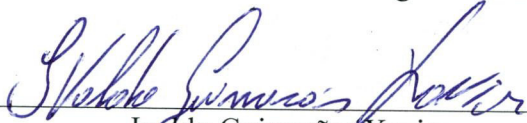
**ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA  
ACRC**

**Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Ivaldo Guimarães Xavier**, na qualidade de representante legal da Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que: A entidade não tem como integrante no seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

São José do Belmonte, 25 de agosto de 2015

  
\_\_\_\_\_  
**Ivaldo Guimarães Xavier**  
**Presidente**  
**CPF. Nº 258.293.514-04**



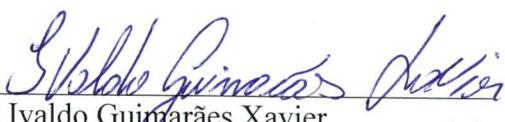
# ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA ACRC

Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000

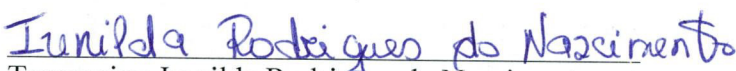
## DECLARAÇÃO

Nós, na qualidade de dirigente da Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.


São José do Belmonte, 25 de agosto de 2015

  
Presidente: Ivaldo Guimarães Xavier  
CPF 258.293.514-04

  
Vice-Presidente: José Afonso de Carvalho Primo  
CPF 244.347.954-49

  
Tesoureira: Irenilda Rodrigues do Nascimento  
CPF: 523.299.044-34

  
Secretário Geral: José Donato de Moura  
CPF: 081.167.174-72

  
Diretor de Relações Públicas: José Iran Oliveira Barros  
CPF: 277.911.224-72

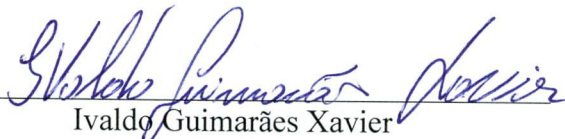
**ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA  
ACRC**

**Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Ivaldo Guimarães Xavier**, na qualidade de representante legal da Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que a Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação com outra Entidade, mediante compromissos e/ou relações financeiras, familiares, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

São José do Belmonte, 25 de agosto de 2015



Ivaldo Guimarães Xavier

**Presidente**

**CPF. N° 258.293.514-04**

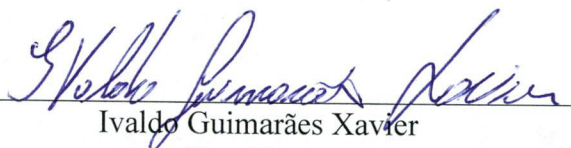
**ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA  
ACRC**

**Praça Pires Ribeiro, s/n – Centro – São José do Belmonte – PE  
CEP: 56.950-000**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Ivaldo Guimarães Xavier**, na qualidade de representante legal da Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação.

São José do Belmonte, 25 de agosto de 2015



Ivaldo Guimarães Xavier

**Presidente**

**CPF. Nº 258.293.514-04**



DADOS DO CLIENTE		MATRICULA: 22966448 Ago/2015	
IVALDO GUIMARAES XAVIER R PE MANOEL LOPES, N. 00005 - CENTRO SAO JOSE DO BELMONTE PE 5 6950-000 INSCRIÇÃO: 135.810.153.0001.200 GRUPO: 14 DEB. AUTOMATICO: 22966447			
SITUAÇÃO ÁGUA LIGADO	SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL	QUANTIDADE DE ECONOMIAS RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICA	
HIDRÔMETRO A12B303743	DATA LEIT. ANTERIOR 08/08/2015	DATA LEIT. ATUAL 09/09/2015	TIPO DE CONSUMO (A/E) REAL
<p>ÁGUA:</p> <p>LEIT ANT: 232 CONSUMO: 9</p> <p>LEIT ATU: 241</p> <p>LEIT FAT: 241</p>			
HISTORICO DE CONSUMO			
REFERENCIA	CONSUMO		
07/2015	08		
06/2015	06		
05/2015	07		
04/2015	06		
03/2015	08		
02/2015	07		
MEDIA:	07		
<p>OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS</p> <p>(2) OS PARAMETROS COFIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITARIAS DA ÁGUA</p> <p>(3) OS PARAMETROS COR E TURBIDEZ SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA</p>			
DESCRICAÇÃO DOS SERVIÇOS	CONSUMO	TOTAL (R\$)	
ÁGUA			
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)			
CONSUMO DE ÁGUA	9 M3	33,65	

Tip A 60 Loteria  
Fone (87) 3884-1020  
SEI 2015

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	33,65	1,65	0,56
COFINS	33,65	7,60	2,56

VENCIMENTO: 20/09/2015 TOTAL A PAGAR: 33,65

MENSAGEM:

VIA DO CLIENTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.083.554

NOME: IVALDO GUIMARAES XAVIER

FILIAÇÃO: Vivaldo Guimarães Ursulina Xavier Guimarães

NATURALIDADE: São José do Belmonte-PE 06.04.1962

DOC. ORIGEM: CC.1724-L. Baux-F. 163-Card.

São José do Belmonte-PE

258.293.514-04

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

DATA DE NASCIMENTO: 01.11.2000

DATA DE EMISSÃO: 01.11.2000

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

258.293.514-04

IVALDO GUIMARAES XAVIER

06/04/1962



oi **FIXO**

TELEMAR NORTE LESTE S/A  
CNPJ: 33.000.118/0014-93 - INSC. ESTADUAL: 181.001.0019146-4  
RUA DO BRUM, 485 - RECIFE - PE CEP: 50030-260  
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 1/5



0385 - CTC RECIFE PE PL8

JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS  
RUA BELIZARINA A DE CARVALHO, 285  
CENTRO  
56950-000 SAO JOSE DO BELMONTE-PE



7213512820067810000006466930060815

CARVALHAO

Referência

**JULHO /2015**

Telefone

**( 87 ) 3884-1424**

Vencimento

**16/08/2015**

Total a pagar

**R\$ 112,85**

### Resumo da sua fatura



<b>OI FIXO.....</b>	<b>R\$ 62,98</b>
OI FIXO	41,99
PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL	
PACOTE DE MINUTOS LONGA DISTANCIA COM 31	
SERVICOS DIGITAIS	
OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS	20,99



<b>OI VELOX.....</b>	<b>R\$ 29,89</b>
OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA	29,89
ASSINATURA VELOX	



<b>EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS</b>	<b>R\$ 19,98</b>
SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E DE TERCEIROS	15,84
OUTROS VALORES	4,14

A partir de 11 de outubro de 2015, os números celulares dos DDDs 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 71, 73, 74, 75, 77 e 79 passarão a ter 9 dígitos. Será acrescentado o dígito '9' antes do número atual, passando ao formato (DDD) 9xxxx-xxxx.

Para mais informações acesse [oi.com.br/9digito](http://oi.com.br/9digito).



TELEMAR NORTE LESTE S/A  
CNPJ: 33.000.118/0014-93 - INSC. ESTADUAL: 181.001.0019146-4  
RUA DO BRUM, 485 - RECIFE - PE CEP: 50030-260  
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

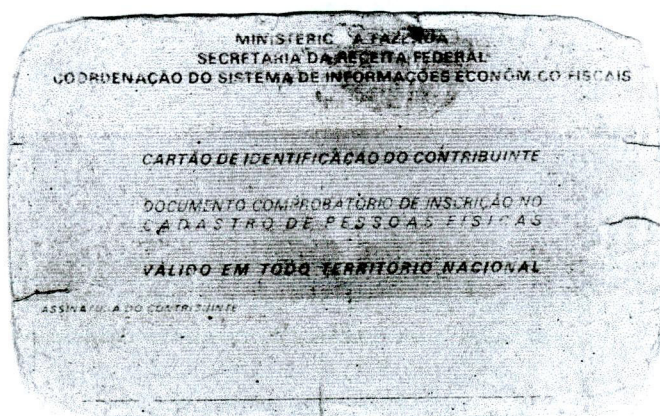
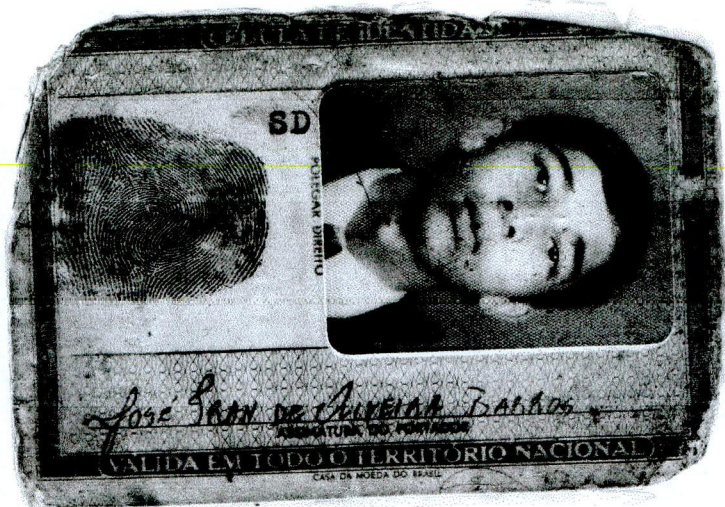
JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS  
TELEFONE/CONTRATO: 38841424 CJ 0 SU 5  
CONTA 07/2015 LOCAL 5799 DV 7

84620000001-2 12850024030-3 32057990388-3 41424051507-5



FATURA N.: 1200099812380  
VENCIMENTO: 16/08/2015









Você, sem fronteiras.

Nota Fiscal - Fatura de Serviços de Telecomunicações  
Número: 000.292.689-AA  
TIM Celular S.A.  
Av. Ayrton Senna da Silva, 1633 - SL 41-Jaboatão dos Guararapes-PE  
CNPJ: 04.206.050/0082-46 - I.E.: 03.204.987-0  
CNPJ da Matriz: 04.206.050/0001-80

Cliente: 1.34799166  
CPF/CNPJ: 52229904434  
Emissão: 19/07/15 Postagem: 28/07/15  
Referência: JUL/15 Período: 19/08/15 a 18/07/15  
Débito automático: 134799166015  
CFOP: 5307  
Número da Fatura 1223967840

Página 1 de 2

#### Endereço Fiscal

IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO  
CORONEL JOSE DE ALENCAR DE CARVALHO PIRES, 17 -  
CASA  
CENTRO  
56950-000 - SAO JOSE DO BELMONTE - PE

IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO  
CORONEL JOSE DE ALENCAR DE CARVALHO PIRES,  
17 - CASA  
CENTRO  
56950-000 - SAO JOSE DO BELMONTE - PE

VENCIMENTO  
10/08/15

VALOR  
R\$ 33,61

"T.I.M." é marca dos serviços de telecomunicações do Grupo TIM no Brasil

A partir de 11 de outubro de 2015, os números celulares dos DDDs 31,32,33,34,35,37,38, 71, 73, 74, 75, 77 e 79 passarão a ter 9 dígitos. Será acrescentado o dígito "9" antes do número atual, passando ao formato: (DDD)9xxxx-xxxx. Mais informações em [www.tim.com.br/9digito](http://www.tim.com.br/9digito).

#### Quantidade de Acessos: 0

	QUANTIDADE	DURAÇÃO/VOLUME	ICMS	PIS/COFINS	VALOR
01 OUTROS CRÉDITOS/DÉBITOS					33,61
02 Franquia: outras chamadas/serviços - 87999580209 (069/PÓS/SMP)	1		28%	3,65%	10,00
03 Franquia Liberty Controle : (TIM-TIM)- 87999580209 (069/PÓS/SMP)	1		28%	3,65%	22,90
04 JUROS: (VENC 10/06/15, PAGO EM 16/06/15)	1			-	0,06
05 MULTAS: (VENC 10/06/15, PAGO EM 16/06/15)	1			3,65%	0,65
06 TOTAL TIM					33,61

Reservado ao Fisco : 2162.AECE.5992.585A.9F2F.3C51.A97F.9665

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

IMPOSTO	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	VALOR	FUST: R\$ 0,22
ICMS	28%	R\$ 32,90	R\$ 9,21	FUNTEL: R\$ 0,11
PIS/COFINS - Serviço Telecom		R\$ 33,55	R\$ 1,21	
PIS/COFINS - Serviços Não Telecom		R\$ 0,00	R\$ 0,00	
PIS/COFINS - Total		R\$ 33,55	R\$ 1,21	

Dúvidas na fatura? Acesse [Entenda sua Conta na Área Exclusiva do site www.tim.com.br](http://Entenda sua Conta na Área Exclusiva do site www.tim.com.br)  
Central de Atendimento TIM: 1056

As contribuições ao FUST (1%) e FUNTEL (0,5%) não são repassadas às tarifas.



TIM Celular S.A.

Para sua comodidade, cadastre sua conta em débito automático, em seu banco, utilizando o número de identificação indicado neste boleto. Para mais informações, ligue para a central de atendimento TIM.

NOME DO CLIENTE

IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO

Em atendimento a Lei n.12741/2012 informamos abaixo os tributos cuja incidência influi na formação dos preços dos serviços prestados.  
ICMS = conforme destacado acima, PIS = 0,65% e COFINS = 3%

IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO AUTOMÁTICO	MÊS DE REFERÊNCIA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
13479916601-5	JUL / 15	19/07/15	10/08/15	R\$ 33,61

VIA BANCO

84610000000-5 33610109010-6 00122396784-3 07982812099-2

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
27/08/2015 - AUTO-ATENDIMENTO - 16.21.30  
0981470430

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: IRENILDA R NASCIMENTO

AGENCIA: 981-4 CONTA: 5.878-5

Convenio TIM CELULAR S.A.

Codigo de Barras 84610000000-5 33610109010-6  
00122396764-3 07982812099-2

Data do pagamento 27/08/2015

Valor em Dinheiro 33,61

Valor em Cheque 0,00

Valor Total 33,61

DOCUMENTO: 082702

AUTENTICACAO SISBB:

C.7C0.ABE.B36.B1A.D93

Leia no verso como conservar este documento,  
entre outras informações.



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.785.160 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/05/2014

NOME << IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO >>

FILIAÇÃO << ANDRELINO RODRIGUES DO NASCIMENTO >>  
<< ANA MARIA DO NASCIMENTO >>

NATURALIDADE SÃO JOSÉ DO BELMONTE - PE DATA DE NASCIMENTO 28/08/1966

DOC. ORIGEM << 077156 02 55 1968 1 00014 116  
0033323 90 SÃO JOSÉ DO BELMONTE-PE >>

CPF 522.299.044-34

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/04/83

F-61 25.323 - 3131

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURI

01

IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO

ASSINATURA DO TITULAR

CPF: 522.299.044-34

DATA DE NASCIMENTO: 28/08/1966

LOCAL DE NASCIMENTO: SÃO JOSÉ DO BELMONTE - PE

CPF: 522.299.044-34

DATA DE EXPEDIÇÃO: 08/05/2014

CARTEIRA DE IDENTIDADE

DADOS DO CLIENTE  
JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA PE MANOEL LOPES 1

CPF: 244.347.954-49 NIS: 23661976407

CENTRO/SÃO JOSE DO BELMONTE  
SÃO JOSE DO BELMONTE PE  
56950-000

CLASSIFICAÇÃO  
B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monofásico

CONTA CONTRATO  
7012090352  
MÊS/ANO  
06/2015  
DATA DE VENCIMENTO  
12/06/2015  
DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA  
07/07/2015  
TOTAL A PAGAR (R\$)  
99,59

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE ÚNICA	EMIÇÃO
000340350		05/06/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
05/06/2015	2001839779	3568028

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,14478389	4,34
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,24820061	17,37
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	120,0000000	0,37230092	44,67
Consumo Ativo superior a 220 kWh	20,0000000	0,41366769	8,27
Acréscimo Bandeira VERMELHA			10,51
Contribuição Iluminação Pública			14,73

TOTAL DA FATURA

99,89

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
60815514	CAT	05/05/2015	11 639,00	05/06/2015	11 879,00	31	1,00000		240,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh	
JUN 15 240	
MAI 15 191	
ABR 15 210	
MAR 15 187	
FEV 15 243	
JAN 15 237	
DEZ 14 234	
NOV 14 209	
OUT 14 199	
SET 14 153	
AGO 14 135	
JUL 14 126	
JUN 14 151	

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	85,16	1,02
PIS	85,16	0,86
COFINS	85,16	3,97

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	49,43	56,05
Transmissão	2,31	2,71
Distribuição (Celpe)	21,68	26,46
Encargos Setoriais	6,81	8,11
Tributos	4,83	5,67
Total	86,15	100

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh	0,11954550
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,23407800
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,35111700
Consumo Ativo superior a 220 kWh	0,38013000

RESERVADO AO FISCO

451C A564 3D82 24A3 8349 C391 4BAA 25D2

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data de leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mas informações em [www.kneel.gov.br](http://www.kneel.gov.br). Pagamento em atraso gera Multa 2% (Res. 414/ANEL-09/09/10) e Juros 1% m (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. Isenção do ICMS conforme art. 9, XLVIII, a, 2.2.2, do RICMS-PE. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 29,40. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

Não existem débitos de 2014 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais (Art. 4º, Lei 12.007/09). Esta declaração não serve para débitos de parcelamentos, concessões de dívidas nem faturas em discussão judicial que poderão ser





**CIC**

**NASCIMENTO** 25.09.59

**INSCRIÇÃO NO CPF** 244 347 554 49

**CONTRIBUINTE**

**JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO**

*Assinatura*  
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.511.047 DATA DE EXPEDIÇÃO 31.10.2002

NOME JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO

FILIAÇÃO Afonso Primo de Carvalho  
Maria Carvalho Barros

NATURALIDADE São José do Belmonte-PE DATA DE NASCIMENTO 25.09.1959

DOC ORIGEM C C 1850 F 225 L.B-4Aux Cart  
de São José do Belmonte-PE

CPF 244.347.954-45

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

*Assinatura do Contribuinte*

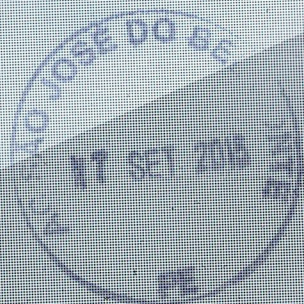
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
MINISTÉRIO DA FAZENDA





DESTINATÁRIO		FONE	
Ministério das Comunicações			
ENDEREÇO			
Esplanada dos Ministérios, Bloco-R 3º Andar			
CEP	CIDADE	UF	
70044-900	BRASILIA	DF	
REMETENTE	FONE		CARIMBO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA-ACRC			
ENDEREÇO			
PRÇA. PIRES RIBEIRO-CENTRO, N° 32			
CEP	CIDADE	UF	UNIDADE ENTREGADORA
56950-000	SÃO JOSÉ DO BONITO	PE	

- USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
- ☐ Mudou-se
  - ☐ Recusado
  - ☐ Desconhecido
  - ☐ Não procurado
  - ☐ Endereço Insuficiente
  - ☐ Não existe o número indicado
  - ☐ Outros (especificar)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_h

2ª: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_h

3ª: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_h

Rubrica do responsável \_\_\_\_\_ Visto \_\_\_\_\_



MATERIAL RECICLÁVEL

"Reciclar materiais é preservar o meio ambiente"



## Ministério das Cidades

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 8, DE 21 DE JULHO DE 2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN - no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e,

Considerando o disposto na Resolução nº 56/98, alterada pela Resolução 127/2001, ambas do CONTRAN, resolve:

Art. 1º - Credenciar o Faixa Branca Clube dos Carros Antigos de Ribeirão Preto com sede na Rua Laguna, nº 1.353, Ribeirão Preto - SP, para examinar e certificar a originalidade de veículos antigos de coleção, sem fins lucrativos.

### PORTARIAS DE 17 DE JULHO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
351	53103.000856/98	Associação de Rádio Comunitária - ARC	Itapetim/PE
352	53103.000835/98	Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC	São José do Belmonte/PE
353	53640.001272/98	APAI - Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré	Itacaré/BA
354	53640.000204/01	Associação do Movimento Voluntário de Ação Cultural, Comunitária e Recreativa	Pilão Arcado/BA
355	53650.000161/01	Associação Comunitária de Jamará - ACJ	Missão Velha/CE
356	53650.000804/01	Associação Comunitária "São Francisco"	Alcântaras/CE
357	53710.000304/99	Associação Beneficente Bom Samaritano	Angelândia/MG
358	53710.000491/99	Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural	Novo Cruzeiro/MG
359	53710.000834/01	Associação Beneficente Cristã de Formoso - ABCF	Formoso/MG

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 342, DE 16 DE JUNHO DE 2003 (\*)

Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 22, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 433, de 17 de março de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2003;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VIII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, cabe à Anatel administrar o espectro de radiofrequências, expedindo as respectivas normas;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 261, realizada em 9 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Republicar, com alterações, o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 232, de 15 de Agosto de 2000.

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA  
Presidente do Conselho

### ANEXO

REGULAMENTO SOBRE CONDIÇÕES DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS NAS FAIXAS DE 25,35 GHz A 28,35 GHz, 29,10 GHz A 29,25 GHz E 31,00 GHz A 31,30 GHz

Art. 2º - Reconhecer o Faixa Branca Clube dos Carros Antigos de Ribeirão Preto, ora credenciado, como apto para expedição de Certificado de Originalidade previsto no inciso IV do art. 1º da Resolução nº 56/98 - CONTRAN.

Art. 3º - O Certificado de Originalidade de veículo de coleção é parte integrante da documentação de regularização junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, para a emissão do Certificado de Registro de Veículo - CRV, caracterizando a modalidade do veículo com a expressão "Veículo de Coleção".

Art. 4º - O Faixa Branca Clube dos Carros Antigos de Ribeirão Preto deverá enviar anualmente ao DETRAN o controle de emissão dos Certificados de Originalidade.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AILTON BRASILIENSE PIRES

## Ministério das Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 132, DE 27 DE MAIO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.00742/97, resolve:

Autorizar a FUNDAÇÃO ENIVALDO DOS ANJOS, permissãoária do Serviço Radiodifusão de Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na referida cidade, observadas as condições constantes da portaria de aprovação de local e equipamentos. Itênia

MIRO TEIXEIRA

(6.481-0 22/07/03 95,23)

360	53720.000136/01	Associação Cultural e Beneficente de Marapanim	Marapanim/PA
361	53830.001218/02	Associação Comunitária Cultural de Monte Aprazível	Monte Aprazível/SP
362	53830.002282/98	Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova	Macatuba/SP
363	53610.000381/98	Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tabuleiro Grande - Anadia - Alagoas - AS-COMPOTAG	Anadia/AL
364	53720.000487/99	Associação Comunitária Cultural Capimense	São Domingos do Capim/PA
365	53780.000040/01	Associação Comunitária Princesa do Trairí	São Bento do Trairí/RN
366	53830.000053/02	(AADC) Associação Cultural Aracanguense de Difusão Comunitária	Santo Antônio do Aracanguá/SP
367	53740.000894/98	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã - ARCI	Ivaiporã/PR
368	53740.000781/99	ASCOLI - Associação Comunitária do Município de Lidianópolis	Lidianópolis/PR
369	53740.000052/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguaí	Itaguaí/PR
370	53740.000744/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu - Paraná	Saudade do Iguaçu/PR
371	53830.002037/98	Associação Cultural Comunitária Nova Missão	Mogi-Mirim/SP

MIRO TEIXEIRA

Tabela II - Divisão da faixa de 29,10 GHz a 29,25 GHz em blocos de 75 MHz.

Blocos	Limites [GHz]
G	29,100 a 29,175
H	29,175 a 29,250

Tabela III - Divisão da faixa de 31,00 GHz a 31,30 GHz em blocos de 75 MHz.

Blocos	Limites [GHz]
I	31,000 a 31,075
J	31,075 a 31,150
K	31,150 a 31,225
L	31,225 a 31,300

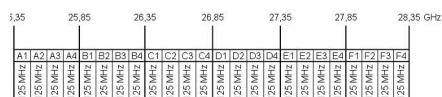
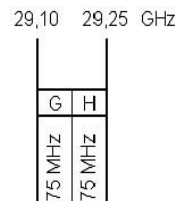


Figura 1. Ilustração da segmentação da faixa de 25,35 GHz a 28,35 GHz em blocos de 125 MHz.





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

**CNPJ:** 02.422.190/0001-60

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:25:00 do dia 22/02/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/03/2018.

Certidão expedida gratuitamente.





## Identificação do Processo

Númer 53900.034340/2015 Localidade / SÃO JOSÉ DO BELMONTE/PE  
 Entid A ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA- ACRC  
 Aviso 4 Publicaç 18/03/1999 Prazo: 30 Can 285

## Processo

1. A Entidade é uma: Associaç

## 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Ivaldo Guimarães Xavier	258.293.514-04	Presidente	20/05/2015 20/05/2019	
JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS	277.911.224-72	Diretor de Relações Públicas	20/05/2015 20/05/2019	
José Afonso de Carvalho Primo	244.347.954-49	Vice-Presidente	20/05/2015 20/05/2019	
Irenilda Rodrigues do Nascimento	522.299.044-34	Tesoureiro	20/05/2015 20/05/2019	
José Donato de Moura	081.167.174-72	Secretário Geral	20/05/2015 20/05/2019	

## 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. .
- 1.1) Data de postagem: 17/9/2015 (Requerimento 0731110).
- 1.2) Tempestividade: (X) Sim - art. 6º-B, § 6º da Lei nº 13.424, de 28/3/2017 ( ) Não.
- 2) Declaração de conformidade: fl. .
- 3) Estatuto Social: fls. 1 a 6 (Requerimento 0731110).
- 3.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, ?a?;
- 3.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º, caput; Irregular
- 3.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º, ?a?; Irregular
- 3.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, ?a?;
- 3.5) Órgão administrativo e cargos: art. 13;
- 3.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 14 e ss.;
- 3.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 13 (quatro anos);
- 3.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 24 e 25.
- 4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 7 a 11 (Requerimento 0731110). (20/5/2015 - 20/5/2019).
- Presidente: Ivaldo Guimarães Xavier; (6/4/1962 - 258.293.514-04)
- Vice-Presidente: José Afonso de Carvalho Primo; (25/9/1959 - 244.347.954-49)
- Secretário(a) Geral: José Donato de Moura; (9/1/1936 - 081.167.174-72)



Tesoureiro(a): Irenilda Rodrigues do Nascimento; (28/8/1966 - 522.299.044-34)

Diretor(a) de Relações Públicas: José Iran de Oliveira Barros. (29/4/1961 - 277.911.224-72)

5) Comprovantes de maioridade e nacionalidade: fls. 18, 25, 27, 30 e 32 (Requerimento 0731110).

6) CNPJ: fl. 17 (Requerimento 0731110).

7) Certidão Negativa da Anatel: Certidão SIGEC 2673384.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 12 a 16 (Requerimento 0731110).

**\*\*\*PENDÊNCIAS:**

- Não foi encaminhado requerimento de renovação.

-----  
- Não foi encaminhada declaração de conformidade.

-----  
- No estatuto social:

(I) art. 3º, caput: está previsto que a admissão do associado está condicionada à aprovação pela diretoria, o que é vedado; e

(II) art. 4º, ?a?: não está previsto o direito de voz dos associados nas instâncias deliberativas;

**\*\*\*CONCLUSÕES:**

- Foi realizada pesquisa de vínculo e não foi verificada irregularidade.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

---

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

**NOTA TÉCNICA Nº 3853/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.034340/2015-41.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Belmonte**, estado de **Pernambuco**, apresentou interesse na renovação da autorização (Requerimento 0731110), em 17/9/2015, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 15/8/2015. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso VI	Declaração atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade.  <b>Observação:</b> essa declaração não precisará ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
	Art. 131, I	Requerimento de renovação.	Não foi encaminhado requerimento de renovação nos moldes do Anexo 5 da Portaria.
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.</p>	<p>Art. 131, inciso II, c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.</p>	<p>Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. O art. 3º caput do estatuto está em desacordo com o art. 40, II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à aprovação pela Diretoria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto expressamente o ingresso <b>gratuito</b>, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.</p> <p>b. No art. 4º, "a" não está expressamente previsto o direito de voz dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, III da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p><b>Observação 1:</b> a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p><b>Observação 2:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme art. 116 da Lei nº 6.015, de 31 de</p>
---	---	--	---



**CONCLUSÃO**

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 22/02/2018, às 13:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/02/2018, às 08:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2673415** e o código CRC **EF65C22B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 6465/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

IVALDO GUIMARÃES XAVIER

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC** (CNPJ nº 02.422.190/0001-60)

Praça Pires Ribeiro, nº 32 - Centro

56.950-000 - São José do Belmonte - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034340/2015-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 3853/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicito que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/02/2018, às 08:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2673440** e o código CRC **42081489**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6465/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.034340/2015-41 - Nº SEI: 2673440



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMA DO ESTATUTO E ADMISSÃO DE NOVOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE PE -

Aos 18 (dezoito) dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, as 20:00 h. Na sua sede localizada à Praça Pires Ribeiro, n. 32, nesta cidade. Conforme convocação estabelecida pelo Estatuto da entidade. Reuniu-se a maioria dos associados aptos a votar. Reunião presidida pelo Presidente Ivaldo Guimarães Xavier, brasileiro, casado, servidor público, residente a Rua Pe. Manoel Lopes, 05 – Centro, São José do Belmonte -PE. Fez o convite para secretariar ao Sr. José Donato de Moura, viúvo, autônomo, residente na Rua Cel. José Davi de Barros e Silva, N. 10 – Centro de São José do Belmonte – PE. Foi constatado quorum suficiente para a realização da Assembleia. Concluída a leitura da ordem do dia, o Presidente da Assembleia fez explanação dos motivos que levaram a realização desta assembleia extraordinária. Que após recebimento do ofício n. 6465/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Viu-se a necessidade de cumprir as exigências no processo n. 53900.034340/2015-41, de renovação de outorga dos serviços de radiofusão comunitária. Lido o ofício passou-se para a proposta de alteração exigida pela Portaria n. 4334, publicada no DOU de 21/09/2015, no seu art. 40, II, passando o Estatuto Social da Associação Cultural Rádio Cultural – A.C.R.C. no seu Art. 3º a ter a seguinte redação: “ Art. 3º - São considerados associados todos aqueles que tiverem seu ingresso gratuito e sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas e regiliosa ou de moradores e que mantenha fiel obediência a este Estatuto e deliberação da sociedade.” Sem alteração no seu Parágrafo Único e alíneas “a” e “b” seguintes. No seu art. 4º, “a” passará a ter a seguinte redação: “ Art. 4º – São direitos e deveres dos Associados: a) Ter voz, votar e ser votado em Assembleia Geral, para todos os cargos da Associação, desde que em dia com suas contribuições.” Não alterando as alíneas seguintes. Postos em votação, foi aprovado por unanimidade. Esclareceu também que o Ministério da Ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações só aceita o Estatuto na íntegra, que será enviado ao cartório para fazer a averbação. Foi submetida a aprovação do mais novo associado Cicero Moraes Barros de Carvalho, brasileiro, casado, residente a Praça Pires Ribeiro, nº 13 – Centro, portador do CPF: 038.597.494-98, rg nº 6309351 SSPPE, que foi aceito por todos presentes a Assembleia Geral Extraordinária. O Presidente agradeceu a presença e a colaboração de todos. E não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembleia Geral Extraordinária da Associação Cultural Rádio Comunitária de São José do Belmonte – PE, encerrou a reunião, e eu José Donato de Moura, lavro, dato e assino José Donato de Moura a presente ata, que vai assinada por todos os associados presentes. São José do Belmonte, 18 de março de 2018.

Ivaldo Guimarães Xavier  
Ivaldo Guimarães Xavier

José Afonso de Carvalho Primo

José Afonso de Carvalho Primo  
Irenilda Rodrigues do Nascimento Irenilda R. do Nascimento

José Iran de Oliveira Barros  
José Iran de Oliveira Barros

Enio Cavalcanti Novaes  
Enio Cavalcanti Novaes

Edivirgens Gomes de Marins Pereira  
Edivirgens Gomes de Marins Pereira

José Hilson Barbosa  
José Hilson Barbosa

Cicero Moraes Barros de Carvalho

Cicero Moraes Barros de Carvalho

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE  
Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA  
Telefone: (87) 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de José Iran de Oliveira Barros, Enio Cavalcanti Novaes, José Hilson Barbosa e Cicero Moraes Barros de Carvalho. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 19,16

Selo: 0076398.LZD01201801.00445 23/03/2018 09:19:41  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua José Alves de Carvalho, 32

Tel: 3884-1006 / São José do Belmonte - PE

Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA

Telefone: (87) 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de José Donato de Moura, Ivaldo Guimarães Xavier, José Afonso de Carvalho Primo, Irenilda Rodrigues do Nascimento. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 19,16

Selo: 0076398.LZD01201801.00444 23/03/2018 09:19:41

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

CERTIFICO que registrei no LIVRO Nº A-16, às folhas 133vº/134, sob o nº de ordem 545. O presente documento, São José do Belmonte/PE, 26/03/2018. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima-Oficial do Registro de Títulos e Documentos.

Selo: 0074054.SLE07201701.00515 26/03/2018 15:00:46  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)



CGC 11.480.185/0001-82

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Carolina Rodrigues de Lima

TABELIA

Registro Geral de Imóveis e Hipotecas  
São José do Belmonte-PE

A-16

no 545

ps. 13302/134

103



## DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a Associação Cultural Rádio Comunitária ACRC – CNPJ: 02.422.190/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, utilizando o canal 285, a frequência 104,9 MHz, na localidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Outrossim, declaramos que a referida entidade está apta a ter a sua outorga renovada por novo decênio(quindênio), de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983 e Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.

São José do Belmonte PE, 18 de março de 2018.



Waldo Guimarães Xavier

Representante Legal da Associação

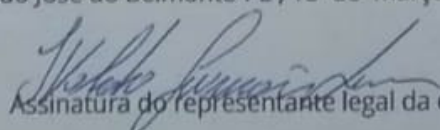
**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Qualificação da entidade	
Razão social: Associação Cultural Rádio Comunitária	
Nome Fantasia:	
CNPJ: 02.422.190/0001-60	
Endereço de Sede: Praça Pires Ribeiro	Nº: 32
Bairro: Centro	CEP: 56.950-000
Cidade: São José do Belmonte	UF: PE
Nome do representante legal: Ivaldo Guimarães Xavier	
Endereço eletrônico (e-mail): saojosefm104@gmail.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

São José do Belmonte-PE, 18 de março de 2018.

  
Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: Praça Pires Ribeiro, 32	
Bairro: Centro	CEP: 56.950-000
Cidade: São José do Belmonte	UF: PE





AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 6465/2018/SEI-MCTIC, 27/02/2018

53900.034340/2015-41

IVALDO GUIMARÃES XAVIER

ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA

Praça Pires Ribeiro, nº 32 - Centro

56.950-000 São José do Belmonte / PE

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO ENTREGADOR /  
SIGNATURE DE L'AGENTDATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JG 08752976 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE POSTAL / BUREAU DE DÉPÔT

Serviço Público Federal  
Ministério da Comunicação

11 MAR 2018

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,  
Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 807, Anexo Oeste,

70.044-900 Brasília - DF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

<b>Qualificação da entidade</b>	
Razão social: Associação Cultural Rádio Comunitária	
Nome Fantasia:	
CNPJ: 02.422.190/0001-60	
Endereço de Sede: Praça Pires Ribeiro	Nº: 32
Bairro: Centro	CEP: 56.950-000
Cidade: São José do Belmonte	UF: PE
Nome do representante legal: Ivaldo Guimarães Xavier	
Endereço eletrônico (e-mail): saojosefm104@gmail.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no [art. 6º](#), parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

São José do Belmonte-PE, 18 de março de 2018.

  
Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: Praça Pires Ribeiro, 32	
Bairro: Centro	CEP: 56.950-000
Cidade: São José do Belmonte	UF: PE

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 16/04/18 às 16:00 horas  
Assinatura: Conceição



**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

<b>Qualificação da entidade</b>	
Razão social: Associação Cultural Rádio Comunitária	
Nome Fantasia:	
CNPJ: 02.422.190/0001-60	
Endereço de Sede: Praça Pires Ribeiro	Nº: 32
Bairro: Centro	CEP: 56.950-000
Cidade: São José do Belmonte	UF: PE
Nome do representante legal: Ivaldo Guimarães Xavier	
Endereço eletrônico (e-mail): saojosefm104@gmail.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no [art. 6º](#), parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

São José do Belmonte-PE, 18 de março de 2018.

  
Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: Praça Pires Ribeiro, 32	
Bairro: Centro	CEP: 56.950-000
Cidade: São José do Belmonte	UF: PE

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a Associação Cultural Rádio Comunitária ACRC – CNPJ: 02.422.190/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, utilizando o canal 285, a frequência 104,9 MHz, na localidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Outrossim, declaramos que a referida entidade está apta a ter a sua outorga renovada por novo decênio(quindênio), de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983 e Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.

São José do Belmonte PE, 18 de março de 2018.



Ivaldo Guimarães Xavier

Representante Legal da Associação

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a Associação Cultural Rádio Comunitária ACRC – CNPJ: 02.422.190/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, utilizando o canal 285, a frequência 104,9 MHz, na localidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Outrossim, declaramos que a referida entidade está apta a ter a sua outorga renovada por novo decênio(quindênio), de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983 e Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.

São José do Belmonte PE, 18 de março de 2018.



Waldo Guimarães Xavier

Representante Legal da Associação



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

**Eu, Ivaldo Guimarães Xavier**, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF/MF sob o número 258.293.514-04, RG sob o número 2.083.554 emitido pela SSP/PE, domiciliado e residente a Rua Pe. Manoel Lopes, número 5, Bairro Centro, CEP N° 56.950-000, Cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, representante legal da Associação Cultural Rádio Comunitária de São José do Belmonte- PE, CNPJ n. 02.422.190/0001-60, situada à Praça Pires Ribeiro, Centro, n° 32, CEP 56.950-000, Cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

### OUTORGADO:

**Severino Gomes da Silva**, Coordenador Jurídico da ABRAÇO/PE, brasileiro, casado, Funcionário Público, Bel em Direito, portador do CPF/MF sob o número 457.714.214-72, RG sob o número 2.970.135 emitido pela SSP/PE, domiciliado e residente a Rua Joaquim Miguel Gomes, N° 23 Bairro Centro, CEP N° 55655-000, Cidade de Cumaru, Estado de Pernambuco.

### PODERES:

Através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador outorgando-lhe, poderes para atuar em conjunto ou separadamente, responsabilizando-se por todos os atos necessários e indispensáveis ao fiel cumprimento deste instrumento, dando tudo por bom e valioso, ao cumprimento do referido instrumento procuratório para tratar de assuntos referentes a outorgas, pós outorgas de Radiodifusão Comunitária da Associação Cultural Rádio Comunitária de São José do Belmonte – PE, sob o processo 53900034340/2015, Perante ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

São José do Belmonte PE, 16 de fevereiro de 2018.

  
OUTORGANTE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE  
Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA  
Telefone: (87) 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de IVALDO GUIMARÃES XAVIER. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública.  
Emol: R\$ 3,39, TSNR: R\$ 0,89, FERC: R\$ 0,40, ISS: R\$ 0,20. Total R\$ 4,79.

Selo: 9076398-2-TN01201801-01271-06/04/2018 09:07:17  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Rua José Alves de Carvalho, 32  
Bairro Centro, CEP 56.950-000, São José do Belmonte-PE  
Fone: 3884-1031  
Edivirgens Gomes de Marins Pereira  
TABELA E OFÍCIO PRIVATIVO DE PROTESTO  
E-mail: [cartorioew@hotmail.com](mailto:cartorioew@hotmail.com)



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMA DO ESTATUTO E ADMISSÃO DE NOVOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE PE -

Aos 18 (dezoito) dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, as 20:00 h. Na sua sede localizada à Praça Pires Ribeiro, n. 32, nesta cidade. Conforme convocação estabelecida pelo Estatuto da entidade. Reuniu-se a maioria dos associados aptos a votar. Reunião presidida pelo Presidente Ivaldo Guimarães Xavier, brasileiro, casado, servidor público, residente a Rua Pe. Manoel Lopes, 05 – Centro, São José do Belmonte -PE. Fez o convite para secretariar ao Sr. José Donato de Moura, viúvo, autônomo, residente na Rua Cel. José Davi de Barros e Silva, N. 10 – Centro de São José do Belmonte – PE. Foi constatado quorum suficiente para a realização da Assembleia. Concluída a leitura da ordem do dia, o Presidente da Assembleia fez explanação dos motivos que levaram a realização da desta assembleia extraordinária. Que após recebimento do ofício n. 6465/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Viu-se a necessidade de cumprir as exigências no processo n. 53900.034340/2015-41, de renovação de outorga dos serviços de radiofusão comunitária. Lido o ofício passou-se para a proposta de alteração exigida pela Portaria n. 4334, publicada no DOU de 21/09/2015, no seu art. 40, II, passando o Estatuto Social da Associação Cultural Rádio Cultural – A.C.R.C. no seu Art. 3º a ter a seguinte redação: “ Art. 3º - São considerados associados todos aqueles que tiverem seu ingresso gratuito e sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas e regiliosa ou de moradores e que mantenha fiel obediência a este Estatuto e deliberação da sociedade.” Sem alteração no seu Parágrafo Único e alíneas “a” e “b” seguintes. No seu art. 4º, “a” passará a ter a seguinte redação: “ Art. 4º – São direitos e deveres dos Associados: a) Ter voz, votar e ser votado em Assembleia Geral, para todos os cargos da Associação, desde que em dia com suas contribuições.” Não alterando as alíneas seguintes. Postos em votação, foi aprovado por unanimidade. Esclareceu também que o Ministério da Ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações só aceita o Estatuto na íntegra, que será enviado ao cartório para fazer a averbação. Foi submetida a aprovação do mais novo associado Cicero Moraes Barros de Carvalho, brasileiro, casado, residente a Praça Pires Ribeiro, nº 13 – Centro, portador do CPF: 038.597.494-98, rg nº 6309351 SSPPE, que foi aceito por todos presentes a Assembleia Geral Extraordinária. O Presidente agradeceu a presença e a colobaração de todos. E não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembleia Geral Extraordinária da Associação Cultural Rádio Comunitária de São José do Belmonte – PE, encerrou a reunião, e eu José Donato de Moura, lavro, dato e assino a presente ata, que vai assinada por todos os associados presentes. São José do Belmonte, 18 de março de 2018.

Ivaldo Guimarães Xavier

José Afonso de Carvalho Primo

Irenilda Rodrigues do Nascimento

José Iran de Oliveira Barros

Enio Cavalcanti Novaes

Edivirgens Gomes de Marins Pereira

José Hilson Barbosa

Cicero Moraes Barros de Carvalho

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE  
Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA  
Telefone: (87) 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de José Iran de Oliveira Barros, Enio Cavalcanti Novaes, José Hilson Barbosa e Cicero Moraes Barros de Carvalho. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 19,16

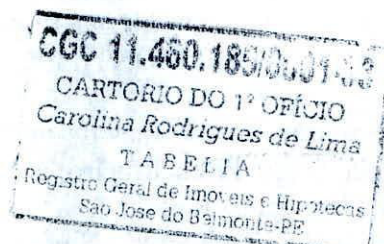
Selo: 0076398.LZC01201801.00445 23/03/2018 09:19:41  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Rua José Alves de Carvalho, 32  
Tel: 3884-1006 / São José do Belmonte - PE  
Edivirgens Gomes de Marins Pereira

TABELA E OFICIAL PRIVATIVA DE PROTESTO  
E CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DO BELMONTE  
Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA  
Telefone: (87) 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de José Donato de Moura, Ivaldo Guimarães Xavier, José Afonso de Carvalho Primo, Irenilda Rodrigues do Nascimento. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 19,16  
Selo: 0076398.LZC01201801.00444 23/03/2018 09:19:41





A-16  
mº 545  
ps. 1330º/134.  
26/03





CARIMBO



ETIQUETA



DESTINATÁRIO / Recipient

TELEFONE / Phone number

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL / MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TEC, INOVAÇÃO

ENDEREÇO / Address

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL R, SALA, 307, ANEXO OESTE

CEP  
Zip

70044-900

CIDADE / City

Brasília

UF / State

DF

PAÍS / Country

BRASIL





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
Ivaldo Guimarães Xavier			
ENDEREÇO / Address			
Praça Pres Ribeiro N° 32 Centro			
CEP / Zip		CIDADE / City	UF / State PAÍS / Country
56950000		São José do Belmonte	PE BRMS12



765000717

RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE  
To recycle materials is to preserve the environment



DEVOLUÇÃO / Return (CN15)	
<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)
<input type="checkbox"/> Recusado (Refused)	<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address)
<input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number)
<input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed)	<input type="checkbox"/> Outros (Other)
<input type="checkbox"/> Ausente (Absent)	
Tentativas de entrega (Delivery attempts)	
1ª / / às 2ª / / às 3ª / / às	
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided by the doorman or the condo manager)	
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em / / (Reinstated to postal service)	
Data: / / (Date)	Assinatura: (Signature)



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02422190/0001-60

**Razão Social:** ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA AC

**Endereço:** PRACA PIRES RIBEIRO 32 / CENTRO / SAO JOSE DO BELMONTE / PE  
/ 56950-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/09/2018 a 21/10/2018

**Certificação Número:** 2018092212013249660504

Informação obtida em 04/10/2018, às 09:04:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.422.190/0001-60

Certidão nº: 159690295/2018

Expedição: 04/10/2018, às 09:05:33

Validade: 01/04/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.422.190/0001-60**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:				
Município:			UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:		CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:		CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:		CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



Processo nº **53900.034340/2015-41**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**

Localidade: São José do Belmonte / PE.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Requerimento 2892555).

1.1) Data de postagem: 17/9/2015 (Requerimento 0731110).

1.2) Tempestividade: (X) Sim - art. 6º-B, § 6º da Lei nº 13.424, de 28/3/2017 ( ) Não.

**1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. .**

2) Declaração de conformidade: fl. 3 (Requerimento 2892555).

3) Estatuto Social: fls. 1 a 6 (Requerimento 0731110) e fls. 6/7 (Requerimento 2892555).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, "a";

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º, **caput**;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: arts. 4º, "a", e 12;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, "a";

e) Órgão administrativo e cargos: art. 13;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 14 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 13 (quatro anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 24 e 25.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 2º;

c) Sede: art. 1º;

**d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 3º; Irregular**

e) Direitos dos associados: art. 4º;

f) Deveres dos associados: art. 4º;

**g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. ;**

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 26;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 10 e ss.;

**j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 29; Irregular**

**k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 13, 14; Irregular**

**l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. ;**

**m) Critérios de eleição dos administradores: art. ;**

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 10, **caput**;

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 29.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 7 a 11 (Requerimento 0731110). (20/5/2015 - 20/5/2019).

Presidente: Ivaldo Guimarães Xavier;

Vice-Presidente: José Afonso de Carvalho Primo;

Secretário(a) Geral: José Donato de Moura;

Tesoureiro(a): Irenilda Rodrigues do Nascimento;

Diretor(a) de Relações Públicas: José Iran de Oliveira Barros.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 18, 25, 27, 30 e 32 (Requerimento 0731110).

6) CNPJ: fl. 17 (Requerimento 0731110).

7) Certidão Negativa da Anatel: Certidão SIGEC 2673384.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 12 a 16 (Requerimento 0731110).  
Pendente

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):  
Certidão FGTS 3430854.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão  
RFB .

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho:  
Certidão Trabalhista 3430861.

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

- Deve ser encaminhado Requerimento de renovação contendo todas as declarações elencadas no modelo e assinado por todos os dirigentes.

-----  
- No estatuto social:

#### PORTARIA DO MCTIC

(I) art. 3º, parágrafo único, alínea “a”, e 7º: está previsto que a admissão do associado está condicionada à aprovação por 2/3 dos associados, o que limita o ingresso de novos associados; a Assembleia Geral até pode deliberar sobre a admissão do interessado, mas o quórum de aprovação deve ser tal que não se configure restrição a novos sócios;

#### CÓDIGO CIVIL

(II) não estão previstos os requisitos para a demissão e exclusão dos associados, em desacordo com o art. 54, II do Código Civil (CC);

(III) não estão previstas as condições para a alteração das disposições estatutárias, em desacordo com o art. 54, inciso VI do CC;

(IV) não há previsão de como se dará a aprovação das contas da diretoria, em desacordo com o art. 54, inciso VII do CC;

(V) não está expressamente previsto que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, conforme art. 57 do CC;

(VI) não constam as competências privativas da Assembleia Geral, em desacordo com o art. 59 do CC;

(VII) não estão previstos os critérios de eleição dos administradores, em desacordo com o art. 59, parágrafo único.

-----  
- Deve ser encaminhado relatório atualizado do Conselho Comunitário acerca da programação da emissora.

-----  
- Não foi possível emitir certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.

-----  
- Consultou-se o sítio do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região e não foi possível emitir a certidão negativa para fins eleitorais da Justiça Federal de Pernambuco relativa ao Secretário Geral, José Donato de Moura.



**\*\*\*CONCLUSÃO:**

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Radiodifusora não possui débitos.
- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

**DADOS DOS DIRIGENTES:**

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Ivaldo Guimaraes Xavier	06/04/1962	258.293.514-04	2083554 (SSP/PE)	Ursulina Xavier Guimaraes / Vivaldo Guimaraes	020845490892	PSB	
Vice-Presidente	Jose Afonso de Carvalho Primo	25/09/1959	244.347.954-49	1511047 (SSP/PE)	Maria Carvalho Barros / Afonso Primo de Carvalho	020826080876	PSDB	
Secretário(a)	Jose Donato de Moura	09/01/1936	081.167.174-72	367668 (SSP/PE)	Joana da Gloria Moura / Donato Pereira de Moura	020795950850	PR	CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS JFPE
Tesoureiro(a)	Irenilda Rodrigues do Nascimento	28/08/1966	522.299.044-34	3785160 (SSP/PE)	Ana Maria do Nascimento / Andreilino Rodrigues do Nascimento	020793500825	PT	
Diretor(a) de Relações Públicas	Jose Iran de Oliveira Barros	29/04/1961	277.911.224-72	1655900 (SSP/PE)	Maria Madalena de Oliveira / Luiz Gonzaga da Silva	020826970841	PT	

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 22318/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.034340/2015-41.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Belmonte**, estado de **Pernambuco**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 3853/2018/SEI-MCTIC.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por <b>todos</b> os dirigentes.
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber:  a. Os arts. 3º, parágrafo único, alínea "a", e 7º do estatuto estão em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à aprovação por 2/3 dos associados. Reitera-se que a Assembleia Geral até pode deliberar sobre a admissão do interessado, mas o quórum de aprovação deve ser tal que não se configure restrição ao ingresso de novos sócios.



<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria.</p>	<p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p><b>Observação 1:</b> a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p><b>Observação 2:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado ao Código Civil.</p>	<p><b>Art. 54 do CC:</b> Não está(ão) previsto(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- os requisitos para a demissão e exclusão dos associados;</li> <li>- as condições para a alteração das disposições estatutárias; e</li> <li>- a forma de aprovação das contas da diretoria.</li> </ul> <p><b>Art. 57 do CC:</b> Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.</p> <p><b>Art. 59 do CC:</b> Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral, a saber, destituição dos administradores e alteração do estatuto; o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; e os critérios de eleição dos administradores.</p> <p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.</p>

		<p><b>Observação:</b> O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>Deve ser encaminhado relatório atualizado elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria.</p> <p><b>Observação 1:</b> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><b>Observação 2:</b> os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p><b>Observação 3:</b> o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</p>
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	<p>Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.</p>

3. Consultou-se o sítio do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região e



não foi possível emitir a certidão negativa para fins eleitorais da Justiça Federal de Pernambuco relativa ao **Secretário Geral, José Donato de Moura**.

4. Dessa forma, caso a Entidade opte em manter o(s) diretor(es) deve encaminhar a(s) respectiva(s) certidão(ões) negativa(s) ou comprovar adequadamente o cumprimento da pena e extinção da punibilidade, o que somente poderá ser feito por documento oficial emitido pelo Poder Judiciário.

5. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

## CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 04/10/2018, às 09:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2018, às 15:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3431192** e o código CRC **755034BD**.

---

## **Minutas e Anexos**

Anexo Requerimento de Renovação (3431179).

Checklist Roteiro RadCom (3431186).

---

---

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 3431192





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 39603/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

IVALDO GUIMARÃES XAVIER

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC** (CNPJ nº 02.422.190/0001-60)

Praça Pires Ribeiro, nº 32 - Centro

56.950-000 - São José do Belmonte - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034340/2015-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 22318/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2018, às 15:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3431252** e o código CRC **5060F4B4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 39603/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.034340/2015-41 - Nº SEI: 3431252



AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 39603/2018/SEI-MCTIC, 08/10/2018

53900.034340/2015-41

IVALDO GUIMARÃES XAVIER

ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA

Praça Pires Ribeiro, nº 32 - Centro

56.950-000 São José do Belmonte / PE

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

24/10/18

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0483 / 16

114 x 186 mm

**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
AVIS CN07

**AR**

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

**JU 08348756 6 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

15 OUT 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMITENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.  
70.044-900 Brasília - DF

**BRASIL  
BRÉSIL**

--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



**Associação Cultural Rádio Comunitária**  
**Praça Pires Ribeiro, 32 - Centro**  
**56.950-000 – São José do Belmonte PE**  
**CNPJ – 02.422.190/0001-60**

**Ofício n. 11/2018**

**São José do Belmonte PE, 23 de novembro de 2018.**

**A Sra.**  
**Vilma de Fátima Alvarenga Fanis**  
**Coordenadora-Geral de Rádio Comunitária**  
**Esplanada dos Ministérios – Bloco R, 3º Andar**  
**70.044-900 – Brasília DF**

**Assunto: Resposta ao Ofício nº 39.603/2018/SEI -MCTIC – Processo 53900.034340/2015-41**

1. Atendendo as exigências constantes na NOTA TÉCNICA nº 22318/2018/SEI-MCTIC, estamos enviando através do CADSEI os seguintes documentos:
  - Ata de alteração estatutária exigidas pelo Código Civil Brasileiro, registrada no Cartório do 1º ofício, no livro A;
  - Ata do Conselho Comunitário referente a programação da rádio;
  - Estatuto consolidado da Associação, registrado no Cartório do 1º Ofício, no livro A;
  - Certidão de regularidade da Justiça Eleitoral referente ao Secretario da Associação: José Donato de Moura;
  - Requerimento de renovação de outorga assinado por todos dirigentes,(anexo 5);
  - Certidão negativa de débitos junto a Caixa Economica Federal, referente ao FGTS;
  - Comprovantes de adesão ao parcelamento e requerimento e extinção da dívida Ativa da União.
2. Continuamos com o compromisso assumido quando requeremos a liberação da outorga de estar dentro da legalidade e servir a comunidade.

Atenciosamente,

Ivaldo Guimarães Xavier  
Presidente da Associação Cultural Rádio Comunitária  
São José do Belmonte PE.



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE PE.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, as 20:00 h. Na sede à Praça Pires Ribeiro, 32 – Centro, nesta cidade. Conforme convocação estabelecida pelo Estatuto da Entidade. Reuniu-se a maioria dos associados aptos a votar, presidida pelo Sr. Ivaldo Guimarães Xavier, brasileiro, casado, servidor público, residente a Rua Pe. Manoel Lopes, n. 5 – Centro de São José do Belmonte-PE. Convidou o Sr. José Donato de Moura, viuvo, autônomo, residente na rua Cel. José Davi de Barros e Silva, nº 10 – Centro de São José do Belmonte-PE. Foi constatado quorum suficiente para a realização da Assembleia. Concluída a leitura do dia, o Presidente explicou os motivos que levaram a realização desta assembleia. Exigências feitas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, para a adequação do Estatuto da Associação ao novo Código Civil Brasileiro, que procedeu as alterações nos artigos 3º paragrafo “a”, 5º, 7º e 11, que passam a ter seguinte redação: “ Art. 3º - ... a) Efetivo – Os que assinarem a ata de fundação da Associação ou tenham sua proposta de ingresso aprovada pela maioria simples dos associados efetivos. Art. 5º – Os associados que não obedecer a este instrumento, regimento interno ou não participar das ações A.C.R.C, estarão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro social por justa causa, faltar a três (03) assembléias gerais ordinárias ou extraordinárias sem justificativas, concedendo-se ao associado o exercício de amplo direito de defesa na Assembleia Geral. Art. 7º – Admissão de um associado dar-se-á mediante proposta formulada ao Presidente, aprovada por maioria simples, em assembleia geral. Art. 11 – São atribuições privativas da assembléia geral: a) Eleger os cargos da diretoria; b) Aceitar o pedido de demissão voluntária de membros da diretoria em exercício; c) Depor os cargos por razões justas e graves os membros da diretoria em exercício; d) Opinar sobre os relatórios de desempenho Financeiro e Contábil e sobre as operações Patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para as organizações superiores; e) Aprovar ou não o Balanço Financeiro; f) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da ordem do dia; g) Homologar os nomes para o Conselho Comunitário; h) Aprovar adesão de associados e em casos de desobediência as normas estatutárias, excluir o associados; i) Reformar o estatuto; j) Aprovar regulamentos para as eleições de ocupação de cargos de diretoria; l) Aprovar a dissolução da entidade.” Posto em votação, foi aprovado por unanimidade, que deverá ser encaminhada para Cartório para as devidas averbações e consolidação do Estatuto. O Presidente agradeceu a presença e a colaboração de todos. Não havendo mais nada a ser tratado nesta Assembleia Geral Extraordinária da Associação Cultural Rádio Comunitária de São José do Belmonte – PE, a reunião foi encerrada e depois de lavrada foi assinada por todos os presentes. São José do Belmonte, 29 de outubro de 2018.

Ivaldo Guimarães Xavier – Presidente

José Donato de Moura

José afonso de Carvalho Primo

Irenilda Rodrigues do Nascimento

José Iran de Oliveira Barros

Cicero Moraes Barros de Carvalho

Edivirgens Gomes de Marins Pereira

José Hilson Barbosa

Ênio Cavalcanti Novaes

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

Reconheço por autenticidade as firmas de: IVALDO GUIMARÃES XAVIER, JOSÉ DONATO DE MOURA, JOSÉ AFONSO DE CARVALHO PRIMO, IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO. São José do Belmonte/PE. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima - Tabelião Pública. Emol. R\$ 15,96; TSNR R\$ 3,20

Selo: 0074057-RECEBIMOS em 09/11/2018 às 08:33:07  
Consulte autenticidade em: [www.cartorio1.pe.gov.br](http://www.cartorio1.pe.gov.br)

São José do Belmonte-PE  
Carolina Rodrigues de Lima  
Tabelião  
Érica Pollyanna Rocha Pereira  
Escritor Substituta  
TABELIONATO / REGISTRO / IMOBILIÁRIO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Petição (3603060)

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

Reconheço por autenticidade as firmas de: JOSÉ IRAN DE OLIVEIRA BARROS, CICERO MORAES BARROS DE CARVALHO, EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA, JOSÉ HILSON BARBOSA. São José do Belmonte/PE. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima - Tabelião Pública. Emol. R\$ 15,96; TSNR R\$ 3,20

Selo: 0074057-RECEBIMOS em 09/11/2018 às 08:33:08  
Consulte autenticidade em: [www.cartorio1.pe.gov.br](http://www.cartorio1.pe.gov.br)

São José do Belmonte-PE  
Carolina Rodrigues de Lima  
Tabelião  
Érica Pollyanna Rocha Pereira  
Escritor Substituta  
TABELIONATO / REGISTRO / IMOBILIÁRIO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

SEI 01250.069366/2018-377pg2



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

Reconheço por autenticidade as firmas de: IVALDO GUIMARÃES XAVIER, JOSÉ DONATO DE MOURA, JOSÉ AFONSO DE CARVALHO PRIMO, IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO, São José do Belmonte/PE. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima-Tabela Pública. Emol R\$ 15,96; TSNR R\$ 3,20  
Selo: 0074054/ENT0201801.00774 21/11/2018 08:33:07  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CNPJ/MF 11.460.185/0001-33  
Cartório do 1º Ofício  
São José do Belmonte-PE  
Carolina Rodrigues de Lima  
Tabela  
Érica Pollyanna Rocha Pereira  
Escritor Substituta  
TABELIONATO / REGISTRO / IMOBILIÁRIO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

Reconheço por autenticidade a firma de: ENIO CAVALCANTI NOVAES. São José do Belmonte/PE. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima-Tabela Pública. Emol. R\$ 3,99; TSNR R\$ 0,00; FISC R\$ 0,40; Total R\$ 5,19.  
Selo: 0074054/ENT0201801.00776 21/11/2018 08:41:50  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CNPJ/MF 11.460.185/0001-33  
Cartório do 1º Ofício  
São José do Belmonte-PE  
Carolina Rodrigues de Lima  
Tabela  
Érica Pollyanna Rocha Pereira  
Escritor Substituta  
TABELIONATO / REGISTRO / IMOBILIÁRIO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

CERTIFICO que registrei no LIVRO Nº A-16, às folhas 185Vº/186, sob o nº de ordem 597. O presente documento. São José do Belmonte/PE, 20/11/2018. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima-Oficial do Registro de Títulos e Documentos.  
Selo: 0074054/DSW0201801.00841 21/11/2018 08:44:12  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CNPJ/MF 11.460.185/0001-33  
Cartório do 1º Ofício  
São José do Belmonte-PE  
Carolina Rodrigues de Lima  
Tabela  
Érica Pollyanna Rocha Pereira  
Escritor Substituta  
TABELIONATO / REGISTRO / IMOBILIÁRIO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS



REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA- A.C.R.C, ADAPTADA ÀS LEIS NºS. 10.406/2002 E 11.127/2005, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADA NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA CIDADE, SOB O Nº DE ORDEM 285, FLS. 186 A 189, DO LIVRO Nº A-04, DATADO DE 04/09/2002, CONFORME ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS, REALIZADAS NO DIA 20 DE MAIO DE 2015, NO DIA 18 DE MARÇO DE 2018 E NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2018, VISTA DAS ALTERAÇÕES DE ALGUNS ARTIGOS. DELIBERAM OS ASSOCIADOS E CONSOLIDA O ESTATUTO SOCIAL, PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO.

**ESTATUTO SOCIAL**  
**Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**

**Capítulo I**

**Da Denominação – Natureza – Constituição – Duração e Objetivo**

**Art. 1º - Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**, com sede na Praça Pires Ribeiro, nº 32, nesta cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, é uma sociedade civil, sem finalidade econômica, nem discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexuais, convicções político-ideológico-partidarias e condição social nas relações comunitárias.

**Art. 2º - A Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**, tem duração indeterminada e os seguintes objetivos:

- a) Instalar e Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de São José do Belmonte – Pernambuco;
- b) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- c) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- d) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

**CAPÍTULO II**  
**Dos Associados**

**Art. 3º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas e religiosas ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovadas pela diretoria e que mantenha fiel obediência a este Estatuto e deliberação da sociedade**

**Parágrafo Único – O quadro social da A.C.R.C. será composto por pessoas físicas e jurídicas, com residência ou sede, neste município, dividido entre as seguintes categorias:**



- a) Efetivo – Os que assinarem a ata de fundação da Associação ou tenham sua proposta de ingresso aprovada pela maioria simples dos associados efetivos.
- b) Benfeitores – os que destacarem na concessão de benefícios materiais à entidade.

**Art. 4º - São direitos e deveres dos Associados:**

- a) Votar e ser Votado em Assembleia Geral, para todos os cargos da Associação, desde que em dia com suas contribuições;
- b) Participar das Assembleias Gerais da A.C.R.C.;
- c) Expor em plenário suas idéias que sirvam para engrandecer a A.C.R.C.;
- d) Discordar em Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, de atos ou julgamento da Diretoria Executiva, desde que tenha fundamento legal;
- e) Justificar suas faltas à Assembleia, reuniões outras ou eventos realizados pela A.C.R.C.;
- f) Aceitar as propostas dos associados ou rejeitá-las a bem do trabalho da A.C.R.C.

**Art. 5º -** Os associados que não obedecer a este instrumento, regimento interno ou não participar das ações A.C.R.C., , faltar a três (03) assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias sem justificativas, estarão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro social por justa causa, concedendo-se ao associado o exercício de amplo direito de defesa na Assembleia Geral.

**Art. 6º -** Cabe ao associado que se considerar injustiçado o direito de defender-se inclusive recorrendo à justiça.

**Art. 7º -** Admissão de um associado dar-se-á mediante proposta formulada ao Presidente, aprovada por maioria simples, em assembleia geral.

**Art. 8º -** Os Associados da A.C.R.C. não responderão nem solidário nem subsidiariamente pelas obrigações sociais ou financeiras dela.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Organização**

**Art. 9º - São órgãos da A.C.R.C.:**

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.

### **SECÇÃO I**

#### **Da Assembleia Geral**

**Art. 10º -** A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão da A.C.R.C., compõe-se de todos os associados. Pode ser Ordinária e Extraordinária. A Ordinária será sempre convocada com antecedência de 10 dias, pela Diretoria Executiva ou a



requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados. Deliberará com a presença mínima da metade deles, por maioria absoluta de votos.

**Parágrafo Único** – A Assembleia Geral Ordinária, tratará de assuntos de interesse geral da A.C.R.C. e será semestral, enquanto a Assembleia Geral ou Extraordinária tratará de assuntos especiais ou urgentes e ocorrerá quando for necessária.

**Art. 11 – São atribuições privativas da assembléia geral:**

- a) Eleger os cargos da diretoria;
- b) Aceitar o pedido de demissão voluntária de membros da diretoria em exercício;
- c) Depor os cargos por razões justas e graves os membros da diretoria em exercício;
- d) Opinar sobre os relatórios de desempenho Financeiro e Contábil e sobre as operações Patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para as organizações superiores;
- e) Aprovar ou não o Balanço Financeiro;
- f) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da ordem do dia;
- g) Homologar os nomes para o Conselho Comunitário;
- h) Aprovar adesão de associados e em casos de desobediência as normas estatutárias, excluir o associados;
- i) Reformar o estatuto;
- j) Aprovar regulamentos para as eleições de ocupação de cargos de diretoria;
- l) Aprovar a dissolução da entidade.

**Art. 12** – Os Associados serão convidados para a Assembleia Gerais com direito a voz e a voto.

**SECÇÃO II**  
**Da Diretoria Executiva**

**Art. 13** – A Diretoria Executiva que terá mandato de 04(quatro) anos, podendo ser reeleita para mais um período, constará de:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário Geral;
- d) Tesoureiro;
- e) Diretor de Relações Pública.



**Art. 14 – Compete à Diretoria Executiva:**

- a) Respeitar e fazer respeitar a A.C.R.C. e seu Estatuto, trabalhando pela realização dos seus objetivos.
- b) Elaborar com os demais associados, regulamentos e normas para os trabalhos da A.C.R.C.
- c) Reunir-se pelo menos de dois em dois meses para avaliar as atividades, receber propostas de trabalho e distribuir tarefas;
- d) Convocar reuniões quando forem necessárias e criar comissões para a realização de eventos de sua responsabilidade;
- e) Cumprir e fazer cumprir fielmente todas as determinações da Assembleias Gerais.

**Art. 15 – Ao Presidente compete:**

- a) Representar a A.C.R.C. ativa e passivamente, em Juízo e fora dele;
- b) Administrar a A.C.R.C., convocar e presidir as Assembleia Gerais e outras reuniões suas que houver;
- c) Abrir e movimentar conta bancária em conjunto com o Tesoureiro.

**Art. 16 – Ao Vice-Presidente compete:** assessorar e substituir ao Presidente nas suas faltas ou impedimentos e em caso de vacância;

**Art. 17 – Ao Secretário Geral compete:** Secretariar a A.C.R.C. em suas Assembleias Gerais e reuniões outras, redigir e responder pelo sue arquivo, documentação e correspondência.

**Art. 18 – Ao Tesoureiro compete:** A escrita financeira e administração imediata do Patrimônio da A.C.R.C., sob a autoridade do Presidente e movimentar conta bancaria em conjunto com o mesmo.

**Art. 19 – Ao Diretor de Relações Públicas compete:** Manter contato com os radialistas, órgãos e demais pessoas que possam enriquecer a programação da rádio.

**SECÇÃO III**  
**Do Conselho Fiscal**

**Art. 20 - O Conselho Fiscal é constituído de 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) Titulares e 02 (dois) Suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria.**

**Art. 21 - Compete ao Conselho Fiscal:**

- a) Examinar sempre que achar conveniente, a contabilidade e a Tesouraria da Associação;
- b) Emitir parecer prévio sobre assuntos de interesse da Associação, a pedido da Diretoria;
- c) Examinar e emitir parecer sobre o relatório anual da Diretoria;
- d) Denunciar irregularidades porventura verificadas, sugerindo medidas julgadas necessárias, à Diretoria ou à Assembleia Geral.

**Art. 22 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.**



**Art. 23** - O Presidente do Conselho Fiscal será um dos membros Titulares, eleito em votação, pela Diretoria.

#### **SEÇÃO IV**

### **CONSELHO COMUNITÁRIO**

**Art. 24** - O Conselho Comunitário será instituído pela A.C.R.C. através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

**Art. 25** - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

**Parágrafo Segundo:** A A.C.R.C. manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

#### **CAPÍTULO IV**

### **Do Patrimônio**

**Art. 26** - O Patrimônio da A.C.R.C. será constituído de bens móveis, imóveis e valores que ela licitamente adquirir, assim como de doações, legados, subvenções e da renda de seu próprio patrimônio.

**Art. 27** - A A.C.R.C. não remunerará seus associados pelos exercícios de suas funções e nem permite participação nos lucros, dividendos, bonificações ou verbas federal, estadual ou municipal, a nenhum membro de seus órgãos, não envia dinheiro para o exterior e aplica integralmente no Brasil, na execução de seus objetivos qualquer saldo eventualmente havido nos seus exercícios financeiros.

**Art. 28** - Os associados da A.C.R.C. não têm nem terá a título algum qualquer direito sobre o patrimônio.

#### **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Finais**



**Art. 29** - A dissolução da A.C.R.C. só poderá ser decidida por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim, como votos da maioria absoluta dos presentes. Dissolvida a Associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado a uma Associação de fins idênticos ou semelhantes, definida na Assembleia.

**Art. 30** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 31** - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

**Art. 32** - Revogada todas as disposições em contrário.

São José do Belmonte, 30 de outubro de 2018.

*Ivaldo Guimarães Xaveir*

Ivaldo Guimarães Xaveir  
Presidente

*José Afonso de Carvalho Primo*

José Afonso de Carvalho Primo  
vice Presidente

*José Donato de Moura*

José Donato de Moura  
Secretario

*Irenilda Rodrigues do Nascimento*

Irenilda Rodrigues do Nascimento  
Tesoureira

*José Luiz de Moraes Barros*

*Enio Cavalcanti Novaes*  
Enio Cavalcanti Novaes  
OAB/PB-8172  
Advogado

CNPJ/MF 11.460.185/0001-33  
Cartório do 1º Ofício  
São José do Belmonte-PE  
Carolina Rodrigues de Lima  
Tabeliã  
Érica Pollyanna Rocha Pereira  
Escrevente Substituta  
TABELIONATO / REGISTRO / IMOBILIÁRIO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

Reconheço por autenticidade as firmas de: IVALDO GUIMARÃES XAVIER, JOSÉ AFONSO DE CARVALHO PRIMO, JOSÉ DONATO DE MOURA, IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO. São José do Belmonte/PE. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima-Tabeliã Pública. Emol R\$ 15,96; TSNR R\$ 3,20

Selo: 0074058-DPL09201801.00773 21/11/2018 08:24:05  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

Reconheço por autenticidade as firmas de: JOSÉ IRAN DE OLIVEIRA BARROS, ENIO CAVALCANTI NOVAES. São José do Belmonte/PE, Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima, Tabeliã Pública. Emol R\$ 7,98; TSNR R\$ 1,60; FERC R\$ 0,80; Total R\$ 10,38

Selo: 0074058-DPL09201801.00773 21/11/2018 08:28:50  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Titular: CAROLINA RODRIGUES DE LIMA  
Telefone: (87) 38841-817

CERTIFICO que registrei no LIVRO Nº A-16, às folhas 186/188, sob o nº de ordem 598. O presente documento. São José do Belmonte/PE, 20/11/2018. Dou fé. Carolina Rodrigues de Lima-Oficial do Registro de Títulos e Documentos.

Selo: 0074058-DPL09201801.00842 21/11/2018 08:46:39  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CNPJ/MF 11.460.185/0001-33  
Cartório do 1º Ofício  
São José do Belmonte-PE  
Carolina Rodrigues de Lima  
Tabeliã  
Érica Pollyanna Rocha Pereira  
Escrevente Substituta  
TABELIONATO / REGISTRO / IMOBILIÁRIO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

**ANEXO 5**  
**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	<b>ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA – A.C.R.C.</b>			
Nome Fantasia:		CNPJ:	<b>02.422.190/0001-60</b>	
Endereço de Sede:	<b>PRACA PIRES RIBEIRO, 32</b>			
Município:	<b>SÃO JOSÉ DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56.950-000</b>
Nome do representante legal:	<b>IVALDO GUIMARAES XAVIER</b>			
Endereço eletrônico (e-mail):	<b>saojosefm104@gmail.com</b>			

Endereço de Correspondência:	<b>PRACA PIRES RIBEIRO, 32</b>			
Município:	<b>SÃO JOSÉ DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56.950-000</b>

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	<b>PRAÇA PIRES RIBEIRO, SN</b>			
Município:	<b>SÃO JOSE DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56.950-000</b>
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	<b>07S514000</b>	
	Longitude:	° W	<b>38W452800</b>	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

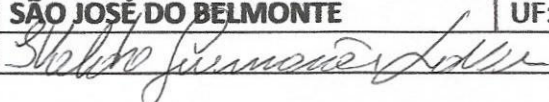
Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

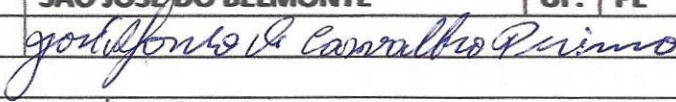
- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

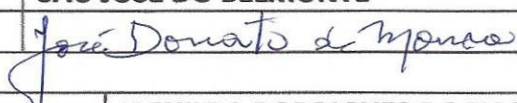


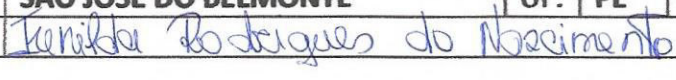
XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

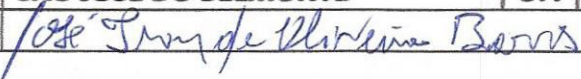
Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	<b>IVALDO GUIMARÃES XAVIER</b>			
Cargo:	<b>PRESIDENTE</b>	Tit. Eleitor:	<b>020845490892</b>	
RG:	<b>2083554</b>	Órgão Emissor:	<b>SSPPE</b>	CPF: <b>258.293.514-04</b>
Endereço:	<b>RUA Pe. MANOEL LOPES, 5 - CENTRO</b>			
Município:	<b>SÃO JOSÉ DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56.950-000</b>
Assinatura:				

Nome do dirigente:	<b>JOSÉ AFONSO DE CARVALHO PRIMO</b>			
Cargo:	<b>VICE PRESIDENTE</b>	Tit. Eleitor:	<b>020826080876</b>	
RG:	<b>1151047</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP PE</b>	CPF: <b>244.347.954-49</b>
Endereço:	<b>RUA Pe. MANOEL LOPES, SN - CENTRO</b>			
Município:	<b>SÃO JOSÉ DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56950-000</b>
Assinatura:				

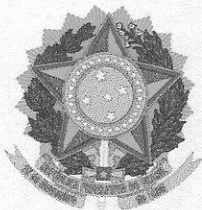
Nome do dirigente:	<b>JOSÉ DONATO DE MOURA</b>			
Cargo:	<b>SECRETARIO</b>	Tit. Eleitor:	<b>020795950850</b>	
RG:	<b>367668</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP PE</b>	CPF: <b>081.167.174-72</b>
Endereço:	<b>RUA CEL. JOSE DAVI DE BARROS E SILVA, 10 - CENTRO</b>			
Município:	<b>SÃO JOSÉ DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56.950-000</b>
Assinatura:				

Nome do dirigente:	<b>IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO</b>			
Cargo:	<b>TESOUREIRA</b>	Tit. Eleitor:	<b>020793500825</b>	
RG:	<b>3785160</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP PE</b>	CPF: <b>523.299.044-34</b>
Endereço:	<b>RUA JOSE MARIANO DA CRUZ, 155 - BAIRRO CACIMBA NOVA</b>			
Município:	<b>SÃO JOSÉ DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56.950-000</b>
Assinatura:				

Nome do dirigente:	<b>JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS</b>			
Cargo:	<b>RELAÇÕES PÚBLICAS</b>	Tit. Eleitor:	<b>020793500825</b>	
RG:	<b>1655900</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP PE</b>	CPF: <b>277.911.224-72</b>
Endereço:	<b>RUA Pe. MANOEL LOPES, 06 - CENTRO</b>			
Município:	<b>SÃO JOSÉ DO BELMONTE</b>	UF:	<b>PE</b>	CEP: <b>56.950-000</b>
Assinatura:				

Nome do dirigente:				
Cargo:		Tit. Eleitor:		
RG:		Órgão		CPF:





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **JOSE DONATO DE MOURA**

Inscrição: **0207 9595 0850**

Zona: 074

Seção: 0029

Município: 25690 - SAO JOSE DO BELMONTE

UF: PE

Data de Nascimento: 09/01/1936

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: JOANA DA GLORIA MOURA  
DONATO PEREIRA DE MOURA

Certidão emitida às 15:41 de 24/10/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

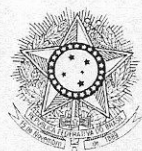


Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**JQYZ.UWQV.SV3T.5FK4**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.422.190/0001-60

Certidão nº: 160997527/2018

Expedição: 25/10/2018, às 09:57:43

Validade: 22/04/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.422.190/0001-60, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02422190/0001-60

**Razão Social:** ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA AC

**Endereço:** PRACA PIRES RIBEIRO 32 / CENTRO / SAO JOSE DO BELMONTE /  
PE / 56950-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/10/2018 a 09/11/2018

**Certificação Número:** 2018101117150283361968

Informação obtida em 25/10/2018, às 09:57:11.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

## COMPROVANTE DE ADESÃO AO PARCELAMENTO

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 4ª REGIÃO

EMITIDO EM: 27/08/18 12:41

Número do Recibo: 00191000182741081230  
 CPF ou CNPJ: 02.422.190/0001-60  
 Nome ou Nome Empresarial: ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC  
 Parcelamento: 0004 - Parcelamento Convencional  
 Número de Referência: 002.132.257



RECIBO DE CONSOLIDAÇÃO DE 0002 - Parcelamento Simplificado - Pessoa Jurídica

O contribuinte acima indicado concluiu, no âmbito da PGFN, a consolidação do 0002 - Parcelamento Simplificado - Pessoa Jurídica, de que trata o art. 14-C da Lei 10.522, de 2002., conforme as informações prestadas em 27/08/2018

## INSCRIÇÕES PARCELADAS / VALORES COM DESCONTO

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS/HONORÁRIOS
40617013351	666,67	0,00	442,93	110,96

## DEMONSTRATIVO DE CONSOLIDAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS/HONORÁRIOS	TOTAL
Sem Desconto	666,67	0,00	442,93	110,96	1.220,56
Com Desconto	666,67	0,00	442,93	110,96	1.220,56

## CÁLCULO DO VALOR DAS PARCELAS

PARCELA	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS(*)	TOTAL
1 à 2	333,33	0,00	221,46	55,48	610,28

(\*)Decreto-Lei nº 1.025/69 e alterações posteriores.

NR. DO RECIBO: 00191000182741081230





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
 Documento de Arrecadação de Receitas Federais  
**DARF**

**01** NOME / RAZÃO SOCIAL

ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

Número do Documento: **07.17.18239.7491681-1**

Data limite para acolhimento: **31/08/2018**

Observações:

**02** PERÍODO DE APURAÇÃO →

31/08/2018

**03** NÚMERO DO CPF OU CNPJ →

02.422.190/0001-60

**04** CÓDIGO DA RECEITA →

1734

**05** NÚMERO DE REFERÊNCIA →

2132257

**06** DATA DE VENCIMENTO →

31/08/2018

**07** VALOR DO PRINCIPAL →

333,32

**08** VALOR DA MULTA →

0,00

**09** VALOR DOS JUROS E / OU  
ENCARGOS DL - 1.025/69 →

276,95

**10** VALOR TOTAL →

610,27

**11** AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1a. e 2a. vias)

SEDA (Versão:4.4.0)

27/08/2018 12:42:23

85860000006 3 10270385182 1 43071718239 5 74916811147 8



29/08/2018 - BANCO DO BRASIL - 11:10:17  
098119983 0132

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio RFB-DARF CODIGO DE BARRAS  
 Codigo de Barras 85860000006-3 10270385182-1  
 43071718239-5 74916811147-8  
 Agente arrecadador: CNC 001 Banco do Brasil S.A.  
 Data do pagamento 29/08/2018  
 Numero do Documento 07.17.18239.7491681-1  
 Valor Total 610,27

Modelo aprovado pelo Ato Declaratório Executivo  
 Conjunto n 01 de 31 de outubro de 2011

NR.AUTENTICACAO 4.45A.68E.28A.1FF.656





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
 Documento de Arrecadação de Receitas Federais  
**DARF**

**01** NOME / RAZÃO SOCIAL

ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

Número do Documento: 07.17.18288.8790124-8

Data limite para acolhimento: 31/10/2018

Observações:

<b>02</b> PERÍODO DE APURAÇÃO	→	31/10/2018
<b>03</b> NÚMERO DO CPF OU CNPJ	→	02.422.190/0001-60
<b>04</b> CÓDIGO DA RECEITA	→	1734
<b>05</b> NÚMERO DE REFERÊNCIA	→	2132257
<b>06</b> DATA DE VENCIMENTO	→	31/10/2018
<b>07</b> VALOR DO PRINCIPAL	→	338,23
<b>08</b> VALOR DA MULTA	→	0,00
<b>09</b> VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	→	281,02
<b>10</b> VALOR TOTAL	→	619,25

**11** AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1a. e 2a. vias)

SENDA (Versão:4.6.0)

15/10/2018 10:48:18

85840000006 0 19250385183 1 04071718288 5 87901248491 7



FARMACIA SANTA EDWIRGES R R - SCOPUS  
 R R DE MAGALHÃES - M  
 AV EUCLIDES DE CARVALHO 299  
 CACIMBA NOVA S. J. D. BELMONTE PE

VIN: 3 23/10/2018 14:14  
 TERM: 000001 LUJA: 000009176800001

REF: 00000  
 DATA: 23/10/2018 HORA DE BRASÍLIA: 14:14

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF

AGENTE ARRECADADOR: BANCO BRADESCO S/A

CÓDIGO DE BARRAS:  
 85840000006-0 19250385183-1  
 04071718288-5 87901248491-7

DATA DO PAGAMENTO: 23/10/2018

NO. DOC.: 40.71.71828.8879012-4

VALOR TOTAL: 619,25

AUTENTICAÇÃO: 029967651176

MODELO APROVADO PELO ATO DECLARATORIO  
 EXECUTIVO CONJUNTO CACIMBA COTEC N. 1,  
 DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.

ESTE COMPROVANTE DE PAGAMENTO DEVE SER  
 GUARDADO PARA APRESENTAÇÃO À RECEITA  
 FEDERAL, QUANDO SOLICITADO.

AGENCIA REL: 2211 - SAO JOSE DO  
 BELMONTE  
 PACB : 066 - FARMACIA SANTA  
 EDWIRGES  
 NSU: 029967651176 AUTENTICAÇÃO: 216024

OUVIDORIA BRADESCO  
 0800 727 9933



**Ministério da Fazenda**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
Histórico do Requerimento na PGFN

13/11/2018  
11:28

Número do Requerimento: 20180261769 (Protocolo: 01332592018)  
Unidade da PGFN de análise: QUINTA REGIAO  
Data de Registro: 01/11/2018  
Serviço: Revisão e/ou extinção de dívida  
CPF/CNPJ do Requerente: 02.422.190/0001-60  
Nome do(a) Requerente: A ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC  
Inscrição(ões): 40 6 17 013351-00 - 10435 400131/2015-21

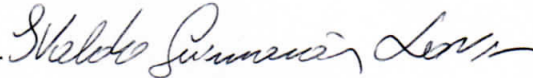
Data: 12/11/2018 12:48:46 Situação: Recebido na Procuradoria Unidade que efetuou a ação: QUINTA REGIAO
Data: 09/11/2018 11:36:40 Situação: Encaminhado para outra unidade da PGFN Unidade da PGFN remetente: PETROLINA Unidade da PGFN destinatária: QUINTA REGIAO Justificativa: Teor do novo despacho: Encaminho a PRFN5 para ciência e providências.
Data: 09/11/2018 11:35:24 Situação: Em Análise
Data: 05/11/2018 10:18:29 Situação: Recebido na Procuradoria Unidade que efetuou a ação: PETROLINA
Data: 01/11/2018 11:49:55 Situação: Encaminhado para procuradoria
Data: 01/11/2018 11:47:53 Situação: Protocolado na RFB
Data: 01/11/2018 11:43:07 Situação: Protocolado - Aguardando digitalização na RFB Unidade que efetuou a ação: ARF Serra Talhada

(87)




ATA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE – PE.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, as 20:00hs, na sede da Associação, localizada à Praça Pires Ribeiro, nº 32, nesta cidade. Reuniram-se, a convite da direção da Associação Cultural Rádio Comunitária, representada por seu Presidente Ivaldo Guimarães Xavier e o seu secretário José Donato de Moura, os membros do Conselho Comunitário da Rádio Comunitária, composto pelas entidades relacionadas: 1ª ENTIDADE: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de São José do Belmonte PE. CNPJ : 04.761.002/0001-54, representado pelos Sr. Edizio Lopes de Carvalho, brasileiro, casado, agricultor, residente na Praça Sá Moraes, nº 41, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 611.048.764-34 e RG: 3615731 SSP PE; 2ª ENTIDADE: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Belmonte PE, CNPJ 11.269.792/0001-10, representado pelo Sr. Josué de Souza Moreno, brasileiro, casado, agricultor, residente na Rua Vicente Cipriano da Cruz, nº 15, Vila Delmirro, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 478.194.294-34 e RG: 5.277.590 SSP PE; 3ª ENTIDADE: Associação Cultural Pedra do Reino, CNPJ: 00.788.748/0001-45, representada pela Sra. Ana Paula de Almeida Novaes Carvalho, brasileira, casada, servidora pública, residente na Rua Joaquim Cipriano da Cruz, nº 13, Cacimba Nova, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 023.268.034-50 e RG: 5.311.391 SSP PE; 4ª ENTIDADE: Paróquia São José - São José do Belmonte, CNPJ: 09.654.914/0013-84, representada pelo Sr. Teobaldo Pires de Carvalho, brasileiro, casado, professor e diácono, residente na Rua Leonida Pereira de Barros, nº 60, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 571.121.744-72 e RG: 3.316.071 SSP/PE; 5ª ENTIDADE: 1ª Igreja Batista de São José do Belmonte, CNPJ: 02.735.624/0001-82, representada pelo Sr. Fábio Henrique de Amorim Barros, brasileiro, casado, pastor, residente na Rua Leônidas Pereira de Barros, nº 06, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 440.307.704-87 e RG: 2.049.676 SSP/PE. Para avaliar e aprovar a programação executada pela rádio comunitária, que depois de lida toda programação, reafirmaram a importância da rádio como meio de comunicação e lazer para as pessoas que ainda não dispõem de acesso a internet, levando a informação a todos e dando acesso ao uso deste meio. Falaram ainda da importância dos novos programas de entrevistas transmitido no programa Ponto a Ponto, apresentado nas terças e sextas-feiras, além do espaço sedido para os programas religiosos das igrejas católicas e também das evangélicas. Da importância do Programa Prosa Rural (parceria com o Embrapa) e do programa Violas Belmontenses apresentado todo final de tarde, valorizando a cultural local, além do programa no Reino da Cultural apresentado aos sábados, sempre com nomes da nossa música local e regional. Finalizando reafirmaram a concordância com a programação executada pela rádio e o compromisso com a parceria para o seu bom funcionamento. O Presidente agradeceu a presença de todos e solicitou que fosse lavrada a presente ata, que vai assinada por todos presentes. São José do Belmonte-PE, 29 de outubro de 2018.

Presidente: Ivaldo Guimarães Xavier - 

Secretário: José Donato de Moura - 

Conselho comunitário:

Edizio Lopes de Carvalho - 

(Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de São José do Belmonte



Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Belmonte PE)

Ana Paula de Almeida Novaes Carvalho - *Ana Paula de Almeida Novaes*

(Representante da Associação Cultura Pedra do Reino)

Teobaldo Pires de Carvalho -

*Teobaldo Pires de C. Santos*

(Representante da Paróquia São José - São José do Belmonte)

Fábio Henrique de Amorim Barros

*Fábio Henrique de A. Amorim*

(Representante da 1ª Igreja Batista de São José do Belmonte)

### CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua José Alves de Carvalho, 32

Tel: 3884-1000 / São José do Belmonte, PE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA

Telefone: (87) 38841-006

TABELIA E OFICIAL PUBLICA

E-mail: cartorio2v@hotmail.com

ATIVIDADE DE PROTESTO

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA

Telefone: (87) 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de Ivaldo Guimarães Xavier, José Donato de Moura, Edizio Lopes de Carvalho e Josué de Souza Moreno. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 19,16

Selo: 0076398.ZSH10201801.00866 23/11/2018 15:24:11

Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)



Reconheço por autenticidade a firma de Ana Paula de Almeida Novaes, Teobaldo Pires de Carvalho Santos e Fabio Henrique de Amorim Barros. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 14,37

Selo: 0076398.HVJ10201801.00867 23/11/2018 15:25:34

Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)







**Ministério da Fazenda**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Recibo do Requerimento**

19/11/2018  
12:46

-----  
IMPORTANTE: O resultado do seu requerimento deverá ser visualizado no e-CAC da PGFN ([www.pgfn.gov.br](http://www.pgfn.gov.br)).\*  
-----

**Dados do protocolo:**

Número do protocolo: 01371092018

Data de Registro: 19/11/2018 12:46

Nome: A ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

CPF / CNPJ: 02.422.190/0001-60

Unidade do protocolo: PETROLINA

Tipo da Dívida: Não Previdenciária

Serviço: Revisão de Dívida - PRDI

**Outras informações do protocolo:**

Data de adesão: 27/08/2018

Código de receita da 1ª parcela: 1734

Data de pagamento da 1ª parcela: 29/08/2018

Motivo: A dívida está parcelada ou liquidada por parcelamento

Conta do parcelamento: 0717182397491681

**Requerimento(s) Pertencente(s) a este Protocolo:**

Requerimento: 20180274286

Unidade da PGFN de entrada do requerimento: PETROLINA

Inscrição: 40 6 17 013351-00

**Endereço do requerente exclusivo para fins destes protocolos:**

Logradouro: PIRES RIBEIRO

Número: 32

Bairro: CENTRO

CEP: 56950-000

Cidade: SAO JOSE DO BELMONTE

Estado: Pernambuco

**Observações:**

Solicito o pedido de revisão de dívida, pelo motivo da 2ª parcela já foi paga em 23/10/2018, fora do prazo, na agência Bradesco com número de documento 07171828887901248; mesmo assim ainda permanece em cobrança na dívida ativa. Foi protocolado na Receita Federal do Brasil, agência em Serra Talhada - PE, no dia 01/11/2018, manualmente um Requerimento de Revisão e extinção da dívida, pelo fato que necessitamos de uma certidão negativa com efeito de positiva, para enviar-la ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Formulário assinado por:**

Nome: IVALDO GUIMARAES XAVIER

CPF: 258.293.514-04

**Avisos:**

**Considera-se notificado o requerente no momento do acesso ao resultado do requerimento.**

\* Para o acompanhamento da situação do protocolo/requerimento e ciência do resultado, o requerente e/ou procurador deverá acessar o e-CAC da PGFN ([www.pgfn.gov.br](http://www.pgfn.gov.br)) e, após o login, acessar a opção "Consulta Protocolo/Requerimento", aba "Protocolo/Requerimento".

Documentação apresentada (legitimidade/serviço) com anexo eletrônico.





01/11/2018

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ANEXO III

REQUERIMENTO DE REVISÃO E EXTINÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

☐ DÍVIDA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

☒ DÍVIDA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA POR FATO POSTERIOR À INSCRIÇÃO

Para pedido de revisão de dívida tributária por fato anterior à inscrição, verificar procedimento no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

NOME/EMPRESA (devedor): ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITARIA

CPF/CNPJ (devedor): 02.422.190/0001-60

Telefone/fax: (87) 38841730 e-mail:

REQUER ☒ a revisão ou X a extinção da(s) seguinte(s) dívida(s) ativa(s):

INSCRIÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	CÓDIGO DO MOTIVO
40617013351-00	10435400131/2015-21	1

CÓDIGOS DOS MOTIVOS:


- 1 - Inclusão de pagamento  
2 - Reconhecimento de prescrição.  
3 - Cumprimento de decisão judicial.  
4 - Aplicação da Súmula Vinculante STF nº 8.  
5 - Anistia/Remissão.  
6 - Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Declara, sob as penas da lei, serem verdadeiros os fatos e comprovantes anexados a este requerimento.

São José do Belmonte, 31/10/2018

(local)

(data)

  
(assinatura do interessado ou representante legal)

Nome (de quem assina): IVALDO GUIMARAES XAVIER

CPF: 258.293.514-04 Telefone: (87) 996349235

- O interessado somente poderá marcar um único serviço por Requerimento.
- Verifique a documentação que deve instruir o Requerimento no endereço [www.pgfn.gov.br](http://www.pgfn.gov.br).
- O interessado poderá acompanhar a tramitação deste Requerimento no endereço [www.pgfn.gov.br](http://www.pgfn.gov.br), link E-CAC.

Anexo aprovado pela Portaria PGFN nº 876, de 29 de julho de 2010.





Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE  
Cesar Segond Vasconcellos

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »»» RADCOM »»» Consultas »»» **Geral** | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

<b>UF:</b> PE	<b>Distrito:</b> São José do Belmonte
<b>Município:</b> São José do Belmonte	<b>Sub Distrito:</b>
<b>Canal:</b> 285	<b>Local Especifico:</b>
<b>Fase:</b> 3	

### Dados da Entidade

<b>Entidade:</b> ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC	<b>CNPJ:</b> 02.422.190/0001-60
<b>Nome Fantasia:</b>	<b>Bairro:</b> CENTRO
<b>Logradouro:</b> PRACA PIRES RIBEIRO, 32	<b>Número:</b> .
<b>Telefone:</b> Não Informado	<b>Fax:</b> Não Informado
<b>Situação:</b> Entidade não possui débitos	

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

<b>CNPJ:</b> 02422190000160 ◀	<input type="button" value="Pesquisar"/>
<b>Razão Social:</b> ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC	
<b>Tipo de Usuário:</b> Integral	

#### Endereço Sede

<b>País:</b> Brasil					
<b>Número do CEP:</b> 56950000	<b>Logradouro:</b> PRACA PIRES RIBEIRO, 32				
<b>Número:</b> .	<b>Complemento:</b>	<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Estado:</b> PE		
<b>Município:</b> São José do Belmonte	<b>Distrito:</b> São José do Belmonte	<b>SubDistrito:</b>			
<b>Telefone:</b>	<b>Fax:</b>				

#### Endereço de Correspondência

<b>País:</b>					
<b>Número do CEP:</b>	<b>Logradouro:</b>				
<b>Número:</b>	<b>Complemento:</b>	<b>Bairro:</b>	<b>Estado:</b>		
<b>Município:</b>	<b>Distrito:</b>	<b>SubDistrito:</b>			
<b>Telefone:</b> <input type="text"/>	<b>Fax:</b> <input type="text"/>	<b>E-mail:</b> <input type="text"/>			

### Dados da Outorga

<b>Data Publicação Contrato/Convênio:</b> 15/09/2005	<b>Data Limite Instalação:</b> 15/03/2006
<b>Número do Processo:</b> 531030008351998 ◀	<b>Fistel:</b> 50013533606
<b>Caixa:</b> <input type="text"/>	<b>Sequência:</b> <input type="text"/>

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão		Natureza
<div></div>	<div>352</div>	<div></div>	<div>Portaria</div>	<div>MC</div>	<div>17/07/2003</div>	<div>23/07/2003</div>	Autoriza Executar Serviço	<div>Jur.</div>	
<div></div>	<div>49012</div>	<div></div>	<div>ATO</div>	<div>SCM</div>	<div>14/01/2005</div>	<div>17/01/2005</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<div>Téc.</div>	
<div></div>	<div>778</div>	<div></div>	<div>Decreto Legislativo</div>	<div>CN</div>	<div>14/09/2005</div>	<div>15/09/2005</div>	Deliber. do C. Nacional	<div>Jur.</div>	
<div></div>	<div>53299</div>	<div></div>	<div>ATO</div>	<div>CMPRL</div>	<div>03/10/2005 1</div>	<div>04/10/2005</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<div>Téc.</div>	

### ☐ Característica da Estação Instalada

#### » Endereços

☐ Estação Transmissora

## Endereço

País:	Brasil				
Cep:	56950000	Logradouro:	PRAÇA PIRES RIBEIRO		
Número:	S/N	Complemento:	Bairro:	CENTRO	UF:
Município:	São José do Belmonte	Distrito:	SubDistrito:		

## Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude:	7S512606	Longitude:	38W452771	Raio:	32
----------------------	----------	------------	-----------	-------	----

## Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:	07S514000	Longitude:	38W452800
Distância ao Centro do Município:		Km	
Azimute:	(Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)		

## Informações da Estação

Cota Base Torre:		m
Raio da Área de Serviço:	1	km

☐ Estúdio Principal

País:	Brasil				
Cep:	56950000	Logradouro:	PRAÇA PIRES RIBEIRO		
Número:	S/N	Complemento:	Bairro:	CENTRO	UF:
Município:	São José do Belmonte	Distrito:	SubDistrito:		

## » Estação Principal

☐ Antena Principal

Fabricante:	TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.				
Modelo:	ATC-01	Ganho:	0	dBd	
Polarização:	Vertical	Orient. NV:		graus	
Beam-Tilt:		Preenchimento de nulos:		(%)	
HCI:	22	metros			
Descrição:	<div>MON. VERTICAL</div> <div>Máximo: 200 Digitados: 13</div>				

☐ Transmissor Principal

Código Equipamento:	038400XXX0034	<input checked="" type="checkbox"/> Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)
Potência:	25	W
Fabricante:	Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	
Modelo:	TEC 113	
Validade:	11/09/2002	
Potência Equipamento:	25-1 W	

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui.](#)☐ Linha Transmissão

Fabricante:	CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA		
Modelo:		Impedância:	
Comprimento:		Atenuação:	
	m		ohms
			dB/100m

## » Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irradiada

ERP <sub>MAX</sub> (P <sub>T</sub> x G x
--




<b>E<sub>F</sub>):</b>	<input type="text"/>	W	Ex.: 1234,5678
------------------------	----------------------	---	----------------

» Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/Observações

<b>Num. do Processo da Portaria:</b>	<input type="text"/>	.	<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	Ex.: 53521.000235/2003
<b>Num. do Processo do Ato de RF:</b>	<input type="text"/>	.	<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	Ex.: <input type="button" value="Checar"/>

53500 . 000691 / 2005 Ex.: 53521.000235/2003

<b>Observação:</b>	<div><div></div><div>↑</div><div>↓</div></div>	 Este campo será apresentado nas observações da Licença.
--------------------	--	---

Máximo: 200 Digitados: 0

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

<b>Entidade:</b>	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC - CNPJ/CPF (02.422.190/0001-60)	<b>Situação:</b>	Entidade não possui débitos	
<b>Município/UF:</b>	SÃO JOSÉ DO BELMONTE/PE	<b>Canal:</b>	285	
<b>Indicativo:</b>	ZYX793			
<b>Dia Início</b>	<b>Dia Fim</b>	<b>Hora Início</b>	<b>Hora Fim</b>	<b>X</b>
<input type="text" value="Domingo"/>	<input type="text" value="Sábado"/>	<input type="text" value="05:00"/>	<input type="text" value="24:00"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## DESPACHO

Processo nº: **53900.034340/2015-41.**

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 53900.034340/2015-41, de interesse da **Associação Cultural Rádio Comunitária**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Belmonte / PE**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (3975874).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Cleyson de Vasconcelos Silva, Técnico de Nível Superior**, em 18/03/2019, às 14:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3975878** e o código CRC **C7A11219**.

### Minutas e Anexos

Sistema de Controle de Radiodifusão - (3975874)

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 3975878



Processo nº **53900.034340/2015-41**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**

CNPJ nº 02.422.190/0001-60

Localidade: São José do Belmonte / PE.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Requerimento 2892555).

1.1) Data de postagem: 17/9/2015 (Requerimento 0731110).

1.2) Tempestividade: (X) Sim - art. 6º-B, § 6º da Lei nº 13.424, de 28/3/2017 ( ) Não.

**1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: Petições 3603069 e 3603070. Pendente**

2) Declaração de conformidade: Petições 3603069 e 3603070.

3) Estatuto Social: Petições 3603062 a 3603066 e 3603068.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, "a";

**b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º, caput; Irregular**

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: arts. 4º, "a", e 12;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, "a";

e) Órgão administrativo e cargos: art. 13;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 14 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 13 (quatro anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 24 e 25.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 2º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 3º e 5º;

e) Direitos dos associados: art. 4º;

f) Deveres dos associados: art. 4º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 5º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 26;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 10 e ss.;

**j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 29; Irregular**

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 11, "e", 13, 14;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 11;

**m) Critérios de eleição dos administradores: art. ;**

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 10, caput;

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 29.

**4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 7 a 11 (Requerimento 0731110). (20/5/2015 - 20/5/2019). Vencendo**

Presidente: Ivaldo Guimarães Xavier;

Vice-Presidente: José Afonso de Carvalho Primo;

Secretário(a) Geral: José Donato de Moura;

Tesoureiro(a): Irenilda Rodrigues do Nascimento;

Diretor(a) de Relações Públicas: José Iran de Oliveira Barros.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. .

6) CNPJ: fl. 17 (Requerimento 0731110).

7) Certidão Negativa da Anatel: Certidão SIGEC 2673384.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Petição 3603080. Pendente

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3430854.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB .

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão Trabalhista 3430861.

**\*\*\*PENDÊNCIAS:**

- Deve ser encaminhado Requerimento de renovação contendo todas as declarações elencadas no modelo e assinado por todos os dirigentes.

-----  
- No estatuto social:

**PORTARIA DO MCTIC**

(I) art. 3º, *caput*: voltou a estar previsto que os associados deverão ser aprovados pela diretoria, dispositivo que havia sido excluído na alteração estatutária anexada, às fls. 6/7 (Requerimento 2892555);

**CÓDIGO CIVIL**

(II) ainda não estão previstas as condições para a alteração das disposições estatutárias, em desacordo com o art. 54, inciso VI do CC;

(III) ainda não estão previstos os critérios de eleição dos administradores, em desacordo com o art. 59, parágrafo único.

-----  
- O mandato da diretoria vencerá em 20/5/2019.

-----  
- Devem ser encaminhados comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF dos dirigentes.

-----  
- Deve ser encaminhada a grade de programação da emissora.

-----  
- Novamente, não foi possível emitir certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.

**\*\*\*CONCLUSÃO:**

- Foi realizada pesquisa no(s) sítio(s) da Anatel, Caixa Econômica (FGTS) e Justiça Trabalhista (CNDT) e verificou-se que a Radiodifusora se encontra com a situação regular.

- Foi realizada pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.

- Foi realizada pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.

- Foi realizada pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).



**DADOS DOS DIRIGENTES:**

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Ivaldo Guimaraes Xavier	06/04/1962	258.293.514-04	2083554 (SSP/PE)	Ursulina Xavier Guimaraes / Vivaldo Guimaraes	020845490892	PSB	
Vice-Presidente	Jose Afonso de Carvalho Primo	25/09/1959	244.347.954-49	1511047 (SSP/PE)	Maria Carvalho Barros / Afonso Primo de Carvalho	020826080876	PSDB	
Secretário(a)	Jose Donato de Moura	09/01/1936	081.167.174-72	367668 (SSP/PE)	Joana da Gloria Moura / Donato Pereira de Moura	020795950850	PR	
Tesoureiro(a)	Irenilda Rodrigues do Nascimento	28/08/1966	522.299.044-34	3785160 (SSP/PE)	Ana Maria do Nascimento / Andreolino Rodrigues do Nascimento	020793500825	PT	
Diretor(a) de Relações Públicas	Jose Iran de Oliveira Barros	29/04/1961	277.911.224-72	1655900 (SSP/PE)	Maria Madalena de Oliveira / Luiz Gonzaga da Silva	020826970841	PT	

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 4295/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.034340/2015-41.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS) E ÚLTIMA.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Belmonte**, estado de **Pernambuco**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 22318/2018/SEI-MCTIC.

### **ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	<b>Dispositivo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Análise</b>
			<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber:</p> <p>a. No art. 3º, <i>caput</i>, voltou a estar previsto que os associados deverão ser aprovados pela diretoria, dispositivo que havia sido excluído na alteração estatutária anexada, às fls. 6/7 (Requerimento 2892555) e que contraria o art. 40, inciso II da Portaria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela</p>



	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria.</p>	<p>diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, novamente deixou de estar expressamente previsto o ingresso <b>gratuito</b>, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p><b>Observação 1:</b> a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p><b>Observação 2:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
<p>Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado ao Código Civil.</p>	<p>O estatuto social deve conter a(s) seguinte(s) disposição(ões) prevista(s) no Código Civil:</p> <p><b>Art. 54 do CC:</b> Ainda não está(ão) previsto(s):</p> <p>- as condições para a alteração das disposições estatutárias;</p> <p><b>Art. 59 do CC:</b> Ainda não estão previstos os critérios de eleição dos administradores.</p>

<p>Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018</p>			<p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.</p> <p><b>Observação:</b> O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>Visto que o mandato da diretoria encerrar-se-á em <b>20/5/2019</b>, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a nova Ata de eleição tão logo seja registrada.</p> <p><b>Observação 1:</b> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p> <p><b>Observação 2:</b> Sempre que houver eleição da diretoria, <b>deve-se encaminhar novo requerimento de renovação</b> (conforme Anexo 5 da Portaria) assinado por <b>todos</b> os dirigentes.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que <b>todos</b> os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p>



		Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	Não foi encaminhada a grade de programação anexa ao relatório do Conselho Comunitário.
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Novamente, consultou-se o sítio da Receita Federal e verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

### 3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2 Ressalta-se que a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3 Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que

seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

5. Salienta-se que esta será a **última** notificação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos, com documentos desconformes com o que foi solicitado ou mesmo se não for possível emitir quaisquer das certidões negativas atualizadas necessárias à instrução processual motivará o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, nos termos do art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

---

## CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista**, em 21/03/2019, às 15:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/03/2019, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3990828** e o código CRC **0F6283DA**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 3990828



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 9340/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

IVALDO GUIMARÃES XAVIER

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC** (CNPJ nº 02.422.190/0001-60)

Praça Pires Ribeiro, nº 32 - Centro

56.950-000 / São José do Belmonte - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034340/2015-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4295/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em





25/03/2019, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3990908** e o código CRC **A444FBE4**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 9340/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.034340/2015-41 - Nº SEI: 3990908

# DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATARY

ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / END OF RECEIVING ORGANIZATION

ENVIADOR / AC

SERAD/CGRC

Ofício nº 9340/2019/SEI-MCTIC, 25/03/2019

DEPARTAMENTO / CODE POSTAL

Processo: 53900.034340/2015-41

**IVALDO GUIMARÃES XAVIER**

Associação Cultural Rádio Comunitária

RELAÇÃO DE

Praça Pires Ribeiro, nº 32 - Centro

CEP: 56950-000

São José do Belmonte / PE

SIGNATURE OF THE

NOT PRIORITY

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE OF THE RECIPIENT

*[Signature]*

DATA DE RECEBIMENTO / DATE OF RECEIPT

03 04 19

DATA DE ENTREGA / DATE OF DELIVERY

03 ABR 2019

ASSINATURA DO EMPREGADO / SIGNATURE OF THE EMPLOYEE

*LIANDRAB A. Da conceição*

RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGANIZATION IDENTIFICATION

RUBRICA MANO DO EMPREGADO / SIGNATURE OF THE EMPLOYEE

*[Signature]*





**Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C.**  
**Praça Pires Ribeiro, 32 - Centro**  
**56.950-000 – São José do Belmonte PE**  
**CNPJ – 02.422.190/0001-60**

**Ofício n. 04/2019**

**São José do Belmonte PE, 24 de abril de 2019.**

**A Sra.**

**Vilma de Fátima Alvarenga Fanis**  
**Coordenadora-Geral de Rádio Comunitária**  
**Esplanada dos Ministérios – Bloco R, 3º Andar**  
**70.044-900 – Brasília DF**

**Assunto: Resposta ao Ofício nº 9340/2019/SEI -MCTIC – Processo 53900.034340/2015-41**

Atendendo as exigências constantes na NOTA TÉCNICA nº 4295/2019/SEI-MCTIC, estamos enviando através do CADSEI os seguintes documentos:

1. Ata de alteração estatutária exigidas pelo Código Civil Brasileiro, registrada no Cartório do 1º ofício, no livro A;
2. Estatuto consolidado da Associação, registrado no Cartório do 1º Ofício, no livro A;
3. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.
4. Grade de programação aprovada pelo Conselho Comunitário da Rádio.

Estamos dando início ao processo de renovação da direção da Associação, pretendemos enviar a ata, bem como todos os documentos exigidos antes de final do prazo de vencimento da atual direção.

Continuamos com o compromisso assumido quando requeremos a liberação da outorga de estar dentro da legalidade e servir à comunidade.

Atenciosamente,

**Ivaldo Guimarães Xavier**  
**Presidente da Associação Cultural Rádio Comunitária**  
**São José do Belmonte PE.**



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE PE.

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (2019), as 20:00 h. Na sede à Praça Pires Ribeiro, 32 - Centro, nesta cidade. Conforme convocação estabelecida pelo Estatuto da Entidade. Reuniu-se a maioria dos associados aptos a votar, presidida pelo Sr. Ivaldo Guimarães Xavier, brasileiro, casado; servidor público, residente a Rua Pe. Manoel Lopes, n. 5 - Centro de São José do Belmonte-PE. Convidou o Sr. José Iran de Oliveira Barros, brasileiro, casado, aposentado, residente na rua Pe. Manoel Lopes, - Centro de São José do Belmonte-PE. Foi constatado quorum suficiente para a realização da Assembleia. Concluída a leitura do dia, o Presidente explicou os motivos que levaram a realização desta assembleia extraordinária. Exigências feitas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a adequação do Estatuto da Associação ao novo Código Civil Brasileiro, que procedeu as alterações nos artigos Estatuto da Entidade, passando a ter uma nova redação os seguintes artigos: **Art. 3º** - São considerados associados todos aqueles que tiverem seu ingresso gratuito e sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora, solicite o seu ingresso através do preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas e religiosa ou de moradores e que mantenha fiel obediência a este Estatuto e deliberação da sociedade. Parágrafo Único - O quadro social da A.C.R.C. Será composto por pessoas físicas ou jurídicas, com residência ou sede, neste município, dividido entre as seguintes categorias: a) São considerados **FUNDADORES** os associados signatários da Ata de fundação; b) São considerados associados **EFETIVOS**, Pessoas Físicas ou Jurídicas desde que resida na área de atuação da emissora, e que ao dirigir até a Sede desta entidade, solicite sua inscrição no rol de associados, onde deva repassar todos os dados do mesmo, fica determinado que o direito de ingresso como associado a esta organização será obtida de forma gratuita na sua totalidade; c) **BENEMÉRITOS** aqueles que por sua livre e espontânea vontade venha contribuir com valores com vistas a manutenção desta Organização.

**ART. 7º** - São considerados associados todos aqueles que tiverem seu ingresso gratuito e sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora, solicite o seu ingresso através do preenchimento de formulário próprio.

**Art. 11** - São atribuições privativas da assembléia geral: ... "h) Tomar e dar conhecimento da adesão de novos associados;". Será reformado e terá nova nomenclatura o **CAPÍTULO V**, que passará a ser: **DA REFORMA ESTATUTÁRIA**, com os artigos e redação seguinte: **Art. 29** - O presente Estatuto Social poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, desde que comprovadamente necessária, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados em dia com suas obrigações sociais. Será acrescido o **CAPÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES**, com os artigos e redação e redação seguinte: " **Art. 30** - As eleições para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, tanto efetivo, quanto suplente, serão realizadas



simultaneamente, a cada 04 (Quatro) anos, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para este fim. Art. 31 - O edital de convocação para a Assembleia Geral Ordinária referida no artigo anterior deverá ser fixado na sede desta Organização, com antecedência mínima de 15 (Quinze) dias e máxima de 30 (trinta) dias para a data de sua realização, no qual deverá constar a data, horário e local da votação em assembleia. **Parágrafo Único** - A Assembleia de Eleição, poderá, a critério da Diretoria, ser realizada até 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato da atual Diretoria e do Conselho Fiscal. Art. 32- Anteriormente à realização das eleições para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, os associados interessados na disputa deverão se reunir em chapas e registrá-las, cada qual delas, mediante requerimento". Devido as alterações propostas e aprovadas nesta assembleia, os Capítulos e artigos das Disposições Gerais passarão a ser parte do Capítulo VII e os artigos 29,30 31 E 32, serão renumerados para os Artigos 33, 34, 35 e artigo 36 respectivamente. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade, que deverá ser encaminhada para Cartório para as devidas averbações e consolidação do Estatuto. O Presidente agradeceu a presença e a colaboração de todos. Não havendo mais nada a ser tratado nesta Assembleia Geral Extraordinária da Associação Cultural Rádio Comunitária de São José do Belmonte - PE, a reunião foi encerrada e depois de lavrada foi assinada por todos os presentes. São José do Belmonte, 05 de abril de 2019.

Ivaldo Guimarães Xavier - Presidente

José Donato de Moura

José afonso de Carvalho Primo

Irenilda Rodrigues do Nascimento

José Iran de Oliveira Barros

Cicero Moraes Barros de Carvalho

Edivirgens Gomes de Marins Pereira

José Hilson Barbosa

Enio Cavalcanti Novaes

### CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua José Alves de Carvalho, 32

Tel. 3344 1006 / São José do Belmonte - PE

Titular: Edivirgens Gomes de Marins Pereira

Telefone: (87) 38841-006

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

Titular: Edivirgens Gomes de Marins Pereira

Telefone: (87) 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de Ivaldo Guimarães Xavier, José Afonso de Carvalho Primo, José Donato de Moura e Irenilda Rodrigues do Nascimento. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 19,16

Selo: 0076898.QJ101201901.00445 11/04/2019 11:27:45  
Consulte autenticidade em [www.tipe.jus.br/seloDigital](http://www.tipe.jus.br/seloDigital)

### CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Titular: Érica Pollyanna Rocha Pereira

Telefone: (87) 3884-1321

CERTIFICO que registrei no LIVRO Nº A-17, às folhas 01/02, sob o nº de ordem 610. O presente documento. São José do Belmonte/PE. 15/04/2019. Dou Fé. Registro de Títulos e Documentos. Érica Pollyanna Rocha Pereira-Delegatária Interina.

Selo: 0074904.QJ12201801.00476 15/04/2019 10:07:06  
Consulte autenticidade em [www.tipe.jus.br/seloDigital](http://www.tipe.jus.br/seloDigital)

### CARTÓRIO 1º OFÍCIO

Rua: Antônio Xavier Sobreira, Nº 25-A

Centro-São José do Belmonte-PE. CEP: 56.950-000

CNPJ/MF: 11.460.185/0001-33

Érica Pollyanna Rocha Pereira

Delegatária Interina

Ato Nº 1.711/2018 - 17/12/2018



REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA- A.C.R.C, ADAPTADA ÀS LEIS NºS. 10.406/2002 E 11.127/2005, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADA NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA CIDADE, SOB O Nº DE ORDEM 285, FLS. 186 A 189, DO LIVRO Nº A-04, DATADO DE 04/09/2002, CONFORME ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS, REALIZADAS NO DIA 20 DE MAIO DE 2015, NO DIA 18 DE MARÇO DE 2018, NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2018 e NO DIA 05 DE ABRIL DE 2019, VISTA DAS ALTERAÇÕES DE ALGUNS ARTIGOS. DELIBERAM OS ASSOCIADOS E CONSOLIDA O ESTATUTO SOCIAL, PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO.

**ESTATUTO SOCIAL**  
**Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**

**Capítulo I**

**Da Denominação – Natureza – Constituição – Duração e Objetivo**

**Art. 1º - Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**, com sede na Praça Pires Ribeiro, nº 32, nesta cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, é uma sociedade civil, sem finalidade econômica, nem discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexuais, convicções político-ideológico-partidarias e condição social nas relações comunitárias.

**Art. 2º - A Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**, tem duração indeterminada e os seguintes objetivos:

- a) Instalar e Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de São José do Belmonte – Pernambuco;
- b) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- c) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- d) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

**CAPÍTULO II**  
**Dos Associados**

**Art. 3º -** São considerados associados todos aqueles que tiverem seu ingresso gratuito e sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora, solicite o seu ingresso através do preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas e religiosa ou de moradores e que mantenha fiel obediência a este Estatuto e deliberação da sociedade.

**Parágrafo Único –** O quadro social da A.C.R.C. Será composto por pessoas físicas ou jurídicas, com residência ou sede, neste município, dividido entre as seguintes categorias:

- a) São considerados FUNDADORES os associados signatários da Ata de fundação;
- b) São considerados associados EFETIVOS, Pessoas Físicas ou Jurídicas desde que resida na área de atuação da emissora, e que ao dirigir até a Sede desta entidade, solicite sua inscrição no rol de associados, onde deva repassar todos os dados do mesmo, fica determinado que o direito de ingresso como associado a esta organização será obtida de forma gratuita na sua totalidade;
- c) BENEMÉRITOS aqueles que por sua livre e espontânea vontade venha contribuir com valores com vistas a manutenção desta Organização.

**Art. 4º** - São direitos e deveres dos Associados:

- a) Votar e ser Votado em Assembleia Geral, para todos os cargos da Associação, desde que em dia com suas contribuições;
- b) Participar das Assembleias Gerais da A.C.R.C.;
- c) Expor em plenário suas idéias que sirvam para engrandecer a A.C.R.C.;
- d) Discordar em Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, de atos ou julgamento da Diretoria Executiva, desde que tenha fundamento legal;
- e) Justificar suas faltas à Assembleia, reuniões outras ou eventos realizados pela A.C.R.C.;
- f) Aceitar as propostas dos associados ou rejeitá-las a bem do trabalho da A.C.R.C.

**Art. 5º** - Os associados que não obedecer a este instrumento, regimento interno ou não participar das ações A.C.R.C., faltar a três (03) assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias sem justificativas, estarão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro social por justa causa, concedendo-se ao associado o exercício de amplo direito de defesa na Assembleia Geral.

**Art. 6º** - Cabe ao associado que se considerar injustiçado o direito de defender-se inclusive recorrendo à justiça.

**Art. 7º** - São considerados associados todos aqueles que tiverem seu ingresso gratuito e sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora, solicite o seu ingresso através do preenchimento de formulário próprio.

**Art. 8º** - Os Associados da A.C.R.C. não responderão nem solidário nem subsidiariamente pelas obrigações sociais ou financeiras dela.

### **CAPÍTULO III** **Da Organização**

**Art. 9º** - São órgãos da A.C.R.C.:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.



## SECÇÃO I Da Assembleia Geral

**Art. 10** - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão da A.C.R.C., compõe-se de todos os associados. Pode ser Ordinária e Extraordinária. A Ordinária será sempre convocada com antecedência de 10 dias, pela Diretoria Executiva ou a requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados. Deliberará com a presença mínima da metade deles, por maioria absoluta de votos.

**Parágrafo Único** – A Assembleia Geral Ordinária, tratará de assuntos de interesse geral da A.C.R.C. e será semestral, enquanto a Assembleia Geral ou Extraordinária tratará de assuntos especiais ou urgentes e ocorrerá quando for necessária.

**Art. 11 – São atribuições privativas da Assembleia Geral:**

- a) Eleger os cargos da diretoria;
- b) Aceitar o pedido de demissão voluntária de membros da diretoria em exercício;
- c) Depor os cargos por razões justas e graves os membros da diretoria em exercício;
- d) Opinar sobre os relatórios de desempenho Financeiro e Contábil e sobre as operações Patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para as organizações superiores;
- e) Aprovar ou não o Balanço Financeiro;
- f) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da ordem do dia;
- g) Homologar os nomes para o Conselho Comunitário;
- h) Tomar e dar conhecimento da adesão de novos associados;
- i) Reformar o estatuto;
- j) Aprovar regulamentos para as eleições de ocupação de cargos de diretoria;
- l) Aprovar a dissolução da entidade.

**Art. 12** – Os Associados serão convidados para a Assembleia Gerais com direito a voz e a voto.

## SECÇÃO II Da Diretoria Executiva

**Art. 13** – A Diretoria Executiva que terá mandato de 04(quatro) anos, podendo ser reeleita para mais um período, constará de:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário Geral;
- d) Tesoureiro;
- e) Diretor de Relações Públicas.

**Art. 14** – Compete à Diretoria Executiva:

- 49  
12504
- a) Respeitar e fazer respeitar a A.C.R.C. e seu Estatuto, trabalhando pela realização dos seus objetivos.
  - b) Elaborar com os demais associados, regulamentos e normas para os trabalhos da A.C.R.C.
  - c) Reunir-se pelo menos de dois em dois meses para avaliar as atividades, receber propostas de trabalho e distribuir tarefas;
  - d) Convocar reuniões quando forem necessárias e criar comissões para a realização de eventos de sua responsabilidade;
  - e) Cumprir e fazer cumprir fielmente todas as determinações da Assembleias Gerais.

**Art. 15 – Ao Presidente compete:**

- a) Representar a A.C.R.C. ativa e passivamente, em Juízo e fora dele;
- b) Administrar a A.C.R.C., convocar e presidir as Assembleia Gerais e outras reuniões suas que houver;
- c) Abrir e movimentar conta bancária em conjunto com o Tesoureiro.

**Art. 16 – Ao Vice-Presidente** compete: assessorar e substituir ao Presidente nas suas faltas ou impedimentos e em caso de vacância;

**Art. 17 – Ao Secretário Geral** compete: Secretariar a A.C.R.C. em suas Assembleias Gerais e reuniões outras, redigir e responder pelo seu arquivo, documentação e correspondência.

**Art. 18 – Ao Tesoureiro** compete: A escrita financeira e administração imediata do Patrimônio da A.C.R.C., sob a autoridade do Presidente e movimentar conta bancaria em conjunto com o mesmo.

**Art. 19 – Ao Diretor de Relações Públicas** compete: Manter contato com os radialistas, órgãos e demais pessoas que possam enriquecer a programação da rádio.

**SECÇÃO III**  
**Do Conselho Fiscal**

**Art. 20 - O Conselho Fiscal** é constituído de 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) Titulares e 02 (dois) Suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria.

**Art. 21 - Compete ao Conselho Fiscal:**

- a) Examinar sempre que achar conveniente, a contabilidade e a Tesouraria da Associação;
- b) Emitir parecer prévio sobre assuntos de interesse da Associação, a pedido da Diretoria;
- c) Examinar e emitir parecer sobre o relatório anual da Diretoria;
- d) Denunciar irregularidades porventura verificadas, sugerindo medidas julgadas necessárias, à Diretoria ou à Assembleia Geral.

**Art. 22 - O Conselho Fiscal** reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.



4  
p.05

**Art. 23** - O Presidente do Conselho Fiscal será um dos membros Titulares, eleito em votação, pela Diretoria.

#### SECÇÃO IV CONSELHO COMUNITÁRIO

**Art. 24** - O Conselho Comunitário será instituído pela A.C.R.C. através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

**Art. 25** - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

**Parágrafo Segundo:** A A.C.R.C. manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

#### CAPÍTULO IV Do Patrimônio

**Art. 26** - O Patrimônio da A.C.R.C. será constituído de bens móveis, imóveis e valores que ela lícitamente adquirir, assim como de doações, legados, subvenções e da renda de seu próprio patrimônio.

**Art. 27** - A A.C.R.C. não remunerará seus associados pelos exercícios de suas funções e nem permite participação nos lucros, dividendos, bonificações ou verbas federal, estadual ou municipal, a nenhum membro de seus órgãos, não envia dinheiro para o exterior e aplica integralmente no Brasil, na execução de seus objetivos qualquer saldo eventualmente havido nos seus exercícios financeiros.

**Art. 28** - Os associados da A.C.R.C. não têm nem terá a título algum qualquer direito sobre o patrimônio.

#### CAPÍTULO V DA REFORMA ESTATUTÁRIA

**Art. 29** - O presente Estatuto Social poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, desde que comprovadamente necessária, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados em dia com suas obrigações sociais.

## **CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES**

**Art. 30** - As eleições para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, tanto efetivo, quanto suplente, serão realizadas simultaneamente, a cada 04 (Quatro) anos, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para este fim.

**Art. 31** - O edital de convocação para a Assembleia Geral Ordinária referida no artigo anterior deverá ser fixado na sede desta Organização, com antecedência mínima de 15 (Quinze) dias e máxima de 30 (trinta) dias para a data de sua realização, no qual deverá constar a data, horário e local da votação em assembleia. Parágrafo Único – A Assembleia de Eleição, poderá, a critério da Diretoria, ser realizada até 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato da atual Diretoria e do Conselho Fiscal.

**Art. 32** - Anteriormente à realização das eleições para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, os associados interessados na disputa deverão se reunir em chapas e registrá-las, cada qual delas, mediante requerimento.

## **Das Disposições Finais**

**Art. 33** - A dissolução da A.C.R.C. só poderá ser decidida por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim, como votos da maioria absoluta dos presentes. Dissolvida a Associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado a uma Associação de fins idênticos ou semelhantes, definida na Assembleia.

**Art. 34** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 35** - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

**Art. 36** – Revogada todas as disposições em contrário.

São José do Belmonte, 05 de abril de 2019.



Ivaldo Guimarães Xaveir  
Presidente

José Afonso de Carvalho Primo  
vice Presidente

José Donato de Moura  
Secretario

Irenilda Rodrigues do Nascimento  
Tesoureira

Enio Cavalcanti Novaes  
OAB/PB-8172  
Advogado

### CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua José Alves de Carvalho, 32

São José do Belmonte - PE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARIAS PEREIRA

Telefone: (87) 38841-006

OFÍCIO DE PRATICA DE PROTESTO

com

Reconheço por autenticidade a firma de Ivaldo Guimarães Xavier, José Afonso de Carvalho Primo, José Donato de Moura e Irenilda Rodrigues do Nascimento, São José do Belmonte/PE. Dou fé. Edivirgens Gomes de Marias Pereira. Tabela Publica. Total R\$ 19,16

Selo: 0076398.AWC03101901.00443 11/04/2019 19:23:48  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

### CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Titular: ÉRICA POLLYANNA ROCHA PEREIRA

Telefone: (87) 3884-1321

CERTIFICO que registrei no LIVRO Nº A-17, às folhas 02/04V, sob o nº de ordem 611. O presente documento. São José do Belmonte/PE, 15/04/2019. Dou fé. Registro de Títulos e Documentos. Érica Pollyanna Rocha Pereira-Delegatária Interina.

Selo: 0074704.0AC12201801.00437 15/04/2019 10:11:29  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

### CARTÓRIO 1º OFÍCIO

Rua: Antônio Xavier Sobreira, Nº 25-A

Centro-São José do Belmonte-PE - CEP: 55.950-000

CNPJ/MF: 11.460.185/0001-33

Érica Pollyanna Rocha Pereira

Delegatária Interina

Ato Nº 1.711/2018 - 17/12/2018



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC**  
**CNPJ: 02.422.190/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:09:11 do dia 18/04/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/10/2019.

Código de controle da certidão: **C88F.3E3F.BFF0.9922**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Grade de Programação

**Rádio Comunitária São José FM**  
**Associação Cultural Rádio Comunitária**  
**São José do Belmonte PE**  
**CNPJ – 02.422.190/0001-60**

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
05:00	Bem Sertanejo: Músicas regionais ( Forró, Baião, Xote, Caipira e Sertaneja )						
07:00	A Hora do Rei: Roberto Carlos					A Hora do Rei: Luiz Gonzaga	
08:00	Programa Evangélico da 1a. Igreja Batista					Transmissão da Missa Igreja Católica – Matriz de São José	
09:00	Manhã 104 – Programa variado de músicas, notícias locais e regionais. Achados e perdidos. Serviço de utilidade pública. Apresentado por Sônia Lima						
12:00	A Voz do Trabalhador Rural :Apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rural (Segunda) Programa Ponto a Ponto: Com entrevistas e notícias regionais. Apresentado pelo Blogueiro Silva Lima (Terça e Sexta) Programa do A.A. - Alcoólicos Anônimos (Quarta) Programa das Pastorais Católicas (Quinta e Sábado)					Programa Almoço Musical	
13:00	Programa Tarde Inteligente: Notícias, interatividade com o ouvinte, o melhor da MPB. Recebe artistas da cidade e divulga seus trabalhos. Apresentado por: Claudiane Alves.					Programa no Reino da Cultura Com o Poeta (Cicero Moraes)  Programa Prosa Rural	Pagodão da 104 Programa musical de Samba
15:00	Programa Túnel do Tempo: Flash Back – Músicas que marcaram sua história.						
16:00	Programa Forrozão da Comunitária – Com o melhor da música regional.						
17:30	Programa Violas Belmontenses – Apresentação dos violeiros: Zé e Francinaldo Oliveira						
18:00	A Hora da Ave Maria e o Programa Terço em Família e Músicas religiosas.						
19:00	A Hora do Brasil					Os Embalos de Sábado à Noite	Transmissão da Missa Igreja Matriz São José
20:00	Programa Noite 104 – Programa musical						
22:00	Programa O Melhor da MPB						
00:00	Encerramento da Programação						
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.083.554 DATA DE EXPEDIÇÃO 01.11.2000

NOME IVALDO GUIMARÃES XAVIER

FILIAÇÃO Vivaldo Guimarães Ursulina Xavier Guimarães

NACIONALIDADE São José do Belmonte-PE DATA DE NASCIMENTO 06.04.1964

DOC ORIGEM CC.1724-L.B4aux-F.163-Cart. São José do Belmonte-PE

258.293.514-04

BEL GILNO HUGO GOMES

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO 10R-29

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA

Telefone: (87) 38841-006

Está conforme o original. Conferi e autentico de acordo com o Art. 2 do Dec. Lei 2.180 de 25/04/1940. Dou fé. São José do Belmonte/PE. Edivirgens Gomes de Marins Pereira, Tabeliã Pública. Emol. R\$ 2,79; TSNR R\$ 0,62; FERC R\$ 0,31; Total R\$ 3,72.

Selo: 0076398, IUT07201602.02857 10/11/2016 10:02:03

Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua José Alves de Carvalho, 32

Tel.: 3884-1006 / São José do Belmonte - PE

Edivirgens Gomes de Marins Pereira

TABELIÃ E OFICIAL PRIVATIVA DE PROTESTO

E-mail: [cartorioew@hotmail.com](mailto:cartorioew@hotmail.com)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E VARIAS BOMIL

10. R-29

*José Afonso de Carvalho Primo*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.511.047 DATA DE EXPEDIÇÃO 31.10.2002

NOME JOSÉ AFONSO DE CARVALHO PRIMO

FILIAÇÃO Afonso Primo de Carvalho  
Maria Carvalho Barroz

NATURALIDADE São José do Belmonte-PE DATA DE NASCIMENTO 25.09.1959

DDO ORIGEM C C 1850 P 225 L.B-4Aux Cart de São José do Belmonte-PE

CPF 244.347.954-49

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*José Afonso de Carvalho Primo*

CIC

NASCIMENTO 25.09.59 INSCRIÇÃO NO CPF 244 347 954 49

CONTRIBUINTE

JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO

*Assinatura do Secretário da Receita Federal*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR DIREITO

*João Domício da Moura*

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



REGISTRO GERAL 367.668

NOME JOSÉ DONATO DE MOURA

Donato Pereira de Moura

FILIAÇÃO

José da Silva Moura

NATURALIDADE

20/07/1936  
DATA DO NASCIMENTO

RECIFE - PE

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

# CPF

**081.167.174-72**

**JOSE DONATO DE MOURA**

**09/01/1936**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
15 de Novembro de 1989



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

3785160 SSP PE

CPF

522.299.044-34

DATA NASCIMENTO

28/08/1966

FILIAÇÃO

ANDRELINO RODRIGUES  
DO NASCIMENTO  
ANA MARIA DO  
NASCIMENTO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO

03690539578

VALIDADE

24/04/2019

1ª HABILITAÇÃO

22/09/2005

OBSERVAÇÕES

sem observações

*Irenilda Rodrigues do Nascimento*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

SERRA TALHADA - PE

DATA EMISSÃO

25/04/2014

*P. A. M.*

ASSINATURA DO EMISSOR

87961038131  
PE059434953

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

3.785.160

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

08/05/2014

NOME

<< IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO >>

FILIAÇÃO

<< ANDRELINO RODRIGUES DO NASCIMENTO >>

<< ANA MARIA DO NASCIMENTO >>

NATURALIDADE

SÃO JOSÉ DO BELMONTE - PE

DATA DE NASCIMENTO

28/08/1966

DOC.ORIGEM

<< 077156 02 55 1968 1 00014 116  
0033323 90 SÃO JOSÉ DO BELMONTE-PE >>

CPF

522.299.044-34

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

F-61 25.323 - 3131



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

E 01



POLEGAR DIREITO



*Irenilda Rodrigues do Nascimento*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

S.N.S. 9 0363 SWMOM

ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1.655.900

JOSÉ IRAN DE OLIVEIRA BARROS

Luiz Gonzaga da Silva e  
Maria Madalena de Oliveira

São José do Belmonte-PE.29-04-1961

NATURALIDADE

DATA DO NASCIMENTO

RECIFE-PE

05-07-1977

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





CIC

REGISTRO

29.04.61

INSCRIÇÃO NO CPF

277 911 224 72

CPF

JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS

  
Paulo Roberto de Oliveira  
SECRETÁRIO DE RECEITA FEDERAL



**Associação Cultural Rádio Comunitária – A.C.R.C**  
**Praça Pires Ribeiro, 32 – Centro**  
**56.950-000 – São José do Belmonte PE**  
**CNPJ – 02.422.190/0001-60**

Ofício n. 05/2019

São José do Belmonte PE, 20 de maio de 2019.

À  
Sra.  
Vilma de Fátima Alvarenga Fanis  
Coordenadora-Geral de Rádio Comunitária  
Esplanada dos Ministérios – Bloco R, 3º Andar  
70.044-900 – Brasília -DF

**Assunto: Comunicação de alteração de direção – Processo: 53 900.034340/2015-41**

Encaminhamos em anexos, cópia registrada da ata de renovação da direção da Associação Cultural Rádio Comunitária de São José do Belmonte PE, bem como o anexo 5, assinado pelos dirigentes e cópia de documentos exigidos para esse fim.

Sem mais para o momento, atentiosamente,

Cicero Moraes de Barros Carvalho  
Presidente da Associação

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE – PE.

Ao 01 (primeiro) dia do mês de maio de dois mil de dezenove (2019), as 20:00 h., na sede da Associação, localizada à Praça Pires Ribeiro, nº 22, neste cidade. Conforme Edital de convocação. Reuniu-se a maioria dos associados aptos para votar. Presidida pelo Sr. Ivaldo Guimarães Xavier, que convidou o secretário o José Donato de Moura, que leu a pauta da reunião e deram início ao processo de renovação da direção da associação para um período de quatro anos. Após debaterem sobre os objetivos da rádio e sua programação. Passou-se para a pauta principal, a renovação da direção e do conselho fiscal, quando foi apresentada uma chapa única com a seguinte composição: Para **Presidente**: Cicero Moraes Barros de Carvalho, brasileiro, casado, farmaceutico, portador do CPF: 038.597.494-98 e RG 6309351 SDS PE, residente a Rua Padre José Pires, 18, Centro, nesta cidade; para **Vice Presidente**: José Iran de Oliveira Barros, brasileiro, casado, policial aposentado, residente na Rua Padre Manoel Lopes, nº 06, Centro, São José do Belmonte, PE, RG: 1.655.900 SSP/PE e CPF: 277.911.224-72; para **Tesoureira**: Irenilda Rodrigues do Nascimento, brasileira, casada, comerciante, residente na Rua José Mariano da Cruz, nº 155, Cacimba Nova, São José do Belmonte, PE, RG : 3.785.160 SDS/PE e CPF: 523.299.044-34; para **Secretario Geral**: José Donato de Moura, brasileiro, viúvo, autônomo, residente na Rua Cel. Jose Davi de Barros e Silva, nº 10, Centro, São José do Belmonte, PE, RG: 367.668 SSP/PE e CPF: 081.167.174-72; para Diretor de **Relações Públicas**: José Afonso de Carvalho Primo, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Padre Manoel Lopes, s/n, Centro, São José do Belmonte, PE, RG 1.151.047 SSP/PE e CPF 244.347.954-49; para compor o Conselho Fiscal, Titulares: Ivaldo Guimarães Xavier, brasileiro, casado, servidor público, residente na Rua Padre Manoel Lopes, nº 05 – Centro, São José do Belmonte, RG 2.083.554 SSP/PE e CPF 258.293.514-04; José Nunes de Carvalho Neto, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Primo Lopes, n. 93, Centro, São José do Belmonte PE, RG. 4360233 PE, CPF: 748.208.854-72; José Hilson Barbosa, brasileiro, casado, agricultor, residente na Av. Joaquim Cipriano da Cruz, nº 06, Loteamento Costa Rica, São José do Belmonte, PE, CPF: 682.717.194-91 e RG: 3.664.99-7 SSP/PE. Suplentes: Edivirgens Gomes de Marins Pereira, brasileira, casada, tabeliã, residente na Rua Manoel Lucas de Barros, nº 05, Centro, São José do Belmonte, PE, CPF: 168.857.084-53 e RG: 1781441 SSP/PE; Francinaldo Elias de Oliveira, brasileiro, casado, artista, residente no Loteamento Areia Branca, n. 2015, em São José do Belmonte PE, portador do CPF: 820.262.624-20, RG 4404060 SDSPE. Posta em votação a chapa foi eleita por aclamação. O Presidente em exercício agradeceu a todos pela participação, proclamou o resultado da nova diretoria e do conselho fiscal e suplentes, que terá o mandato de 4 (quatro) anos, tendo início no dia 20 de maio de 2019 com o término em 20 de maio de 2023. Desejando boa sorte na caminhada. Tomando a palavra como presidente eleito, o Sr. Cicero Moraes de Carvalho Barros, agradeceu pela confiança e se empenhará para dar continuidade aos trabalhos em andamento da associação. E não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE – PE, o Presidente agradeceu aos presentes pela colaboração de todos, e encerrou a reunião, e eu José Donato de Moura, lavro e assino José Donato de Moura a presente ata, que vai assinada por todos os associados presentes. São José do Belmonte, 01 de maio de 2019.



*Cicero Moraes Barros de Carvalho*  
Cicero Moraes de Carvalho Barros

*José Iran de Oliveira Barros*  
José Iran de Oliveira Barros

*Irenilda Rodrigues do Nascimento*  
Irenilda Rodrigues do Nascimento

*José Donato de Moura*  
José Donato de Moura

*José Afonso de Carvalho Primo*  
José Afonso de Carvalho Primo

*Ivaldo Guimarães Xavier*  
Ivaldo Guimarães Xavier

*José Nunes de Carvalho Neto*  
José Nunes de Carvalho Neto

*José Hilson Barbosa*  
José Hilson Barbosa

*Edivirgens Gomes de Marins Pereira*  
Edivirgens Gomes de Marins Pereira

Francinaldo Elias de Oliveira

*Francinaldo Elias de Oliveira*

### CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua José Alves de Carvalho, 32  
Tel.: 3884-1006 / São José do Belmonte - PE

**Edivirgens Gomes de Marins Pereira**  
TABELIA E OFICIAL

INATIVA DE PROTESTO  
@hotmail.com

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE - PE  
Titular: EDIVIRGENS GOMES DE MARINS PEREIRA  
Telefone: (87) - 38841-006

Reconheço por autenticidade a firma de Cicero Moraes Barros de Carvalho, José Iran de Oliveira Barros, Irenilda Rodrigues do Nascimento e José Donato de Moura. São José do Belmonte/PE. Dou Fé. Edivirgens Gomes de Marins Pereira. Tabela Pública. Total R\$ 19,04

Selo: 0076398.HMW04201901.00484 07/05/2019 10:49:33  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)



### CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Titular: ÉRICA POLLYANNA ROCHA PEREIRA  
Telefone: (87) 3884-1321

CERTIFICO que registrei no LIVRO Nº A-17, às folhas 08/08V, sob o nº de ordem 620. O presente documento. São José do Belmonte/PE, 16/05/2019. Dou fé. Registro de Títulos e Documentos. Érica Pollyanna Rocha Pereira - Delegatária Interina.

Selo: 0074054.XGA04201901.00444 16/05/2019 10:43:13  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)



**CARTÓRIO 1º OFÍCIO**  
Rua: Antônio Xavier Sobreira, Nº 25-A  
Centro - São José do Belmonte - PE - CEP: 56.950-000

CNPJ/MF: 11.460.185/0001-33  
**Érica Pollyanna Rocha Pereira**  
Delegatária Interina

Ato Nº 1.711/2018 - 17/12/2018

PRIMEIRO PLASTIVICAR		VÁLIDA EM TODOS TERRITÓRIOS NACIONAIS	
1103721567		1103721567	
<div> <div>  </div> <div> <p><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>  <b>MINISTÉRIO DAS CIDADES</b>  <b>DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO</b>  <b>CARTÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO</b></p> </div> </div>			
<p><b>NOME</b>  <b>CICERO MORAES BARROS DE CARVALHO</b></p>		<p><b>Nº DO EMPREGO</b>          6362252.689 PE</p>	
<p><b>CPF</b>          028.397.494-58</p>		<p><b>DATA DO NASCIMENTO</b>          08/02/1982</p>	
<p><b>ALUGO</b>          R\$ 150,00</p>			
<p><b>ENDEREÇO</b>          RUA CICERO MORAES DE CARVALHO          LOTE 100          BARRIO DE CARVALHO</p>			
<p><b>DATA DE EMISSÃO</b>          08/07/2020</p>			
<p><b>DATA DE VALIDADE</b>          08/08/2030</p>			
<p><b>ASSINATURA</b>  <i>Cicero Moraes Barros de Carvalho</i></p>			
<p><b>DATA DE EMISSÃO</b>          08/07/2020</p>			
<p><b>DATA DE VALIDADE</b>          08/08/2030</p>			
<p><b>CÓDIGO DE BARRAS</b>          1103721567</p>			



## FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA. 2a VIA



[www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)

**Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02**

COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116

**Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142**

**Ouvidoria 0800 282 5599**

**Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado**

de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos

**Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL**

**167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis**

OS, 111, BOA VISTA,  
AMBUCO  
50-902  
PJ 10.835.932/0001-08  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93

JNPJ 10.835.932/0001-08

INSCRIÇÃO ESTADUAL 0

INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005545-33

<b>DADOS DO CLIENTE</b> <b>CICERO MORAES BARROS DE CARVALHO</b> CPF: 038.597.494-98	<b>DATA DE VENCIMENTO</b> <b>20/05/2019</b> <b>TOTAL A PAGAR (R\$)</b> <b>245,06</b>	<b>DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL</b> <b>06/05/2019</b> <b>DATA DA APRESENTAÇÃO</b> <b>13/05/2019</b> <b>NÚMERO DA NOTA FISCAL</b> <b>060661933</b>	<b>CONTA CONTRATO</b> <b>007008541676</b> <b>Nº DO CLIENTE</b> <b>2001565014</b> <b>Nº DA INSTALAÇÃO</b> <b>0005453496</b>
<b>ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA</b> <b>RUA JOSE PIRES DOS SANTOS BARROS 18 --A</b> <b>CENTRO/SAO JOSE DO BELMONTE</b> <b>56950-000 SAO JOSE DO BELMONTE PE</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b> <b>B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL</b> <b>Monofásico</b>		
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site <a href="http://www.celpe.com.br">www.celpe.com.br</a>	<b>RESERVADO AO FISCO</b> <b>0515.F91A.C1AB.2E73.7188.D0BF.F173.AF49</b>		

## DESCRICÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO			QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)			290,00	0,77187454	223,84
Acréscimo Bandeira AMARELA					0,78
Contrib. Ilum. Pública Municipal					20,44
TOTAL DA FATURA					245,06

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								
ICMS			PIS			COFINS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
224,62	25,00	56,15	224,62	1,16	2,60	224,62	5,37	12,06

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo Ativo(kWh)	0,52850250		kWh
MAI 19		290	
ABR 19		247	
MAR 19		280	
FEV 19		266	
JAN 19		238	
DEZ 18		304	
NOV 18		300	
OCT 18		280	
SET 18		250	
AGO 18		254	
JUL 18		225	
JUN 18		261	
MAI 18		265	

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
	R\$	%
Geração de Energia	68,77	30,52
Transmissões	10,18	4,53
Distribuição (Celpe)	47,62	21,20
Encargos Setoriais	12,26	5,46
Tributos	70,81	31,52
Perdas de Energia	14,98	6,67
TOTAL	224,62	100

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL										
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh	
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA					
000000003120008993	CAT	04/04/2019	20.165,00	06/05/2019	20.455,00	32	1,00000	0,00	290,00	

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 04/06/2019

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
mar/2019					
DIC-No.de horas sem Energia		0,00	6,47	12,94	25,89
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	3,36	6,72	13,45
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	3,00	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico		Limite DICRI: 12,22			
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 81,51					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

Pague no ponto mais perto de você! ag correios sao jose do campos: praca pires ribeiro centro / farm e drog pro-vida: praca sa moraes 2 centroLista completa em [www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)"

Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).

A partir de 29/04, tarifa com reajuste médio de 5,56% para Baixa Tensão e 3,76% para Alta Tensão-REH 2.535/19.

*O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.*

Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m.(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês

*O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.*

NÍVEIS DE TENSÃO		
TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA		

-----  
DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
007008541676	05/2019	245,06	20/05/2019	<p>Evite dobrar, perfurar ou rasurar.</p> <p>Este canhoto será usado em leitora ótica.</p>

**Pagamento através de Débito Automático em Conta Corrente.**  
**Banco 237-2 Agência 2211**

**O Débito Automático em Conta Corrente é confortável, muito seguro e você pode suspender o débito até três dias úteis antes do vencimento. Para maiores informações ligue 116**

## AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA**  
**CÉDULA DE IDENTIDADE**

CRF/UF  
03460 / PE

NOME  
DR. CICERO MORAES BARROS DE  
CARVALHO

CATEGORIA PROFISSIONAL  
FARMACÊUTICO

DATA DE NASCIMENTO  
08/02/1982

DATA DE CONCLUSÃO  
03/05/2008

NACIONALIDADE  
BRASILEIRA

DIPLOMADO PELA  
UFPE

NATURALIDADE/UF  
SÃO JOSÉ DO BELMONTE /  
PE

*Cicero Moraes B. de Carvalho*  
ASSINATURA DO PORTADOR

Número do PIS/PASEP  
209.04491.47-6

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1103721567

NOME  
CICERO MORAES BARROS DE CARVALHO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
6309351 SSP PE

CPF  
038.597.494-98

DATA NASCIMENTO  
08/02/1982

FILIAÇÃO  
HELIO CICERO MORAES  
DE CARVALHO  
LUZIA DOS SANTOS  
BARROS DE CARVALHO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
01387992916

VALIDADE  
08/07/2020

1ª HABILITAÇÃO  
04/08/2000

OBSERVAÇÕES  
sem observações

*Cicero Moraes B. de Carvalho*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SERRA TALEHADA - PE

DATA EMISSÃO  
09/07/2015

ASSINATURA DO EMISSOR  
50968238430  
PE066802539

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1103721567



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**FILIAÇÃO**  
HELIO CICERO MORAES DE CARVALHO  
LUZIA DOS SANTOS BARROS DE CARVALHO

**RG**  
6309351 SSP PE

**DATA DE EXPEDIÇÃO**  
29/09/1998

**CPF**  
038.597.494-98

**TÍTULO DE ELEITOR**  
51259710809

**ZONA**  
074

**SEÇÃO**  
0032

**GRUPO SANGÜÍNEO**  
O

**FATOR RH**  
POSITIVO

**OBSERVAÇÕES**  
DOADOR DE ORGÃOS: SIM

**LOCAL**  
BRASÍLIA

**DATA DE EXPEDIÇÃO**  
29/04/2013



  
DEMOSTHENES MARQUES  
CAVALCANTI DA SILVA  
PRESIDENTE DO CRF / PE



VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE PARA QUALQUER EFETO, DE ACORDO COM A LEI Nº 6.206/75.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

103




*Irenilda Rodrigues do Nascimento*

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDADE ATÉ: 08/05/2014

3.785.160

08/05/2014

<< IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO >>

<< ANDRELINO RODRIGUES DO NASCIMENTO >>

<< ANA MARIA DO NASCIMENTO >>

SÃO JOSÉ DO BELMONTE - PE 28/08/1966

<< 07156 02 55 1968 1 00014 116 >>

0033323 90 SÃO JOSÉ DO BELMONTE-PE >>

522.299.044-34

F-61 25.323 - 1131



Claro



00905680



CTC RECIFE PE PLS  
IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO  
R JOSE MARIANO DA CRUZ 155  
CASA CASIMBA NOVA  
56950-000 SAO JOSE DO BELMONTE PE

DATA DE VENCIMENTO: 08/05/19 - DATA DE POSTAGEM: 24/04/19



721621057302640000008694330240419

Acesse sua conta e outros serviços:  
No App Minha Claro  
Na internet - minhaclaro.com.br  
Pelo celular \*1052#  
No Atendimento Claro 1052  
Para fatura em braille, ligue 1052

**ClaroClube**

Saldo de pontos em 16/04/19  
Pontos resgatados em 03/19

4.667  
0

PG

Número do seu Claro 87 99115 6612  
Período de Uso de 17/03/2019 a 16/04/2019  
Vencimento 08/05/2019  
Total a Pagar R\$ 263,01

**Veja aqui o que está sendo cobrado**

	Contratado	Utilizado	Excedente
<b>Plano Claro</b>			
Oferta Conjunta Claro MIX	R\$ 73,46	-	-
Aplicativos Digitais	R\$ -	-	-
Claro online turbo 500MB + 30 min (076)	R\$ -	-	-
<b>Internet</b>			
Internet	500,0MB	500,0MB	-
<b>Serviços</b>			
Torpedos	Ilimitado	-	-
<b>Voz</b>			
Ligações Locais e LD para Claro, NET Fone e Claro Fixo	Ilimitado	58min18s	-
Ligações locais para outras operadoras	30min00s	7min42s	-
Subtotal	R\$ 73,46		R\$ -
Total - Plano Claro			R\$ 73,46
<b>Contratações Adicionais</b>			
Promoção WhatsApp + Facebook + Twitter 500MB	-	-	-
Subtotal	R\$ -		R\$ -
Total - Contratações Adicionais			R\$ 0,00
<b>Outras Cobranças</b>			
Débitos Anteriores - Ref 03/2019	R\$ 110,58	-	-
Débitos Anteriores - Ref 04/2019	R\$ 75,94	-	-

Prezado Cliente,  
O total valor a ser pago refere-se à conta atual e eventuais saldos anteriores.  
Caso tenha efetuado este pagamento, utilize o boleto do Mês, na última página.

Pague sua conta nos Bancos e locais credenciados. Encargos por atraso serão cobrados na próxima conta. Contribuições para o FUST e FUNTEL (1% e 0,5% do valor dos serviços) não repassados ao cliente. Central de Atendimento da Anatel: 1331 - Ao ligar, informe o nº da reclamação registrada na prestadora.

Autenticação Mecânica:

Para uso do banco



**Claro**

Sr. Caixa, receber pagamento em dinheiro.

Pague sua conta nos bancos credenciados preferencialmente: Itaú, HSBC, Banco do Brasil, Santander e outros.

Cliente IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO  
Código Débito Automático 954554226  
Período de Uso 17/03/19 a 16/04/19  
Total R\$ 263,01  
Vencimento 08/05/19

Claro NE DDD 81 a 89


84840000002-0 | 63010221201-5 | 90508954554-9 | 22606528122-1



Autenticação Mecânica solicitamos não rasurar, dobrar ou perfurar esta parte da fatura, para não danificar o código de barras.

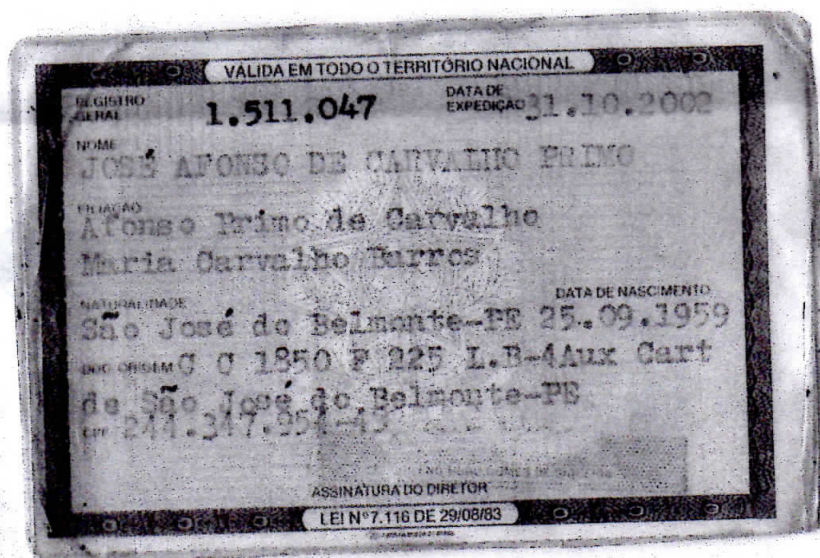
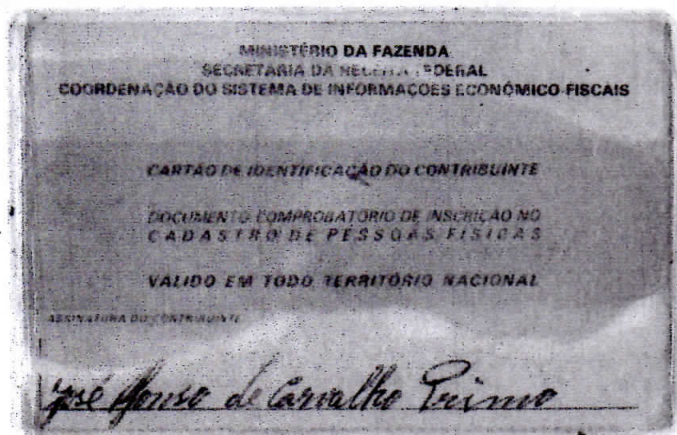
C/C


<b>NASCIMENTO</b> 25.09.59	<b>INSCRIÇÃO NO CPF</b> 244 347 554 49
<b>CONTRIBUINTE</b> JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO	

  
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BUIE	10. R-29
 <small>IMAGEM DO TITULAR</small>	 <small>IMAGEM DO TITULAR</small>
 <small>ASSINATURA DO TITULAR</small>	
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE</b>	







**CELPE**

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL - CONTADOR - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - PE, CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.532/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

**DADOS DO CLIENTE**

JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO

CPF 244 347 954-49

**CLASSIFICAÇÃO**

B1 RESIDENCIAL RESIDENCIAL

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**

RUA PE MANOEL LOPES 1

CENTRO/SÃO JOSE DO BELMONTE  
SÃO JOSE DO BELMONTE PE  
56950-000

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	DATA DE EMISSÃO
060707545	UNICA	07/05/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
07/05/2019	2001898779	3568029

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO
14/05/2019	05/06/2019

7012090352 05/2019

171,20

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Com		45
Acn		28
Cor		4
Mult		19
Jurc		8
Atus		7
Doa		0

**CELPE**  
Grupo Acelum/Argem

LASER  
PRACA SA MORGES, 46  
CENTRO/SÃO JOSE DO BELMONTE

QSA (at) 08:32  
SEI: 00010  
15/05/2019  
VAL PG: R\$ 171,20

Phobus  
V9.1.37  
PA: 205-021067  
CELPE

88850000000171200011007  
012090352101337575743  
DOCUMENTO VALIDO COMO RECIBO DE PAGAMENTO

**TOTA**

IP DO MEDIDOR

508165	00-04-2019	20.618,00	07-05-2019	20.806,00	32	1,00000	188,00
--------	------------	-----------	------------	-----------	----	---------	--------

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

Mês/Ano kWh

**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS**

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO

**COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

Descrição de Energia	R\$	%
Geração de Energia	44,68	30,62%

Petição (4216572)

SEI 01250.025478/2019-81 / pg. 12

Δ/Δ/Δ/Δ/Δ







## 2a VIA



www.celpe.com.br

**COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116**

**Ouvidoria 0800 282 5599**

**Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL**

**167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis**

<b>DADOS DO CLIENTE</b> JOSE DONATO DE MOURA CPF: 081.167.174-72		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> <b>14/05/2019</b> <b>TOTAL A PAGAR (R\$)</b> <b>48,33</b>		<b>DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL</b> 07/05/2019 <b>DATA DA APRESENTAÇÃO</b> 07/05/2019 <b>NÚMERO DA NOTA FISCAL</b> 060786378		<b>CONTA CONTRATO</b> 000469149013 <b>Nº DO CLIENTE</b> 2000287875 <b>Nº DA INSTALAÇÃO</b> 0003564967	
<b>ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA</b> RUA CEL JOSE DAVI BARROS SILVA 10 CENTRO/SAO JOSE DO BELMONTE 56950-000 SAO JOSE DO BELMONTE PE		<b>CLASSIFICAÇÃO</b> <b>B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL</b> <b>Monofásico</b>					
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site <a href="http://www.celpe.com.br">www.celpe.com.br</a>		<b>RESERVADO AO FISCO</b> <b>5A09.42AF.A62C.51F7.E3DA.A274.5901.212B</b>					

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

DESCRIÇÃO			QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)			57,00	0,77314197	44,06
Acréscimo Bandeira AMARELA					0,17
Contrib. Ilum. Pública Municipal					4,10
TOTAL DA FATURA					48,33

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								
ICMS			PIS		COFINS			
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
44,23	25,00	11,05	44,23	1,16	0,51	44,23	5,37	2,37

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo Ativo(kWh)	0,52937031		kWh
MAI 19			57
ABR 19			70
MAR 19			58
FEV 19			88
JAN 19			68
DEZ 18			69
NOV 18			96
OUT 18			54
SET 18			48
AGO 18			65
JUL 18			43
JUN 18			65
MAI 18			70

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
	R\$	%
Geração de Energia	13,55	30,64
Transmissão	2,01	4,54
Distribuição (Celpe)	9,38	21,21
Encargos Setoriais	2,41	5,45
Tributos	13,93	31,49
Perdas de Energia	2,95	6,67
TOTAL	44,23	100

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
000000000000087791	CAT	05/04/2019	31.818,00	07/05/2019	31.875,00	32	1,00000	0,00	57,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 05/06/2019




DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
mar/2019					
DIC-No.de horas sem Energia		0,00	6,47	12,94	25,89
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	3,36	6,72	13,45
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	3,00	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico		Limite DICRI: 12,22			
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 16,06					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

INFORMAÇÕES IMPORTANTES	NÍVEIS DE TENSÃO		
<p>Pague no ponto mais perto de você! ag correios sao jose do campos: praca pires ribeiro centro / farm e drog pro-vida: praca sa moraes 2 centroLista completa em <a href="http://www.celpe.com.br">www.celpe.com.br</a>.  Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em <a href="http://www.aneel.gov.br">www.aneel.gov.br</a>.  A partir de 29/04, tarifa com reajuste médio de 5,56% para Baixa Tensão e 3,76% para Alta Tensão-REH 2.535/19.  O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  Pagto. em atraso gera multa 2%(Res441/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês  O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.</p>	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
		MÍNIMO	MÁXIMO
	220	202	231
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA			

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
000469149013	05/2019	48,33	14/05/2019	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.

838000000009 483300110004 469149013100 138953016033	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
---	-----------------------



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
NOME <b>JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS</b>		
	DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF <b>1655900 SSP PR</b>	
	CPF <b>277.921.228-72</b>	DATA NASCIMENTO <b>29/04/1961</b>
	FILIAÇÃO <b>LUIZ GOMES DA SILVA</b>	
	<b>MARIA NADELA DE OLIVEIRA</b>	
PERMISSÃO <b>1</b>		CAT. HAB. <b>1</b>
Nº REGISTRO <b>03536557579</b>	VALIDADEZ <b>14/10/2021</b>	EMISSÃO <b>06/02/1987</b>
OBSERVAÇÕES		
 ASSINATURA DO PORTADOR		
LOCAL <b>SERRA TALHADA - PR</b>	DATA EMISSÃO <b>17/10/2016</b>	
 ASSINATURA DO EMISSOR		<b>03945634610</b> <b>PR075366169</b>
<b>DETRAN - PE (PERNAMBUCO)</b>		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2ª VIA

**COMPANHIA ENERGÉTICA  
DE PERNAMBUCO  
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,  
RECIFE, PERNAMBUCO  
CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93**



**Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02**  
**COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116**  
**Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142**  
**Ouvvidoria 0800 282 5599**  
**Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL**  
**167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis**

<b>DADOS DO CLIENTE</b> JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS CPF: 277.911.224-72	<b>DATA DE VENCIMENTO</b> <b>15/08/2016</b> TOTAL A PAGAR (R\$) <b>0,53</b>	<b>DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL</b> 09/06/2016 <b>DATA DA APRESENTAÇÃO</b> 12/07/2016 <b>NÚMERO DA NOTA FISCAL</b> 001054265	<b>CONTA CONTRATO</b> <b>002579051011</b> <b>Nº DO CLIENTE</b> 2001347483 <b>Nº DA INSTALAÇÃO</b> 0003566044
<b>ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA</b> RUA PE MANOEL LOPES 6 C CENTRO/SAO JOSE DO BELMONTE 56950-000 SAO JOSE DO BELMONTE PE	<b>CLASSIFICAÇÃO</b> <b>B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL</b> <b>Monofásico</b>		
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site <a href="http://www.celpe.com.br">www.celpe.com.br</a>	<b>RESERVADO AO FISCO</b> <b>13BD.BA3A.3092.ACF2.6A6B.C22F.C20C.88F5</b>		

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**[illegible]

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
MD26824	CAT	03/06/2016	34,425,00	07/06/2016	34,425,00	4	1,00000	0,00	0,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 05/07/2016

**DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 05/07/2016**

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
abr/2016					
DIC-No.de horas sem Energia	BOM NOME	0,32	7,66	15,32	30,65
FIC-No.de vezes sem Energia		2,00	3,61	7,22	14,45
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,20	4,31	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico			Limite DICRI: 12,22		
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 0,00					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).  
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
Pagto. em atraso gera multa 2% (Res414/A/ANEEL), Juros 1% a.m (Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês  
isenção do ICMS conforme Art. XLVIII, a, 2.1, do RICMS-PE.  
Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 39.459/13.  
**O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.**  
Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento,  
podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

NÍVEIS DE TENSÃO		
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA		

-----  
DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
002579051011	06/2016	0,53	15/08/2016	



**AUTENTICAÇÃO MECÂNICA**  
Evite dobrar, perfurar ou rasgar.  
Este canhoto será usado em leitora ótica.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1.655.900

JOSÉ IRAN DE OLIVEIRA BARROS

Luiz Gonzaga da Silva e  
Maria Madalena de Oliveira

São José do Belmonte-PE.29-04-1961

NATURALIDADE

DATA DO NASCIMENTO

RECIFE-PE

05-07-1977

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





CIC

REGISTRO

29.04.61

INSCRIÇÃO NO CPF

277 911 224 72

CPF

JOSE IRAN DE OLIVEIRA BARROS

  
Paulo Roberto de Souza  
Secretário de Receita Federal

**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO-DIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITARIA			
Nome Fantasia:		CNPJ:	02.422.190/0001-60	
Endereço de Sede:	PRAÇA PIRES RIBEIRO S/N			
Município:	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	UF:	PE	CEP: 56950000
Nome do representante legal:	CÍCERO MORAES BARROS DE CARVALHO			
Endereço eletrônico (e-mail):	saosjosefm104@gmail.com			

Endereço de Correspondência:	PRAÇA PIRES RIBEIRO S/Nº 32			
Município:	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	UF:	PE	CEP: 56950000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	PRAÇA PIRES RIBEIRO S/N			
Município:	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	UF:	PE	CEP: 56950000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	04° 51' 40" 00" N/S		
	Longitude:	38° 45' 28" 00" W		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	CICERO MORAES BARROS DE CARVALHO		
Cargo:	PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	5125 97 10809
RG:	6309351	Órgão Emissor:	SSP PE CPF: 038597494-98
Endereço:	RUA PADRE JOSÉ PIRES 18 CENTRO		
Município:	S. J. DO BELMONTE	UF:	PE CEP: 56950000
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>		

Nome do dirigente:	JOSE IRON DE OLIVEIRA BARROS		
Cargo:	VICE PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	
RG:	1655900	Órgão Emissor:	SSP PE CPF: 277 911 224 72
Endereço:	R. PADRE MANOEL LOPES 18 CENTRO		
Município:	S. J. BELMONTE	UF:	PE CEP: 56950000
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>		

Nome do dirigente:	JOSE DOMATO DE MOURA		
Cargo:	SECRETARIO GERAL	Tit. Eleitor:	
RG:	3785160	Órgão Emissor:	SDS PE CPF: 523 299 044 84
Endereço:	R. CEL. JOSE DAVI 10 CENTRO		
Município:	S. J. BELMONTE	UF:	PE CEP: 56950000
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>		

Nome do dirigente:	IRENILA RODRIGUES DO NASCIMENTO		
Cargo:	TESOUREIRA	Tit. Eleitor:	
RG:	3785160	Órgão	SDS CPF: 523 299 044 84



Emissor:			
Endereço:	R. JOSE MARIANO DA CRUZ 155		
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:	Irenilda Rodrigues do Nascimento		

Nome do dirigente:	JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO		
Cargo:	RELACOES PUBLICAS	Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão	CPF:	
	1151047	SSP	244847954492
Endereço:	R. Pe. MANOEL LOPES S/N		
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:	JOSE AFONSO DE CARVALHO PRIMO		

Nome do dirigente:			
Cargo:			Tit. Eleitor:
RG:	Órgão	CPF:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:			Tit. Eleitor:
RG:	Órgão	CPF:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:			Tit. Eleitor:
RG:	Órgão	CPF:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:			

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



## CHECKLIST

Processo nº **53900.034340/2015-41.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC.**

CNPJ nº **02.422.190/0001-60.**

Localidade: **São José do Belmonte / PE.**

**OBSERVAÇÃO:** Este documento se refere à análise prévia dos documentos.

1. Certidões atualizadas:

DOCUMENTO	REGULAR	
	SIM	NÃO
CNPJ	X	
CNDA	X	
CRF	X	
RFB/DAU	X	
CNDT	X	

2. Pesquisa de vínculo:

CARGO	NOME	CPF	VÍNCULO POLÍTICO		VÍNCULO RELIGIOSO		VÍNCULO FAMILIAR		VÍNCULO COMERCIAL	
			SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Presidente	CICERO MORAES BARROS DE CARVALHO	038.597.494-98		X		X		X		X
Vice-Presidente	JOSÉ IRAN DE OLIVEIRA BARROS	277.911.224-72		X		X		X		X
Tesoureiro(a)	IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO	522.299.044-34		X		X		X		X
Secretário(a) Geral	JOSÉ DONATO DE MOURA	081.167.174-72		X		X		X		X
Diretor de Relações Públicas	JOSÉ AFONSO DE CARVALHO PRIMO	244.347.954-49		X		X		X		X

3. Pesquisa de regularidade no Tribunal Regional Federal (TRF), respectiva Seção e Subseção Judiciária, e no Tribunal de Justiça (TJ) do domicílio dos dirigentes:

CARGO	NOME	TRF		TJ	
		PROCESSOS EM ANDAMENTO/CONCLUÍDOS			
		SIM	NÃO	SIM	NÃO
Presidente	CICERO MORAES BARROS DE CARVALHO		x		x
Vice-Presidente	JOSÉ IRAN DE OLIVEIRA BARROS		x		x
Tesoureiro(a)	IRENILDA RODRIGUES DO NASCIMENTO		x		x
Secretário(a) Geral	JOSÉ DONATO DE MOURA		x		x
Diretor de Relações Públicas	JOSÉ AFONSO DE CARVALHO PRIMO		x		x

\*Legenda:

<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
<b>CNDA</b>	Certidão Negativa de Débitos da Anatel
<b>CRF</b>	Certificado de Regularidade do FGTS
<b>RFB/DAU</b>	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
<b>CNDT</b>	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 25/09/2019, às 14:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4669500** e o código CRC **DDC008F1**.

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 4669500



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.422.190/0001-60</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>05/03/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>PC PIRES RIBEIRO</b>		NÚMERO <b>32</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>56.950-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SAO JOSE DO BELMONTE</b>	UF <b>PE</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/09/2018</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/10/2019** às **09:56:40** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

**CNPJ:** 02.422.190/0001-60

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:56:34 do dia 01/10/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS -  
CRF**

**Inscrição:** 02.422.190/0001-60  
**Razão Social:** ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA AC  
**Endereço:** PRACA PIRES RIBEIRO 32 / CENTRO / SAO JOSE DO BELMONTE / PE / 56950-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/09/2019 a 22/10/2019

**Certificação Número:** 2019092301240843601443

Informação obtida em 01/10/2019 09:57:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC**  
**CNPJ: 02.422.190/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:57:41 do dia 01/10/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/03/2020.

Código de controle da certidão: **B2AB.E408.FE13.FD75**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.422.190/0001-60

Certidão nº: 185212226/2019

Expedição: 01/10/2019, às 09:57:48

Validade: 28/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.422.190/0001-60**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Processo nº **53900.034340/2015-41**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**

CNPJ nº 02.422.190/0001-60

Localidade: São José do Belmonte / PE.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Requerimento 2892555).

1.1) Data de postagem: 17/9/2015 (Requerimento 0731110).

1.2) Tempestividade: (X) Sim - art. 6º-B, § 6º da Lei nº 13.424, de 28/3/2017 ( ) Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: Petição 4216576.

2) Declaração de conformidade: Petição 4216576.

3) Estatuto Social: Petições 4097167, 4097169, 4097171, 4097173, 4097175, 4097176 e 4097179.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, "a";

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: arts. 4º, "a", e 12;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, "a";

e) Órgão administrativo e cargos: art. 13;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 14 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 13 (quatro anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 24 e 25.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 2º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 3º e 5º;

e) Direitos dos associados: art. 4º;

f) Deveres dos associados: art. 4º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 5º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 26;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 10 e ss.;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 29 e 33;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 11, "e", 13, 14;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 11;

m) Critérios de eleição dos administradores: arts. 30 a 32;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 10, *caput*;

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 29.

4) Ata de Eleição da Diretoria: Petição 4216568. (20/5/2019 - 20/5/2023)

Presidente: Cicero Moraes Barros de Carvalho;

Vice-Presidente: José Iran de Oliveira Barros;

Secretário(a) Geral: José Donato de Moura;

Tesoureiro(a): Irenilda Rodrigues do Nascimento;

Diretor(a) de Relações Públicas: José Afonso de Carvalho Primo.



5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: Petição 4216570 a 4216573 e 4216575.

6) CNPJ: CNPJ 4688151.

7) Certidão Negativa da Anatel: Certidão Anatel 4688162.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Petições 3603080 e 4097182.

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 4688173.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão PGFN 4688179.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: CNDT 4688183.

**\*\*\*CONCLUSÃO:**

- Com exceção do Presidente, Cicero Moraes Barros de Carvalho, todos os demais dirigentes exercem o segundo mandato consecutivo.

- De acordo com o *Checklist* SEARC 4669500, foram realizadas pesquisas no(s) sítio(s) da Anatel (CND), Receita Federal (CNPJ e RFB/DAU), Caixa Econômica (CRF) e Justiça Trabalhista (CNDT) e verificou-se que a Radiodifusora se encontra com a situação regular. Além disso, foram realizadas pesquisas de vínculo e nos sítios do Tribunal Regional Federal (TRF), respectiva Seção e Subseção Judiciária, e no Tribunal de Justiça (TJ) do domicílio dos dirigentes e igualmente não foi verificada irregularidade.

- O Processo foi corretamente instruído.

- Será elaborada pesquisa acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

**DADOS DOS DIRIGENTES:**

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	FILIAÇÃO	TÍTULO	OBS
Presidente	Cicero Moraes Barros de Carvalho	08/02/1982	038.597.494-98	Luzia dos Santos Barros de Carvalho / Helio Cicero Moraes de Carvalho	51259710809	
Vice-Presidente	Jose Iran de Oliveira Barros	29/04/1961	277.911.224-72	Maria Madalena de Oliveira / Luiz Gonzaga da Silva	020826970841	
Secretário(a)	Jose Donato de Moura	09/01/1936	081.167.174-72	Joana da Gloria Moura / Donato Pereira de Moura	020795950850	
Tesoureiro(a)	Irenilda Rodrigues do Nascimento	28/08/1966	522.299.044-34	Ana Maria do Nascimento / Andreino Rodrigues do Nascimento	020793500825	
Diretor(a) de Relações Públicas	Jose Afonso de Carvalho Primo	25/09/1959	244.347.954-49	Maria Carvalho Barros / Afonso Primo de Carvalho	020826080876	

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.034340/2015-41.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC.**

Assunto: **Pesquisa aos Processos de Apuração de Infração.**

1. Informo que, da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que consta(m) o(s) seguinte(s) PAI(s):

Situação	Nº do Processo	Dispositivo violado	Sanção Aplicada	Data da Infração	Trânsito em Julgado da Decisão Condenatória
Ativo	53900.052645/2015-35	Art. 40, inciso XXIX do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998	-	17/11/2015	-

2. Portanto, uma vez que não fora aplicada a pena de revogação da autorização, não há óbice para prosseguimento do processo de renovação da outorga.

3. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico-Administrativo**, em 01/10/2019, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4688328** e o código CRC **2CC5FCE6**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 4688328





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



Ano CXII N° 178

Brasília - DF, quinta-feira, 15 de setembro de 2005

## Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional.....	1
Atos do Senado Federal.....	2
Presidência da República.....	3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	4
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	7
Ministério da Cultura.....	8
Ministério da Defesa.....	8
Ministério da Educação.....	9
Ministério da Fazenda.....	12
Ministério da Integração Nacional.....	32
Ministério da Justiça.....	36
Ministério da Previdência Social.....	46
Ministério da Saúde.....	46
Ministério das Cidades.....	50
Ministério das Comunicações.....	54
Ministério de Minas e Energia.....	56
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	88
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	88
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	88
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	93
Ministério do Trabalho e Emprego.....	95
Ministério do Turismo.....	95
Ministério dos Transportes.....	95
Ministério Público da União.....	105
Tribunal de Contas da União.....	105
Poder Judiciário.....	105
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	106

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
N° 778, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 352, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 2,00
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 3,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 3,60
de 160 a 250	R\$ 1,00	R\$ 4,40
de 254 a 500	R\$ 3,50	R\$ 6,00
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 6,70

Atos de 824 páginas - preço tabelado desde a publicação de 1993, por R\$ 6,00.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2005  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
N° 779, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA MAJOR IZIDORO FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Izidoro, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 719, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Major Izidoro FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Izidoro, Estado de Alagoas.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2005  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
N° 892, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE AMPARO AOS SEM CASAS DE BETIM - AMUASCAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 457, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Municipal de Amparo aos Sem Casas de Betim - AMUASCAB a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei n° 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2005  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
N° 893, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MELOS - ASCOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 1.449, de 2 de agosto de 2002, que autoriza a Associação Comunitária dos Melos - ASCOM a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei n° 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2005  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
N° 894, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE PADRE PARAÍSO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 197, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Padre Paraíso a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais.

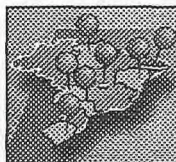
Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2005  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
N° 895, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E ARTÍSTICA "PADRE VICTOR COELHO DE ALMEIDA" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinópolis, Estado de Minas Gerais.



## REVENDA AVULSA DE DIÁRIOS OFICIAIS

Além do Distrito Federal, os Diários Oficiais também são revendidos nos seguintes estados: Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em breve, a revenda avulsa dos Diários Oficiais chegará a outras unidades federativas.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

**II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:



*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*



20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA



Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 18291/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.034340/2015-41.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. REVISÃO FINAL.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC**, na localidade de **São José do Belmonte**, estado de **Pernambuco**, por meio da Portaria nº 352, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23/7/2003 (2673383), e Decreto Legislativo nº 778, publicado no DOU de 15/9/2005 (4688345).

### **ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 15/9/2015. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação da outorga em 17/9/2015, à fl. 1 (Requerimento 2892555), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Cicero Moraes Barros de Carvalho;



Vice-Presidente: José Iran de Oliveira Barros;  
 Secretário(a) Geral: José Donato de Moura;  
 Tesoureiro(a): Irenilda Rodrigues do Nascimento;  
 Diretor(a) de Relações Públicas: José Afonso de Carvalho Primo.

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	fl. 1 (Requerimento 2892555) / novo requerimento assinado por todos os dirigentes: Petição 4216576
1.1	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Petições 4097167, 4097169, 4097171, 4097173, 4097175, 4097176 e 4097179
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Petição 4216568
3.1	Mandato da diretoria em exercício	20/5/2019 - 20/5/2023
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	Petição 4216570 a 4216573 e 4216575
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	Petições 3603080 e 4097182
	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as	

6	instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	Petição 4216576
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	CNPJ 4688151
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Certidão Anatel 4688162
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Certidão FGTS 4688173
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Certidão PGFN 4688179
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	CNDT 4688183
12	Relatório de apuração de infrações.	Despacho SEARC 4688328
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4688352).

À consideração superior.

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.034340/2015-41, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 15 de setembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18291/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000835/1998 e nº 53900.034340/2015-41, resolve:



Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico-Administrativo**, em 01/10/2019, às 10:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/10/2019, às 13:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 06/10/2019, às 09:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 07/10/2019, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4688361** e o código CRC **8CF3881A**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

### PORTARIA Nº 5308/2019/SEI-MCTIC de 8 de outubro de 2019

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000835/1998 e nº 53900.034340/2015-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 15/10/2019, às 12:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4717616** e o código CRC **7577756B**.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.034340/2015-41

**Referência:** Nota Técnica 18291 (4688361)

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA - ACRC

**Assunto:** Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria e de minuta de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 11/10/2019, às 11:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4718328** e o código CRC **C27CC6B6**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 4718328

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 21/10/2019 17:32:50  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5558513  
**Data prevista de publicação:** 22/10/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12123242	ATO PORTARIA Nº 5236 MIN NCRED.rtf	33b230d61faa54e2 4587b4f3a6cf1b1f	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123243	ATO PORTARIA Nº 5309 MIN NCRED.rtf	2f311752124ba4ab f9afac103285b545	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12123244	ATO PORTARIA Nº 5310 MIN NCRED.rtf	757aff226923428d 54d71e221da98336	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123245	ATO PORTARIA Nº 5311 MIN NCRED.rtf	48f31953c788c13c 93913431d37e2bab	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123246	ATO PORTARIA Nº 5314 MIN NCRED.rtf	2e3f05f603d535e6 27e717c907ee5fbf	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123247	ATO PORTARIA Nº 5315 MIN NCRED.rtf	0d88f60d9bfe27a4 1ed491d2143a9f9f	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123248	ATO PORTARIA Nº 5316 MIN NCRED.rtf	1f52c4a92f1f51ba 5ba0f1bfa53ca087	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12123249	ATO PORTARIA Nº 5317 MIN NCRED.rtf	04eab0eea4277c85 3b7c3a64ac236722	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12123250	ATO PORTARIA Nº 5467 MIN NCRED.rtf	6eea4022c88f5d12 e9c2ce0403efac4c	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123251	ATO PORTARIA Nº 5238 MIN NCRED.rtf	224aa97424192147 5fe64c0982935845	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123252	ATO PORTARIA Nº 5239 MIN NCRED.rtf	f25345aac36a1056 2f91ac3b588fe0d6	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>

12123253	ATO PORTARIA Nº 5240 MIN NCRED.rtf	acec651f9295ef5c 9d3531be1ecc8681	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123254	ATO PORTARIA Nº 5241 MIN NCRED.rtf	30a7f48e049bc613 ad37b2fc88c8d947	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123255	ATO PORTARIA Nº 5243 MIN NCRED.rtf	afea9b33d561a9e9 388972632b3f714b	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12123256	ATO PORTARIA Nº 5306 MIN NCRED.rtf	74d5da0b847872a7 5d0d5301dc79e941	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12123257	ATO PORTARIA Nº 5307 MIN NCRED.rtf	86f848e824bd7059 27f5f08aba2c0ea5	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12123258	ATO PORTARIA Nº 5308 MIN NCRED.rtf	42c0808a548a8c8a f319a47e94987d21	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>114,00</b>	<b>R\$ 3.766,56</b>



Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.238-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001474/1998 e nº 53900.039639/2015-92, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratense Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 01.833.786/0001-90, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Prata, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.239-SEI, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000293/2000 e nº 01250.001651/2016-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de outubro de 2017, a autorização outorgada à Radio Comunitária A Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.240-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53840.000428/1998 e nº 53900.049393/2015-67, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, inscrita no CNPJ nº 32.712.044/0001-30, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Canindé de São Francisco, estado de Sergipe.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.241-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000736/1998 e nº 53900.049998/2015-58, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM, inscrita no CNPJ nº 02.695.019/0001-25, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ibimirim, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.243-SEI, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000063/2000 e nº 53900.050467/2016-99, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária RCS, inscrita no CNPJ nº 03.589.533/0001-49, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Jorge d'Oeste, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.306-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53650.002714/1998 e nº 53900.046486/2015-30, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de maio de 2016, a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré, inscrita no CNPJ nº 07.598.436/0001-73, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cariré, estado do Ceará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.307-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.000909/1999 e nº 01250.010582/2016-29, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de novembro de 2017, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade - FM, inscrita no CNPJ nº 03.051.994/0001-63, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sorocaba, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.308-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000835/1998 e nº 53900.034340/2015-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.309-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001111/1998 e nº 53900.043844/2015-52, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo, inscrita no CNPJ nº 01.644.631/0001-06, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo do Rio Abaixo, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.310-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002947/1998 e nº 53900.050620/2015-05, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de outubro de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, inscrita no CNPJ nº 02.585.833/0001-97, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cajati, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.311-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53610.000002/1999 e nº 53900.050258/2016-45, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de julho de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária União, inscrita no CNPJ nº 02.929.856/0001-71, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de União dos Palmares, estado de Alagoas.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.314-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001890/1998 e nº 53000.055758/2011-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor, inscrita no CNPJ nº 01.831.336/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Rio Pardo, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.315-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.004012/2001 e nº 53900.050612/2015-51, resolve:



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.034340/2015-41.**

Entidade: **Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 5308, de 08/10/2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019, renovou-se a outorga da **Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53900.034340/2015-41, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 04/11/2019, às 13:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4780097** e o código CRC **44578254**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.034340/2015-41

SEI nº 4780097

Brasília, 20 de Novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.034340/2015-41, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 15 de setembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18291/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5308, de 08 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes***



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45718/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.034340/2015-41.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908526** e o código CRC **51336529**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45718/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.034340/2015-41.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908526** e o código CRC **51336529**.